

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM TEOLOGIA

PEDRO FRANCISCO SIMONE

**A MEDIAÇÃO DO “SACERDOTE TRADICIONAL” DOS VATSHWA E DO PRESBÍTERO
CATÓLICO NOS RITOS DAS ORAÇÕES PELOS DEFUNTOS NA IGREJA EM MOÇAMBIQUE**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PEDRO FRANCISCO SIMONE

**A MEDIAÇÃO DO “SACERDOTE TRADICIONAL” DOS
VATSHWA E DO PRESBITERO CATÓLICO NOS RITOS DAS
ORAÇÕES PELOS DEFUNTOS NA IGREJA EM MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia, área de concentração em Teologia Sistemática.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Martins Fernandes

Porto Alegre

2022

PEDRO FRANCISCO SIMONE

**A MEDIAÇÃO DO “SACERDOTE TRADICIONAL” DOS
VATSHWA E DO PRESBÍTERO CATÓLICO NOS RITOS DAS
ORAÇÕES PELOS DEFUNTOS NA IGREJA EM MOÇAMBIQUE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia, área de concentração em Teologia Sistemática.

Aprovada em 30 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rafael Martins Fernandes – PUCRS (Orientador)

Prof. Dr. Tiago de Fraga Gomes - PUCRS

Prof. Dr. Jefferson Zeferino - PUCPR

Porto Alegre
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me concedeu o dom da vida e, todos os privilégios que, pela sua divina misericórdia, me proporciona dia após dia sem mérito nenhum da minha parte. Agradeço o dom da vocação presbiteral que Ele me concedeu e que o renovo no mistério eucarístico que celebro como seu indigno servo no meio dos fiéis.

Agradeço a minha diocese, Inhambane. Agradeço, outrossim à Paróquia de São Batista de Morrumbene. Foi nela que aprendi o Sinal da Cruz, ensinado pelos catequistas. Uns ainda vivos e outros, pelo desígnio do Senhor, não estão entre nós.

Agradeço a todos os fiéis que direta ou indiretamente ajudam-me como pessoa e ministro ordenado para o serviço do Senhor e ser seu intermediário entre o povo e Deus na celebração dos sacramentos.

Um agradecimento muito especial aos meus pais (Felizmente Reginaldo e Francisco Simone e toda família). Foi doloroso, tanto para eles quanto para mim, ter que separarmo-nos por um período de dois anos. Obrigado pelos ensinamentos, incentivo e compreensão de me deixar partir para estudar. Que Deus vos retribuía 100 vezes mais.

Agradeço à Sua Excia Dom Adriano Langa, Bispo de Inhambane, por ter confiado em mim e conceder-me a possibilidade de aprofundar os estudos acadêmicos, Pós-graduação em teologia.

À Província Nossa Senhora Conquistadora, na pessoa do seu Reitor, o Reverendíssimo Senhor Padre Clésio Facco, ao Conselho e todo o clero da Sociedade Pallottina, endereço o meu muitíssimo obrigado pelo acolhimento e ajuda em todas as dimensões necessárias para a minha estadia no Brasil, sobretudo, nas vossas casas. Muito obrigado a todos. Tive boas convivências convosco. Levo-as comigo no coração.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), que mesmo a meio da pandemia nunca parou de formar os seus estudantes; pelo contrário, arregaçou as mangas/gabinetes para que nenhum dia faltasse o seu compromisso de educar. Com ajuda das novas plataformas (*Zoom, Google meet, Moodle...*), foi possível concluir os dois anos sem nenhuma interrupção por causa da Covid-19. O mesmo agradecimento é extensivo a todos os meus

professores. Uma gratidão especial aos meus Orientadores (Professores Dr. Isidoro Mazzarollo e Dr. Rafael Martins Fernandes). Muito obrigado pela paciência, incentivo, colaboração e orientação no método de pesquisa teológica. Muito obrigado.

Aos meus colegas do mestrado, obrigado pela partilha, colaboração e troca de experiências. Nunca irei me esquecer daqueles momentos em que, se um colega não tivesse o *link* para ter acesso à aula, os colegas disponibilizavam imediatamente no Grupo da turma. Foi bonito.

Aos fiéis das Paroquias São Vicente Pallotti e Nossa Senhora de Fátima (IAPI), onde exerci o meu ministério presbiteral, vai o meu grande agradecimento pela partilha e convivência que tivemos. Levo a cada um de vós no meu coração para Moçambique. Com esperança de que voltaremos a nos ver qualquer dia. As minhas portas estarão abertas para vos acolher em Moçambique.

RESUMO

O problema da pesquisa surge da experiência pastoral como presbítero na diocese de Inhambane, em Moçambique. O tema engloba de modo transversal as áreas da Religião Tradicional Africana (RTA) e da teologia católica na dimensão litúrgico-pastoral do Sacramento da Ordem; concretamente no grau presbiteral. O estudo apresenta a relação entre o “sacerdote tradicional” dos *vatshwa*¹ e o presbítero católico no concernente às funções exercidas na oração pelos defuntos, pelas duas figuras em destaque no presente trabalho. Aborda-se, brevemente, a historiografia eclesiológica de Moçambique, desde a primeira presença dos missionários até a fase atual. Em seguida, faz-se a descrição das funções do “sacerdote tradicional” no rito das exéquias no contexto dos *vatshwa*. Aliás, é fundamental que se tenha presente que este sacerdote faz parte do clã; não é um desconhecido. A sua ascensão a esta categoria não é por vocação, mas por direito ou por indicação dos antepassados. Descreve-se, outrossim, o ministério presbiteral na sua extensão e depois se focaliza o mesmo como homem chamado a rezar pelos defuntos. Assim, a pesquisa mostra semelhanças e diferenças entre o “sacerdote tradicional” e o presbítero católico. Nesta pesquisa concluiu-se que os problemas pastorais relativos à oração pelos defuntos devem-se, em grande parte, às falhas da primeira evangelização no que diz respeito à compreensão da cultura africana por parte dos missionários católicos.

PALAVRAS-CHAVE: RTA. Sacerdote tradicional. Antepassados. Presbítero católico.

¹ O conceito *vatshwa* já está no plural. Nas línguas bantu, o plural/singular está no início das palavras, segundo a classe gramatical das mesmas. Assim, o termo *vatshwa* é o plural do *mutshwa*.

ABSTRACT

The issue of this research arises from the pastoral experience as a priest in the diocese of Inhambane, Mozambique. The theme encompasses, in a transversal way, the areas of African Traditional Religions (ATR) and Catholic theology in the liturgical-pastoral dimension of the Sacrament of Order; specifically in the presbyteral degree. The study presents the relationship between the “traditional priest” of the vatshwa and the Catholic priest regarding the functions performed in the prayer for the dead, by the two characters highlighted in the present work. The ecclesiological historiography of Mozambique is briefly discussed, from the first initial presence of the missionaries to the current phase. Next, there is a description of the functions of the “traditional priest” in the rite of the funeral in the context of the vatshwa. In fact, it is essential to keep in mind that this priest is part of the clan; it is not an unknown person. His ascension to this category is not by vocation, but by right or by indication of ancestors. The priestly ministry is also described in its scope and then focused on a man called to pray for the dead. Thus, the research shows similarities and differences between the “traditional priest” and the Catholic priest. In this research it was concluded that the pastoral problems related to prayer for the dead are largely due to the failures of the first evangelization regarding the understanding of African culture on the part of catholic missionaries.

Keywords: ATR. Traditional priest. Ancestors. Catholic priest.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG	<i>Ad gentes</i> - Decreto conciliar sobre a atividade missionária da Igreja
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
CEM	Conferência Episcopal de Moçambique
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DV	<i>Dei Verbum</i> - Constituição conciliar dogmática sobre a Divina Revelação
FLM	Frente da Libertação de Moçambique
GS	<i>Gaudium et Spes</i> - Constituição conciliar pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje
LG	<i>Lumen Gentium</i> – Constituição conciliar dogmática sobre a Igreja
NE	<i>Nostra Aetate</i> – Declaração conciliar sobre as relações da Igreja católica com as religiões não-cristãs
OP	<i>Optatam Totius</i> – Decreto conciliar sobre a formação sacerdotal
ONU	Organização das Nações Unidas
PO	<i>Presbyterorum Ordinis</i> - Decreto sobre o ministério e vida dos presbíteros
RNM	Resistência Nacional de Moçambique
RTA	Religião Tradicional Africana
UA	União Africana
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A IGREJA EM MOÇAMBIQUE	14
1.1 Localização geográfica de Moçambique.....	14
1.2 Contextualização da Igreja em Moçambique e os primeiros sinais da evangelização	16
2 A RELIGIÃO TRADICIONAL AFRICANA E O SACERDOTE TRADICIONAL.....	25
2.1 A Religião Tradicional Africana	25
2.2 Características da RTA no contexto dos vatshwas	34
2.3 Descrição de <i>mhamba</i> em honra dos antepassados (<i>Mhamba ya ku rila tinguluve</i>) entre os vatshwas	41
2.4 A figura do Sacerdote Tradicional	46
2.5. Instituição ou nomeação do “sacerdote tradicional”	48
2.6. Funções do “sacerdote tradicional”	49
3 O SACRAMENTO DA ORDEM.....	53
3.1 Características do sacerdócio judaico antigo	53
3.2 Os primórdios do sacerdócio cristão	57
3.3 O antigo e o novo sacerdócio segundo a carta aos Hebreus.....	61
3.4 O Presbítero.....	63
3.5 A ordenação presbiteral.....	72
3.6 O Presbítero como homem chamado para rezar pelos mortos	76
4 ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O “SACERDOTE TRADICIONAL” DOS VATSHWA E O PRESBÍTERO CATÓLICO	84
4.1 Semelhanças	84

4.2 Equívocos pastorais dos missionários estrangeiros.....	88
CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

“Muitas vezes e de modos diversos, falou Deus, outrora, aos nossos Pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do Filho a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e pelo qual fez os séculos” (Hb 1,1-2). O texto citado manifesta a presença de Deus dentro da humanidade desde o princípio da criação. É um Deus que se faz presente de diversas maneiras, em diferentes culturas, povos e épocas. Mas é o mesmo Ser transcendente; donde d’Ele provém tudo e n’Ele se crê independente da crença religiosa que o ser humano professa.

Assim, consciente desta fé na manifestação de Deus que os povos possuem, na presente pesquisa, faz-se um estudo comparativo religioso-cultural do povo *vatshwa* no enterro dos seus entes queridos, ato presidido pelo “sacerdote tradicional” e, outrossim, o rito das exéquias segundo a tradição da Igreja Católica na pessoa do presbítero.

O tema é de extrema importância tanto para a teologia católica quanto para a cultura africana e a RTA. Esse tema surge a partir da experiência pastoral do autor desta dissertação na Diocese de Inhambane, no Sul de Moçambique. A pesquisa relaciona a tradição de um povo com as suas características culturais e religiosas que herdou dos seus antepassados, com o impacto gerado a partir da chegada dos missionários portugueses, buscando implantar o Cristianismo como nova religião.

O problema é perceber os “conflitos” que houve entre a RTA e os primeiros missionários católicos, bem como as motivações que levam o cristão a pedir uma missa católica para o seu ente querido, mas também fazer outra cerimônia tradicional dirigida pelo “sacerdote tradicional”, ou chefe da família, com a mesma finalidade, isto é, rezar pelos defuntos.

O “sacerdote tradicional” desempenha, analogamente, as mesmas funções do presbítero católico. Assim, o objetivo deste trabalho é estudar, sob as óticas antropológico-cultural e teológico-pastoral, os motivos que levam os fiéis a realizarem duas celebrações: uma que consiste no culto aos antepassados, conforme os ritos do povo *vatshwa*, e outra, na celebração eucarística segundo o ritual das exéquias, mas ambas em memória dos seus defuntos.

Na verdade, para um africano em geral, o culto aos antepassados tem uma importância fundamental. Ele sintetiza toda a vida: uma vida que se sabe, de antemão, que, mesmo depois da morte, há “comunicação” entre os vivos e os mortos. O fato de se recorrer à segunda cerimônia tradicional para a memória dos defuntos é porque, na religião africana, os antepassados-*tinguluve* são entidades protetoras dos vivos e, de certo modo, equiparam-se a Jesus Cristo. Na cerimônia do culto dos defuntos invocam-se nomes de pessoas que a comunidade clânica os conhece e são rigorosamente respeitados por toda a família.

Por causa desta aproximação aos antepassados, o africano, mesmo que tenha sepultado ou feito memória dos seus entes queridos com todo rigor da missa católica, sempre permanecerá um vazio dentro dele, necessitando, portanto, uma outra celebração tradicional. A celebração eucarístico-litúrgica, dentro do seu ritual, aparenta ser muito limitada e fechada para aquilo que são as aspirações de uma cerimônia tradicional e cultural africana. Esse vazio leva o homem a recorrer às suas raízes culturais.

Esse tema, pela índole pastoral que apresenta, vai ajudar também aos novos missionários que chegarem pela primeira vez na diocese de Inhambane para compreender a existência deste fenômeno de duas celebrações, mas com a mesma finalidade: a despedida dos falecidos. Infelizmente, muitas vezes, os missionários não percebem a existência da segunda cerimônia, posto que ela é restrita. Outrossim, o tema apresenta os métodos que devem ser seguidos pelos missionários para terem bons e abundantes frutos na missão em terras africanas.

Quanto à metodologia, o tema exigiria um trabalho de campo, mas, devido à crise sanitária da Covid-19 que assolou o mundo, não foi possível esse tipo de estudo. Por isso, ficou-se restrito ao método analítico-comparativo a partir da pesquisa bibliográfica. Leva-se em conta também a minha experiência pastoral-prática como presbítero católico na Diocese de Inhambane. Embora não tenha sido possível ilustrar a dissertação com o trabalho de pesquisa de campo qualitativa, acredita-se que o recurso às obras antropológico-culturais e teológico-pastorais, concernentes ao tema, permitirá alcançar os resultados aqui prometidos.

Toma-se como referência teórica as dissertações e teses de Eurico Jorge Nicuia, Samuel João Bungueia e José Armando Vicente, entre outros. São contribuições para o enriquecimento do tema em destaque, visto que os seus trabalhos, além de serem recentes, tratam do mesmo assunto

da presente pesquisa, isto é, a necessidade do diálogo entre a fé cristã e a Religião Tradicional Africana.

A dissertação divide-se em quatro seções. A primeira tem como proposta apresentar uma breve história da Igreja em Moçambique desde a primeira evangelização até a fase atual. Nela, apresenta-se os primeiros passos da presença missionária europeia em Moçambique. Esta presença é acompanhada pela coroa portuguesa. A segunda seção é a apresentação da Religião Tradicional Africana (RTA). De uma forma sucinta, descreve-se as características da RTA, o culto aos antepassados-*tinguluve* e a função cultural presidida pelo “sacerdote tradicional” ou chefe da família. Na terceira seção, apresenta-se o Sacramento da Ordem, especificamente o ministério presbiteral. Explicita-se o conceito de presbítero, radicado no Novo Testamento, com suas raízes na Antiga Aliança, até a fase atual. Aborda-se, outrossim, as funções presbiterais: sucintamente, o tríplice *múnus* presbiteral e como o presbítero é chamado para rezar pelo povo. E, por último, na quarta secção, que é quase conclusão da pesquisa, faz-se um estudo comparativo entre o “sacerdote tradicional” e o presbítero no que diz respeito às funções das duas figuras.

1 A IGREJA EM MOÇAMBIQUE

1.1 Localização geográfica de Moçambique

“Moçambique”² faz parte dos países africanos. Este país banhado pelo oceano Índico ao leste é um território autónomo e soberano “surgiu pelas decisões da Conferência de Berlim. Localiza-se no sudeste do continente; banhado pelo oceano Índico na totalidade na costa oriental. Sua história assemelha-se a de outros países do continente, uma sociedade ligada à tradição oral e com uma população severamente pobre, mas rica em diversidade cultural.”³ Geograficamente, faz parte dos países da África Austral. Tem como limites: a norte, a Tanzânia; a noroeste, o Malawi e a Zâmbia; a oeste, o Zimbabwe, a África do Sul e Swazilândia (atualmente chamado reino de *Esswatíni*); ao sul, África do Sul; a leste, o Oceano Índico, designado por Canal de Moçambique. Ocupa uma área de 801.590 km². Atualmente tem perto de 30.000.000 de habitantes subdivididos em onze Províncias. Em termos climáticos, o país é “húmido e tropical, influenciado pelo regime de monções do Índico e pela corrente quente do Canal de Moçambique, com estações secas de maio a setembro (...) as temperaturas médias variam entre 13-24°C em julho a 22-31°C em fevereiro.”⁴

A área foi visitada, no século XV, por Vasco da Gama (1498) ao longo das suas viagens no plano do descobrimento do mundo além-fronteiras, concretamente a caminho da Índia. Historicamente tudo indica que a partir dessa presença portuguesa, Moçambique foi anexado e considerado como uma das colônias do Império Português. Mas, após quatro séculos do imperialismo português, Moçambique veio a tornar-se independente com a proclamação da

² Este conceito, segundo a História de Moçambique, vem de um comerciante Persa, cujo nome era Musa Al Bik, ou Mossa Al Bik. Ora, como os portugueses pouco percebiam a pronúncia local, juntaram a fonética e grafia para expressar o nome do território que hoje é Moçambique. Portanto, o nome Moçambique, etimologicamente, deriva de Mossa Al Bik, nome do comerciante árabe que viveu na Ilha de Moçambique, primeira capital deste país. Em termos historiográficos, os árabes foram os primeiros povos a penetrar no território moçambicano.

³ FERNANDO, Celestino Taperero. *O poder retórico, histórico e político de Afonso Dhlakama*, p. 15.

⁴ HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE: Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mo%C3%A7ambique>. Acesso: em 20 de abril de 2021.

independência total e completa a 25 de junho de 1975, pelo então presidente de Moçambique, Samora Moisés Machel.

A independência foi adquirida a custo do sangue de muitos moçambicanos e não só, mas também com a colaboração dos países vizinhos. Uma das primeiras ações do novo governo, através da Frente da Libertação de Moçambique (Frelimo), sob a liderança de Samora Machel, foi estabelecer um Estado unipartidário com princípios marxistas e com relações diplomáticas dos países com o mesmo regime, como por exemplo, China, Cuba, Rússia, etc. Logo depois da independência, e por causa do regime marxista-leninista, Moçambique foi assolado por uma guerra civil entre as forças da oposição, Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) e o então regime comunista implantado pela Frelimo, que durou 16 anos. Foram várias razões que levaram à eclosão da guerra civil. Uma delas foi o regime marxista adotado pelo governo da Frelimo que, depois da independência, começou com a nacionalização de todos os bens dos terceiros, inclusive os da igreja, que haviam no País. Por causa destas medidas que foram levadas ao extremo, muitos membros que perderam os seus bens ficaram descontentes e se refugiaram nos países vizinhos apoiando um grupo de guerrilha. Isto veio a ser fagulha da eclosão da guerra civil em Moçambique. A guerra terminou pela mediação da Igreja Católica, a Comunidade de Santo Egídio, com a intervenção da Organização das Nações Unidas em Moçambique (ONUMoz). Esses órgãos conduziram os dois signatários: Joaquim Alberto Chissano e Afonso Dhlakama que dirigiam os partidos Frelimo e Renamo, o que culminou com o Acordo Geral de Paz, em Roma, em 1992. Teve as suas primeiras eleições gerais e multipartidárias em 1994.

Moçambique tem parceria com a Comunidade Internacional. Por exemplo, ele faz parte da União Africana (UA); da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP); Organização das Nações Unidas (ONU); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); da União Latina; Organização da Conferência Islâmica, Commonwealth etc. Essas são as organizações com as quais, até o presente momento, Moçambique possui relações diplomáticas.

Moçambique é oficialmente designado como República de Moçambique. A única língua oficial é o português, que é falada principalmente como segunda língua por cerca da metade da população. A outra parte, comumente, comunica-se em línguas maternas. A língua portuguesa aprende-se na escola. Contudo, nota-se, hodiernamente, que há maior empenho dos pais em incutirem aos filhos e netos para que se comuniquem na língua oficial. Esse desejo é notável mesmo

nas zonas do interior onde há menor escolaridade. É um progresso. Contudo, a língua materna sempre está na primeira linha para a comunicação interpessoal nas zonas rurais.

Em termos políticos, e segundo a Constituição da República, Moçambique é um país presidencialista. O presidente da República é eleito de cinco em cinco anos para até dois mandatos. No segundo mandato, o partido no poder elege um candidato para concorrer nas próximas eleições entre outros concorrentes. Desde as primeiras eleições legislativas e presidenciais de 1994, Moçambique passou a ser um país democrático.

Moçambique é um país com vastos recursos minerais, florestais e marítimos. A sua beleza se manifesta pela atração turística nacional e internacional por suas lindas praias do sul ao norte. Possui belas praias e baías que são fonte de rendimento para a economia do país. Por exemplo, a Baía de Pemba, localizada na província de Cabo Delgado, ocupa os primeiros lugares das mais belas praias do mundo e que, por conseguinte, é um lugar turístico não só para os países da região, mas também para o mundo inteiro.

No concernente à dimensão étnica, Moçambique possui uma vasta gama de línguas locais ou maternas, aproximadamente 42 idiomas. Em termos de composição linguística, no Norte há um grupo falante de língua *macua*. Depois do Rio Zambeze, para baixo, que corresponde o centro do país, encontram-se os *ndaus* e *sena* e, por último, no Sul do país, isto é, depois do Rio Save, estão os *vatsonga* (ou *tsonga*).

1.2 Contextualização da Igreja em Moçambique e os primeiros sinais da evangelização

Este país da costa oriental da África, em termos religiosos, é constituído maioritariamente por cristãos: com maior destaque para o catolicismo no sul e no centro; e, no norte, com forte presença do islamismo. O restante segue os cultos tradicionais, isto é, o culto aos antepassados. Segundo os dados de 2019, apurados pela Rádio Vaticano, quando da visita do Papa Francisco a Moçambique, a Igreja conta com 23 bispos e com 7.621.000 católicos, distribuídos em 12 dioceses.

É um país em que o homem, no contexto religioso, tem as suas práticas culturais, religiosas e tradicionais herdadas dos seus ancestrais, como forma de se encontrar com um ser superior e transcendente. Essas práticas são manifestadas dentro do culto aos antepassados. Elas são abertas para acolher outros ritos religiosos, contanto que o homem africano, que por natureza é um ser religioso, lhe seja explicado o significado desta nova religião que vai abraçar, o que comumente é chamado de inculturação.

Assim, neste item, pretende-se apresentar o contexto eclesiológico de Moçambique desde a chegada dos primeiros missionários naquela pátria amada do índico. A Igreja presença católica em Moçambique está intimamente ligada a Coroa Portuguesa, conforme salienta o texto de Bungueia texto:

O cristianismo chegou a Moçambique através de iniciativas e formas de anúncio intimamente vinculadas à época colonial. Uma revisita aos acontecimentos que marcaram o passado distante não é menos importante para melhor compreensão da sociedade atual, nem para a compreensão do tipo de evangelização que decorre hoje, que podemos afirmar que ainda não está suficientemente encarnada no contexto moçambicano.⁵

Foram portugueses que trouxeram o cristianismo naquela pérola do índico. Embora o objetivo da presente pesquisa não seja apresentar a história da Igreja em Moçambique, aborda-se, de uma forma sucinta, alguns momentos marcantes no que diz respeito à Eclesiologia em Moçambique desde a primeira presença missionária até o presente momento. Contudo, uma reflexão teológica e eclesiológica propriamente moçambicana começa depois da independência conforme sustenta Nicuia:

Pode-se falar de um Eclesiologia moçambicana, isto é, de uma reflexão teológica sobre a Igreja em Moçambique a partir do período pós-independência (25 de junho de 1975). Foi o momento em que a Igreja começou a refletir sobre si e a apresentar o novo modo de ser Igreja, apresentado pela Conferência Episcopal em 1976, uma vez que a Eclesiologia do período colonial tinha sido transplantada de Portugal e da Europa para aqui...⁶

Com efeito, os primeiros “missionários” a pisarem as terras moçambicanas vinham na caravana de Vasco da Gama, na sua primeira viagem à Índia, em 1497, mas que, por desconhecimento da rota, acabou chegando nas terras de moçambicanas em 1498. Ora, estando nesse território, obteve indicações do caminho certo para o seu destino: Índia. Na verdade, nos estudos da primeira presença missionária em Moçambique, consta que “no dia 11 de março de

⁵ BUNGUEIA, Samuel João. *A fé Inculturada: desafio para o diálogo entre a cultura e o Evangelho em Moçambique*, p. 45.

⁶ NICUIA, Eurico Jorge. *A Igreja como Família de Deus: Aproximação para um Eclesiologia moçambicana segundo a Exortação Apostólica pós-sinodal Ecclesia in Africa*, p. 14.

1498, foi celebrada a primeira missa em terras moçambicanas, mais precisamente na Ilha de São Jorge, mais tarde chamada de Goa, debaixo de árvores grandes e muito altas.”⁷

A prática de realizar celebrações litúrgicas debaixo de árvores frondosas é comum ainda hoje em algumas povoações da África, em geral, e em Moçambique, em particular. Muitas vezes é por falta de igreja ou capela convencional para esse fim, por isso, recorre-se às sombras frondosas de grandes árvores que o continente dispõe, porque algumas cerimônias tradicionais fazem-se por debaixo duma árvore que identifica o clã. Outra razão é a questão do espaço que é maior, que possa albergar até uma multidão. Neste caso, mesmo nos países de maior tradição cristã têm se realizado as chamadas missas campais. A primeira missa foi celebrada ao ar livre por falta de igreja, porque nem se sabia o que era e qual a sua importância. Os moçambicanos já acreditavam que Deus está em todo lugar, por isso, não é o lugar físico que dita a dignidade da missa, mas sim, o desejo e a entrega espiritual naquilo que se pretende celebrar, conforme fundamenta o texto joanino “vem a hora em que nem nesta montanha nem em Jerusalém adorareis o Pai. (...) Vem a hora- e é agora- em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em Espírito e Verdade.” (Jo 4,21-24)

Não se deve concluir que a história da evangelização, propriamente dita, tenha começado com a primeira missa celebrada na Ilha de Moçambique. Mas, devido à localização geográfica, facilitou e possibilitou a eficácia comercial dos objetivos do navegador Vasco da Gama. Os objetivos dos primeiros navegadores de “conhecer” outros continentes”, eram estritamente comerciais e de exploração da outra face do mundo; mas de outro lado estava o projeto da evangelização. Essa ambição de levar avante o Evangelho à terra da missão demonstrou-se pela construção de algumas capelas ao lado dos centros comerciais. Como por exemplo: “Em 1522 foi construída a casa de Nossa Senhora do Baluarte. Este pequeno templo, simples e em estilo manuelino, é uma verdadeira joia de arte que ainda subsiste. Nela pregou o Pe. Gonçalo da Silveira, quando por ali passou a caminho da Índia em 1556”.⁸ Essa obra de arte encontra-se localizada na Ilha de Moçambique, província de Nampula. Sucessivamente, algumas ordens religiosas (jesuítas e dominicanos) foram chegando a Moçambique, e construir alguns colégios e conventos. Foi uma redescoberta da verdadeira missão da Igreja. Uma Igreja que deve sair e anunciar o Evangelho a todos os povos e culturas.

⁷ KLAUCK, Miguel. *Notas de Moçambique*, p.15.

⁸ KANT DE VERONHA. *História de Igreja em Mocambique*.

Desta forma, a Ilha de Moçambique passou a ser não só o centro do governo português, mas também o marco da presença missionária até 1898, quando esta perdeu o título de capital para ser Maputo.

Na capela de Nossa Senhora de Baluarte, muitos missionários passaram por aí pregando o Evangelho. Merece destaque, dentre muitos, o Padre Gonçalo de Silveira, como já foi referenciado; que muito fez na história da Igreja em Moçambique. Foi ele quem fez os primeiros batismos e ensinou alguns princípios catequéticos sobre a fé aos nativos e batizou o rei Tonga, em Inharrime, no sul de Moçambique. Contudo, há que se destacar que o trabalho desse missionário não foi suficiente para que o povo moçambicano abraçasse, de fato, a nova religião, visto que tudo foi feito às pressas, sem um processo e uma metodologia pastoral eficaz. Ademais, batizar o rei significava convencer os seus súditos a seguir o mesmo exemplo. Contudo, foi um dos sinais não menos importante para implantação do cristianismo aos nativos. Desta forma, o Evangelho não foi enraizado na cultura do povo. O povo foi deixado no segundo plano. O interesse era batizar, mas o povo não sabia o significado da água que recebia sobre a cabeça. Foi uma sacramentalização e não uma evangelização; não houve diálogo, nem escuta, mas apenas batismos compulsivos, que trouxeram vários problemas e consequências que se fazem sentir naquele povo até hoje.

A primeira zona escolhida para implantar o cristianismo católico foi no norte de Moçambique. “Em Goa, o jesuíta Pe. Gonçalo da Silveira, depois de ouvir falar de contactos feitos com a corte do Monomotapa e com o rei de Tonga, em Inhambane, ofereceu-se para trabalhar em Moçambique. Aos 5 de Fevereiro de 1560, juntamente com os companheiros Pe. André Fernandes e Irmão André da Costa, chegaram a Moçambique. Aqui foram baptizadas cerca de 300 pessoas.”⁹ A fama que esta zona tinha com a implantação da Igreja fez com que, em 1541, São Francisco Xavier chegasse àquele lugar, Ilha de Moçambique, acompanhado por dois missionários sacerdotes: Misser Paulo e Francisco Mansilhas. Depois da construção da primeira capela, aos poucos, a atividade missionária foi abrangendo o centro e o sul do país. Eram os primeiros sinais da expansão da Igreja na África.

⁹ KANT DE VERONHA. *História da Igreja em Moçambique*.

A história da evangelização em Moçambique, que começou no Norte do país pela presença portuguesa, não deixa de ter alguns erros que mutilaram a missão profética dos primeiros missionários. Na verdade, foram falhas que impediram o povo autóctone de abraçar o evangelho de Cristo e passar a expressá-lo no seu contexto cultural. Ademais, porque os missionários da origem portuguesa estavam a pleno serviço do Governo português. Contudo, conforme diz Miguel Klauck:

Em 7 de Maio de 1940, foram assinados, no Vaticano, conjuntamente, a Concordata e o Acordo Missionário. Punha-se assim fim ao ambiente saudosista de união do Estado com a Igreja, do final da Monarquia, o que dificultava a autonomia e a ação da Igreja. Estes Acordos facilitaram a entrada de missionários em Moçambique, pois lhes prometiam subsídios para o seu apostolado, bem como a liberdade de dirigirem o ensino nas escolas para os nativos e de construírem escolas, colégios, institutos, seminários.¹⁰

As equipas missionárias eram maioritariamente constituídas por sacerdotes e freiras estrangeiros. Foram esses homens e mulheres de boa vontade que, pelo mandato do Senhor “ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e a observar quanto tudo vos mandei” (Mt 28, 19-20) que desejaram levar o Evangelho a Moçambique.

Os primeiros missionários, ao chegarem em Moçambique, encontraram os povos nativos a praticarem as suas crenças religiosas ou religião tradicional africana. Estas práticas são normais e comuns para qualquer sociedade africana e, em especial, no contexto dos *vatshwa*, de tal maneira que marca a cada pessoa ou *mntu*. Segundo o estudioso da língua bantu, antropólogo ruandês Alexis Kagame, dentro da classificação dos seres, o conceito *mntu* refere-se “aos seres dotados de inteligência”.¹¹ Estas celebrações ou cerimônias tradicionais eram dirigidas pelo chefe da família e do clã, conhecido e reconhecido como sendo “sacerdote tradicional” do clã, incumbido pela família para presidir a esses cultos tradicionais familiares.

Depois da guerra contra a penetração do Império colonial português que culminou com a assinatura da Independência total e completa de Moçambique em 25 de junho de 1975, inicia-se

¹⁰ KLAUCK, Miguel, *Notas de Moçambique*, p.17.

¹¹ MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *Religiões Africanas Hoje*, p. 34.

uma nova fase para a Igreja em Moçambique, ou seja, ser uma igreja com “rosto moçambicano”, conforme diz o texto seguinte:

Saídos duma Igreja triunfalista, demasiado ligada aos poderes constituídos, para uma Igreja despojada e pobre, separada do Estado, liberta de falsas seguranças, preocupada com a sua renovação interna, sentimo-nos a caminho de uma Igreja de base e de comunhão, uma Igreja família, de serviços recíprocos, livremente oferecidos, Igreja no coração do povo que a faz sua, inserida nas realidades humanas e fermento da sociedade.¹²

Na verdade, o texto relata o pulsar de uma Igreja jovem que, habitualmente, era receptora, dependente e protegida pelo governo português, mas para que houvesse, de fato, seu crescimento como Igreja local, porém era necessário implantar uma Igreja segundo a realidade de uma família africana. Nela, cada membro é convidado a fazer algo para o desenvolvimento da família. Foi por isso que, na primeira Assembleia Nacional da Pastoral, que teve lugar na cidade da Beira, em 1977, adotou-se a ideia de uma “Igreja de base e de comunhão, uma Igreja família, de serviço recíprocos, livremente oferecidos, uma Igreja de coração do povo que faz sua parte, inserida nas realidades humanas e fermento da sociedade”.¹³

Essa renovada concepção de Igreja que se formou na década de 1970 era o reflexo da abertura que a Igreja Católica havia realizado há poucos anos atrás, no Concílio Vaticano II, na direção do diálogo com as culturas e a modernidade. Walter Kasper sintetiza esse novo quadro eclesiológico:

Vivenciamos como a velha e honorável Igreja revelou vida nova e viçosa, como ela escancarou portas e janelas e se entregou ao diálogo intraeclesial, bem como ao diálogo com outras igrejas, outras religiões e com a cultura moderna. Foi o despertar de uma igreja que não repudiou nem renegou a sua tradição, mas permaneceu fiel a ela, viva e fecunda para o caminho rumo ao futuro. Estou convencido totalmente de que o conjunto de 16 importantes documentos do Concílio constitui a bússola para itinerário da igreja no século XXI.¹⁴

¹² CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE MOÇAMBIQUE. *Conclusões da Primeira Assembleia Nacional da Pastoral da Igreja em Moçambique*.

¹³ CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE MOÇAMBIQUE. *Conclusões da Primeira Assembleia Nacional da Pastoral da Igreja em Moçambique*.

¹⁴ KASPER, Walter, *A Igreja Católica*, p. 33.

De modo geral, a Igreja africana, no período pós-conciliar, ao realizar o ideal de “Igreja de família”, adaptava-se ao contexto caracterizado pela pobreza material e, acima de tudo, pela falta de visita de um sacerdote para ensinar a doutrina cristã católica e celebrar a eucaristia. Nesse âmbito de pouca frequência do sacerdote às Comunidades, quem continuava garantindo a perseverança da fé era um leigo, o Professor-catequista, com mínima base da doutrina cristã católica e uma fé não totalmente enraizada em Cristo. Na verdade, esses catequistas foram os garantes das comunidades cristãs; aliás, ainda hoje, por falta de missionários e pela distância, as comunidades ainda continuam a ser animadas pelos leigos catequistas, mas com as orientações de uma equipa missionária. Muitos rituais complementares ou antecedentes aos sacramentos são dirigidos pelos catequistas. A distância que separa a sede paroquial das comunidades é um fato evidente que impossibilita a presença do padre para as visitas e evangelização sistemáticas. Por causa do pouco aprofundamento daquilo que é a doutrina cristã, o Professor-catequista que é bom conhecedor da sua própria cultura e âncora do desenvolvimento das Comunidades cristãs, poderia, sem culpa nenhuma da parte dele, usar uma linguagem cultural como forma de transmitir a doutrina e a fé cristã; isto é, uma inculturação insipiente.

No período após a independência de 1975, o número de cristãos que já havia recebido o batismo e com comprometimento da sua fé cristã foi se reduzindo devido ao regime político vigente na altura, então marxismo-leninista. Muitos abandonaram a fé cristã. Face a isso, as Pequenas Comunidades Cristãs foram dirigidas por missionários estrangeiros com pouco conhecimento dos hábitos culturais e religiosos da sociedade moçambicana. E nisso, no âmbito da evangelização, muitas falhas foram cometidas que até hoje se fazem sentir nas comunidades e famílias religiosas cristãs. E por isso, a Primeira Assembleia Nacional de Pastoral “opta pelas Pequenas Comunidades Cristãs, de modo a favorecer a iniciativa e responsabilidade de todo Povo de Deus na edificação da Igreja local.”¹⁵

Onde estão as “falhas” da primeira evangelização? O grande engano ou falha dos missionários foi não conhecer a cultura e a religiosidade do povo a ser evangelizado. O objetivo principal era civilizar e batizar em massa o povo local. De fato, muitos missionários usaram este método descartando tudo aquilo que se constituía base da crença do povo africano, por exemplo, os lugares sagrados, normalmente designados de altares, onde eram oferecidos os sacrifícios em honra dos antepassados. No intuito de eliminar os sinais pagãos, esses espaços foram destruídos,

¹⁵ NICUIA, Eurico Jorge. *A Igreja como Família de Deus: Aproximação para um Ecclesologia moçambicana segundo a Exortação Apostólica pós-sinodal Ecclesia in Africa*, p.16.

considerando-os como profanos ou contra a civilização e a evangelização. Contudo, estes altares, porém, fazem parte da crença do homem-*mutshwa*. É nesse lugar que ele se encontra com os seus antepassados. Por isso, a sociedade dos *vatshwa* acolheu o Evangelho não como vida ou algo maior que os antepassados, mas como imposição, porque não houve um diálogo entre a religião local e o Evangelho. Não foi apresentado corretamente Jesus Cristo como aquele que veio salvar a pessoa na sua totalidade, independentemente da sua cultura tradicional. Aliás, em algum momento, os moçambicanos eram proibidos de praticar a sua crença aos antepassados publicamente, mas continuando a fazê-la secretamente e às escondidas. Portanto, pode-se dizer que o *mutshwa* e/ou o africano em geral aceitou o Evangelho anunciado, mas não o inseriu na sua cultura. O altar sagrado destruído e considerado como profano para a nova religião é o lugar onde o clã se encontrava com os seus ancestrais. E é nesse lugar que os “sacerdotes tradicionais” ofereciam sacrifícios em nome do povo a seus antepassados.

Outro erro que merece destaque foi a colaboração de alguns missionários com o Império Português. As ordens de como devia ser a evangelização eram emanadas a partir da administração colonial portuguesa; alguns padres esqueciam a sua dimensão missionária e defendiam a bandeira do país da origem, concretamente, a Portugal, conforme diz o texto “as Missões católicas portuguesas são consideradas de utilidade imperial e de sentido eminentemente civilizador.”¹⁶ Não poucas vezes, acontecia que um indígena, ao confiar ou confessar ao presbítero aspetos de sua vida particular ou pessoal, depois ser chamado na administração acusado de ter cometido irregularidades contra a nação portuguesa.

Esta subordinação da Igreja ao governo português, além de ter trazido uma desconfiança total à pessoa do presbítero em relação ao autóctone, fez com que muitas congregações engajadas na evangelização do povo moçambicano deixassem o país. Na verdade, muitos missionários que estavam mais próximos do povo como continuadores da ação evangelizadora de Cristo sofreram represálias que culminaram com a expulsão compulsiva na terra de missão. Este é o caso da Congregação dos Padres Brancos, conhecedores profundos da realidade do povo moçambicano, que tinha como objetivos de evangelizar e lutar para a independência de Moçambique à luz do Evangelho, que é Jesus Cristo que se encarnou para o bem da humanidade. Esta Congregação foi expulsa de Moçambique. Atualmente, restam, hoje, apenas alguns membros e em poucas dioceses.

¹⁶ KLAUK, Miguel. *As Notas de Moçambique*, p. 18.

Contudo, dentro de toda esta conjuntura, pode-se dizer que a realidade da Igreja em Moçambique hoje está mais direcionada para a formação dos agentes de pastoral. A Conferência Episcopal de Moçambique (CEM), como órgão representante da Igreja Universal e de cada bispo na sua diocese, preocupa-se com a formação do clero, dos leigos e das famílias, na educação dos jovens e, outrossim, na inculturação do Evangelho. A segunda Assembleia Nacional de Pastoral que aconteceu em 1991, em Maputo, veio consolidar os pontos da primeira assembleia, a fim de continuar a construção de uma Igreja enraizada nos valores culturais do povo local.

2 A RELIGIÃO TRADICIONAL AFRICANA E O SACERDOTE TRADICIONAL

2.1 A Religião Tradicional Africana

Com frequência se escuta várias pessoas falando de uma forma simplória ou folclórica quando se trata da Religião Tradicional Africana (RTA). Em parte, têm razão porque a crença religiosa africana, em si mesma, é muito complexa e, frequentemente, soa como incompreensível para quem a vê de fora e que não esteja dentro do mesmo universo religioso africano. Deste modo, muitos podem defini-la como uma crença sem uma base racional e sem moral. Contudo, trata-se de uma crença complexa e diversa, de tal maneira que, em alguns manuais aparece no plural, isto é, Religiões Tradicionais Africanas, devido a sua diversidade ritual que a caracteriza. É um ritualismo que acompanha o ser humano desde o nascimento até à morte. Ora, justamente por ser pluridimensional-religiosa ou de diversidade ritual da mesma, este capítulo pretende desenvolver aquilo que caracteriza a Religião Tradicional Africana, em geral e, aos poucos, apresentar a religião tradicional entre os *vatshwa*, sobretudo no que tange à memória dos antepassados (*tinguluve*). Salientando, desde já, que todos ritos que tocam esta religião facilmente são compreensíveis por todo africano subsariano. Isto significa, por exemplo, que uma cerimônia religiosa africana realizada numa tribo angolana, congoleza etc., pode ser compreendida com facilidade por um moçambicano da tribo dos *vatshwa*.

Durante muitos anos, a Religião Tradicional Africana não teve nenhum reconhecimento por parte das outras religiões, que existem no mundo, ou seja, era considerada como uma religião sem nenhuma verdade ou mesmo sem qualquer fundamento ético e; por conseguinte, não trazia nenhuma contribuição para a salvação do homem em virtude de estar ligada à superstição e, na pior das hipóteses, ao feiticismo. Esta concepção leva a concluir que nem sempre aquilo que se pensa da religião africana confere a verdade no que diz respeito ao seu conteúdo formativo, educacional e moral para homem do futuro. A religião africana está cheia de instrumentos suficientes para educar o ser crente a partir do momento em que aparece no mundo e entra em contacto com a mãe terra; e esses elementos educacionais são essencialmente transmitidos oralmente, conforme diz o texto:

A religião, embora possua uma variedade muito extensa de ritos e manifestações, coincide nas crenças fundamentais, o que permite também admitir uma unidade religiosa negro-afro (...). A África negra não possui escrita, mas isto não impede que conserve um passado e que os seus conhecimentos e cultura sejam transmitidos e conhecidos.¹⁷

Essa tradição religiosa é caracterizada por vários ritos e cerimônias que podem ser perceptíveis por quem está dentro do esquema e por quem deseja adquirir aprendizado para a sua vida, independentemente de onde vier e onde estiver. A religião africana é muito rica em ensinamentos morais para o homem enfrentar a vida em todas as circunstâncias que ela possa apresentar. Ela é basicamente oral, isto é, dificilmente se encontra um ritual escrito com toda sequência de uma celebração religiosa africana. Mas quem vai presidir (o chefe da família) a cerimônia religiosa conhece todos os passos cerimoniais de cor, por isso, leva-se a dizer que a RTA (Religião de Tradição Africana) é oral, como é também a própria cultura africana. Contudo, atualmente, há diversos escritores, estudiosos e etnólogos que elaboraram material, já bem documentado, que ajuda a sair de uma depreciação para uma apreciação cultural e religiosa africana; dentre eles, temos citado nesta pesquisa Adriano Langa, no seu livro *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana* (1992), e Francisco Lerma Martínez, na obra *O povo macua e sua cultura* (2008).

As depreciações pelo fato de a RTA se fundamentar na oralidade demonstram um desconhecimento escabroso dos fundamentos da RTA. Contudo, não se pode negar que, dentro desta magna religião, existem elementos, por exemplo, a magia negra, o excesso do ritualismo etc. podem servir para deturbar a verdadeira religião africana. São elementos que precisam ser iluminados pelo Verbo Divino de modo que este homem africano acolha o Filho de Deus e preste-lhe culto dentro das suas tradições. O “Verbo foi iluminando os homens e deu-lhes certo número de verdades fundamentais que serviram de preparação ao Evangelho e que, por isso, concordam com o Cristianismo.”¹⁸

A Religião Tradicional Africana, diferentemente das outras crenças (animismo, vitalismo, budismo etc.) tem muitos nomes que lhe são atribuídos negativamente. O africano dentro das suas crenças sente-se mais próximo do Criador, apesar de possuir muitas sombras que dificultam a sua

¹⁷ ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*, p.36-37.

¹⁸ ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*, p. 354.

compreensão como uma religião monoteísta que identifica um povo específico: o africano subsariano (bantu).

Dentro do seu aparato cultural-religioso e da sua crença, a RTA é um sistema que acredita na existência de dois mundos: o visível e o invisível. O visível corresponde ao mundo dos homens. Contudo, ambos os mundos são regidos por um ser Supremo, criador do universo. Entretanto, entre os vivos e os mortos existem seres intermediários, os antepassados. Ora, para entrar em contato com estes seres invisíveis, há uma série de ritos que devem ser observados. Ritos esses que quem estiver de fora pode interpretar mal a prática dessa religião. Os ritos são acompanhados por gestos corpóreos. Por causa desses gestos, quem é estranho a essa crença pode considerar folclore porque não está dentro do mesmo universo religioso. Por isso, pensam que o africano pratica a feitiçaria, ou seja, como se a religião africana estivesse intimamente relacionada com o feiticismo, conforme nos ilustra o texto a seguir:

Os portugueses, desde os primeiros contactos com os povos negro-africanos, supunham que estes adoravam feitiços. Filipo Pigafetta e Duarte Lopes, na sua Descrição do Reino do Congo, publicada em 1591, afirmavam: ‘Vimos inúmeros objetos, pois cada qual adorava o que mais gostava, sem regra nem medida, nem razão de qualquer espécie... escolhiam, como deuses, cobra, animais, pássaros, plantas, árvores, diversas figuras de madeira e pedra, e imagens que representavam estes seres já enumerados, pintados ou esculpidos em madeira, pedra ou outra matéria’.¹⁹

Na verdade, esta descrição relata alguns ritos da religião africana. Mas reflete o pouco domínio da cultura e da religiosidade do povo africano. O erro foi o fato dos europeus não terem percebido o que está por detrás destas reverências por esses objetos dignos de respeito. A conclusão foi precipitada. Quando eles viram o nativo a prestar reverência a estes objetos feitos a mãos humanas, concluíram que o africano é idólatra, e ligaram a religião africana ao feiticismo. Um povo naturalmente religioso como é o africano, tudo o que é natural e está ao seu alcance, segundo o seu dogma, é possível e passível de elevá-lo ao Criador, contudo, não pode ser confundida com o panteísmo. Esta realidade ficou alheia para os “descobridores” da tradição religiosa africana. Infelizmente, até hoje, temos pessoas que consideram a Religião Tradicional Africana como superstição que apregoa o feitiço. Ora, o que é entendido como feiticismo é um conjunto de crenças,

¹⁹ ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*, p. 355.

cultos e ritos dos negros de africanos que têm por objeto a veneração dos objetos naturais. Por exemplo, o respeito pela natureza. Mas tendo em conta esta definição, leva a concluir que muitas religiões praticam o feitiço, entendendo que o “feiticismo deriva do vocábulo português «feitiço», que por sua vez vem das palavras latinas «*fatum, fari*», isto é, objetos feitos à mão, coisas feitas, artificiais, com significado e encanto mágico e que, por, além disso, são objetos de culto.”²⁰ Portanto, partindo da sua origem etimológica, pode-se afirmar que muitas religiões têm seus objetos de culto que só são entendidos dentro daquela sociedade ou da pessoa que acredita naqueles objetos fabricados, segundo a sua experiência cultural e religiosa.

O erro foi atribuir este feiticismo a um determinado povo, africano. Por exemplo, quando viam um indígena apertando em seus braços algumas obras de arte e mesmo amuletos, concluíram que fosse politeísta. Na verdade, a sociedade africana em geral e os *vatsywa*, em particular, entende o feiticismo como sendo uma prática imoral, e o praticante como feiticeiro e que, por conseguinte, não é bem-vindo na sociedade. Um *noyi* (=feiticeiro), entre os *vatsywa*, deve ser expulso e até mesmo condenado pelas autoridades locais. O termo *noyi* é usado comumente como tradução do feiticeiro para a língua portuguesa, para referir todas as práticas maléficas feitas por pessoas vivas contra outrem. Assim, “*noyi* é uma pessoa viva, mas que ontologicamente (segundo a crença popular) tem a capacidade de se desdobrar, tornando-se invisível, ou tomar formas diferentes para poder realizar certas ações maléficas.”²¹ Lamentavelmente, esta figura e suas práticas persistem até hoje. São vários motivos que levam esta figura, o *noyi*, a praticar atos contra o próximo, dentre eles, pode-se citar o ódio, cobiça, ambição que que ele sente em relação ao outro. Ora, como forma de se vingar dos sucessos que outro indivíduo tem, o *noyi* manda espíritos maléficos para destruir a pessoa que está a prosperar, por exemplo, na vida profissional ou mesmo conjugal. E, porque dentro da Religião Africana é notória essa veneração a objetos feitos por mãos humanas, fez do feiticismo como uma característica e, talvez a principal da Religião Tradicional Africana. Por isso, é um erro crasso limitar a Religião Tradicional Africana ao feiticismo. Não se deve definir a cultura e a religião de um povo a partir de algumas práticas que se constituem exceções e não centralidades.

A RTA engloba vários ritos, tradições, proibições e tabús. Cada rito tem o seu significado. Até este momento, focalizou-se o feiticismo como umas das grandes e principais marcas

²⁰ ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*, p. 356.

²¹ LANGA, Adriano. *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana*, p.63.

erroneamente atribuídas a RTA, mas, ao longo do trabalho, serão apresentados elementos que constituem verdadeiramente a religião africana e a ela ligados. Parte-se da ideia de que todas as sociedades do mundo, têm as suas práticas religiosas que são entendidas só pelo indivíduo que está dentro daquele sistema religioso, seja ele cristão ou não cristão. Ninguém conhece a essência de uma cultura porque esteve envolvido nela durante dois ou três anos. Talvez, foi por isso que o grande missionário Henry A. Junod, etnólogo que dedicou muito tempo para conhecer os povos Tsongas (Sul de Moçambique, cujas matrizes culturais são próximas; o culto aos antepassados...), observando a opinião de um oficial militar português por ocasião de sua visita a Moçambique, no século XVIII, ficou, um ano e oito meses. Depois de regressar à metrópole-Portugal, teria enviado um relatório ao prelado de Moçambique dizendo entre várias coisas que “este povo não tem religião nenhuma”. É um relatório falso e que demonstra o fraco domínio da realidade do campo do estudo. Mas a resposta a esse inocente domínio da religião africana é apresentada pelo nosso missionário quando diz que “ela é a primeira e a mais evidente das suas instituições religiosas e todo o europeu que tenha estado nas suas aldeias, aprendido a sua linguagem e esforçando-se por compreender os seus costumes terá ocasião de se familiarizar com essa religião.”²² Para compreender a cultura bantu, que faz parte a RTA, é necessário, em primeiro lugar, estar próximo desse povo e, em segundo lugar, talvez o mais necessário, tirar todos os preconceitos sobre cultura e religião africanas. Esta metodologia não só ajuda para compreender a cultura e a RTA, mas todo a antropologia cultural e o seu aparato religioso. Na verdade, a RTA é complexa. Foi por isso que Raul Ruiz diz que:

O Encontro Internacional de Bouaké, 1964, abriu o tema: «As Religiões Africanas Tradicionais» e o Colóquio de Cotonou, 1970, repelem o emprego de termos depreciativos e sem fundamento, tais como animismo, paganismo, feiticismo, ancestralismo, manismo, superstição, etc. que servem para identificar a religião africana. Pede que todos se atenham à expressão Religião Africana Tradicional ou a outras denominações tiradas das línguas africanas.²³

A expressão supracitada leva a crer que a religião tradicional africana, devido à vastidão de crenças que a compõem e do seu caráter ritual específico, seja difícil de ser denominado com um

²² JUNOD, Henrique Alexandre. *Uso e Costumes dos Bantos*, p. 336.

²³ ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*, p. 365.

nome único que caracterize todo o mosaico religioso e cultural que constitui a África negra. Mas desta complexidade religiosa que pode variar de um país para outro ou de um povo para outro dentro do continente africano, encontramos pontos comuns que unificam essa religiosidade. Nesse contexto é possível conceber toda a amplitude da Religião Tradicional Africana. O homem africano recebeu essa religião dos seus antepassados e a conserva até hoje. E esta consciência faz com que ele transmita esta herança de geração em geração. A RTA asseta-se na crença de um Ser Supremo e criador do mundo e na existência de dois mundos; um visível e outro invisível. Esse criador do mundo é quem comanda aos dois mundos. No contexto da RTA, não existe nada livre que não esteja ligado ao religioso. O homem desde a sua nascença até à sua morte está ligado a um cordão umbilical, vital e religioso que o acompanha. A religiosidade do homem africano se manifesta, sobretudo, na vida intercomunitária. Os seus antepassados (seres intermediários entre o Ser supremo e os homens) proporcionam momentos de convivência comunitária como forma de manter a comunhão entre o mundo visível e o invisível. “O fato religioso tem o caráter de uma experiência individual com um sentido comunitário. Isto significa que o Homem religioso não se contenta com sua experiência particular, sem que sinta a necessidade de a transmitir aos membros do seu grupo.”²⁴ E estes momentos consistem em culto aos antepassados através de festas celebrativas com a participação de todos.

O africano é por natureza um ser religioso. Uma religiosidade que não se aprende nas universidades. Logo ao nascer é apresentado à mãe natureza; e vai amadurecendo-a nas participações culturais colhendo nas experiências dos mais velhos-anciãos. É por isso que, em muitas cerimônias religiosas africanas, a presença participativa dos membros da família é necessária e até mesmo obrigatória, porque só recebem bênçãos os que estão presentes, salvo uma justificação. Neste caso, o “sacerdote tradicional” ou o chefe da família terá que mencionar os nomes dos ausentes no momento laudatório, de modo que os antepassados saibam que tal fulano não está por motivos dignamente justificados. Esta justificação é muito importante para quem não está. Ora vejamos, se um membro da família se ausentar na cerimônia religiosa sem explicação, na Religião Tradicional Africana acredita-se que este membro que não está presente no convívio familiar pode vir a ter alguns problemas dentro da sua família doméstica, por exemplo, poucos sucessos no setor laboral, perda do emprego. Contudo, não chegam a ser destrutivos, mas são

²⁴ MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *Religões africanas hoje*, p. 17.

chamadas de atenção de modo, que na próxima vez não falte nas cerimônias do clã. Estes pequenos problemas são enviados pelos *tinguluve* (antepassados), protetores secundários do clã.

Nesta dinâmica de cultos familiares, a RTA procura responder e integrar toda a vida das pessoas numa harmonia de paz, de solidariedade, vida profissional, fecundidade, respeito, e dignidade entre as famílias, de tal modo que, quando numa determinada família não reina paz, é motivo para preocupar todo o clã. É comum, por exemplo, que, quando a esposa não concebe, haja necessidade de se fazer uma cerimônia tradicional para apresentar este problema aos antepassados. O mesmo exemplo é aplicável também quando se refere às calamidades naturais, sobretudo quando se trata da seca. É da inteira responsabilidade do “sacerdote tradicional/chefe da família” convocar uma cerimônia para o culto dos antepassados com finalidade de apresentar todos estes problemas; mas pode acontecer que sejam os *tinguluve* (antepassados) a pedirem “missa” para eles.

Na religião africana existem dois mundos: dos vivos e dos mortos. Porém, os dois universos estão em harmonia. Os *tinguluve* têm a função de comunicar ao transcendente, ao Ser Supremo, Imanente, as preocupações do mundo visível, isto é, dos seres vivos-Homem. Todos estes gestos ou ritos feitos pelos homens, na pessoa do sacerdote, são praticados em lugares próprios, isto é, nos altares familiares, que pode ser em casas ou mesmo nas árvores, que são pequenos santuários altamente respeitadas, conforme a citação: “é esta árvore que o *tinguluve* escolhe para se servir dela como seu altar.”²⁵ Desta forma, podemos dizer que a RTA é caracterizada por crença aos *tinguluve*, que, por sua vez, esses canalizam tudo ao Ser supremo, criador do universo, ou seja, acredita-se na existência de um só Deus que quer que os homens se unam e sejam participativos nas cerimônias religiosas familiares, sejam solidários, comam juntos e, em comunidade, ofereçam sacrifícios aos antepassados a fim de obterem a proteção de Deus. Por isso, também para a religião africana “é importante perceber que Deus deseja ver seus filhos sentados ao redor de uma mesa, sinal de vida, partilha, alegria, fraternidade e reconciliação.”²⁶ Assim, é imprescindível entender a RTA com a vida comunitária que deve manifestar-se combinando as duas dimensões, isto é, vertical e horizontal. Nesta religião, encontram-se bem encaixadas as palavras da primeira carta de São João: “Se alguém disser – amo a Deus, mas odeia seu irmão, é mentiroso. Porque aquele que não ama seu irmão, a quem vê, é incapaz de amar a Deus.” (1Jo 4, 20). Aqui está outro aspecto

²⁵ LANGA, Adriano. *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana*, p. 118.

²⁶ MENEGAT, Leni; STOFFEL, Maria et al. *A arte de caminhar ao encontro do Senhor*, p. 84.

importante da RTA, pois nela muitas cerimônias religiosas estão destinadas a resolver os conflitos familiares, visto que o ideal é que todos participem do sacrifício em paz e harmonia e, ainda mais, “a necessidade de celebrar em conjunto esta cerimônia ou outras da mesma envergadura ajudando os membros do clã a ultrapassarem as possíveis divergências.”²⁷

A RTA é uma religiosidade dos povos abaixo do deserto do Sahara. Esta expressão não é científica, mas convencional, conforme já se mencionou neste trabalho. Ela faz parte das religiões naturais que têm uma doutrina transmitida de geração em geração conforme o texto a seguir:

As Religiões Tradicionais Africanas (RTA) são, de facto, as religiões naturais dos povos da África Subsariana que foram conservados e transmitidas oralmente de geração em geração até aos nossos dias. Encontramos nelas um corpo de verdades: Deus, Ser Supremo e Criador; os intermediários entre Ele e os homens; outros espíritos; ritos para só nas diversas circunstâncias da vida (desde o nascer até à morte); os especialistas dos ritos (responsáveis da interpretação e realização do rito); a comunidade que os celebra (familiar e social); e as orientações de ordem ética (prescrições e proibições), que determinam o comportamento dos seus membros.²⁸

Esta definição resume aquilo que são as RTA. O eixo central consiste na crença da existência de um Ser Supremo, Criador do universo, e que este Ser, segundo a religião africana, é acompanhado por seres abaixo Dele, isto é, os *tinguluve*, que já foram abordados ao longo desta dissertação. Logo, pode-se concluir que esta religião é monoteísta, contrapondo todos os discursos que consideram as RTA como pagãs ou politeístas. Na RTA, encontram-se verdades, sim, que precisam de ser iluminados pelo Verbo de divino. Embora o Concílio Vaticano II, no seu decreto *Ad Gentes*, não tenha falado concretamente sobre a existência e a crença desta religião, acredita-se que o seu pensamento está subjacente nesta percepção religiosa africana, quando afirma que, “tudo o que de bom e verdadeiro neles há é considerado pela Igreja como preparação para receberem o Evangelho, dado por Aquele que ilumina todos os homens (AG 16)”. De fato, a RTA não é um sistema fechado que não necessita ser iluminado pelo Verbo divino, visto que crê na existência de Deus único e transcendente, Criador do universo. Os conteúdos doutrinários ou dogmas que sustentam a sua existência ou como dado normativo para orientar a sociedade africana não chegam

²⁷ LANGA, Adriano. *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana*, p. 81.

²⁸ MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *Religiões Africanas Hoje*, p. 100.

a ser documentados em livros, como é o caso de outras religiões, mas são sabedorias conservadas e transmitidas oralmente e, em muitos casos, através de sinais transmitidos pela natureza, provérbios, mitos relacionados com o cosmos.

As práticas religiosas estão intimamente ligadas à família e muitas cerimônias religiosas são feitas dentro da casa familiar; sendo assim, a família é o centro da religião, por isso, não constituiria novidade, em algumas aldeias, encontrar em cada família uma casa de pequena estatura, do tamanho de um presépio, onde o chefe da família oferece sacrifícios aos *tinguluve*. A família é, pois, o centro e o espaço natural dos ritos religiosos. Dificilmente se realizam cultos religiosos em público, embora existam alguns ritos que, pelo seu carácter, podem ser feitos ao relento e com a presença do povo, no entanto, diz o texto:

A prática religiosa vive-se, principalmente, a nível familiar: a maior parte dos ritos são de carácter familiar: quem dirige normalmente é a autoridade da família; e as ofertas são realizadas aos antepassados da família. Nenhum membro deste, já iniciado, pode considerar-se isento de participar nos ritos. A sua ausência dos mesmos não se justifica e sempre são consideradas como uma falta grave que, antes ou depois, deverá emendar. E muitas vezes os ritos têm como finalidade geral restabelecer a unidade do grupo familiar em questão.²⁹

Conforme salientado, as cerimônias religiosas africanas, sobretudo as de nível familiar, são de carácter unificador dos membros da família e, por conseguinte, a sua presença é obrigatória. Nelas, cada um dos membros, na pessoa do chefe da família, apresentam as orações de toda a família e recebe-se também as bênçãos vindas de Deus, por intermédio dos *tinguluve*, porque estes são também transmissores da vida. Aliás, dentro do mundo invisível (Deus e os *tinguluve*) os mais exigentes são os *tinguluve*. Esses têm autonomia para pedir uma missa (*mhamba*) em sua honra. Portanto, conforme se vê, os *tinguluve* não são simples espíritos ou antecessores biológicos de uma família, mas também desempenham para o mundo dos vivos uma tarefa fundamental da vida ética na sociedade clânica, tribal e familiar. Dentro do mundo invisível, só eles é que têm autoridade ou possibilidade de se comunicar com o mundo visível, isto é, com o mundo dos homens. Mas tal comunicação não é direta. Para que isso aconteça, é necessário que o chefe da família faça consulta ao *nyatilholo*. Este é um novo conceito que será abordado mais adiante na presente pesquisa. O

²⁹ MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *Religiões Africanas Hoje*, p. 103.

nyatilholo é uma figura não menos importante naquilo que é a cerimônia religiosa africana. O “nyatilholo ou *mulhalhuvi* é o adivinho no sentido puro do termo.”³⁰ É a partir dele que vai saber-se o que os *tinguluve* precisam e como deve ser organizada a cerimônia de *mhamba*. Ele é espécie de um adivinho.

Entre os *vatshwa*, o *nyatilholo* é um especialista em adivinhação. É comum também ser chamado *mulhalhuvi* ou *nyatilholo*, ambos são substantivos, para referir a pessoa que usa *tilholo*. Ora, *ku lhalhuva* indicaria o verbo de mexer o *tilholo*. Assim, *tilholo* refer-se “à coleção de pequenos ossos e conchas marinhas e que são bem tratadas com todos os meios de higienização para esse fim de consulta; e o “ato de consulta que um sujeito pode fazer chama-se *kulhalhuva tilholo*.”³¹ Na verdade, quem executa este movimento é o próprio *mulhalhuve*. O método de *ku lhalhuva* consiste em juntar os *tilholo* nas duas mãos e lançando numa pele de cabrito ou esteira pré-preparada para esse ato. E o *mulhalhuve* vai interpretando a cada queda dos *tilholo* e indica o que cada osso está transmitindo. É preciso salientar que cada um dos ossos ou concha marinha tem um nome particular que só é conhecido pelo executor, isto é, o *mulhalhuve*. Cada interpretação vai resultar na resposta do consulente. É um rito que não tem um tempo cronometrado, porque pode se repetir tantas vezes que forem necessárias até se diagnosticar o problema que levou a pessoa ir ao *mulhalhuve*. É importante referir que o *mulhalhuve wa tillholo* é dotado de um poder que pode ser considerado como um sexto sentido para lhe ajudar a interpretar o que os *tilholo* (ossículos) dizem, e para daí serem tomadas as decisões subsequentes (por exemplo, que tipo de sacrifício deve ser oferecido no *mhamba*). Portanto, é uma figura muito importante dentro da religião dos *vatshwa*. Porque os seus conselhos que, são o resultado da consulta aos *tilholo*, vão ditar a realização da cerimônia e a sua eficácia.

2.2 Características da RTA no contexto dos *vatshwa*

A RTA é *de per se* complexa. Ora, se já pelo nome remete a um equívoco, muito difícil é apresentar aquilo que são, na íntegra, as suas características. Por causa dessa vastidão do campo religioso africano, neste item, pretende-se apresentar elementos constitutivos da RTA. Ela é

³⁰ LANGA, Adriano. *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana*, p. 111

³¹ LANGA, Adriano. *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana*, p. 111.

caracterizada por vários ritos de acordo com cada povo, mas não se pode negar que há traços comuns. Por isso, apresentar esses traços ou características comuns da RTA no contexto dos *vatshwa* é imprescindível para qualquer um que queira conhecer esta religião.

A religião africana, como outras religiões, é caracterizada por suas duas partes: teórica e prática. Existe uma dimensão de ensinamentos teóricos que são transmitidos de geração em geração pela oralidade e uma prática que deve ser objeto de celebração ritual. Isso significa que, na RTA, a dimensão teórico-prática deve ser manifestada na celebração individual, familiar, clânica, dentro daquilo que se crê. O que se crê na RTA? Ela é eminentemente monoteísta. Assim, a primeira característica desta religião é a fé na existência de um único Deus, Criador do Céu e da Terra. No interior de sua diversidade cultural, acredita-se na presença de um Ser supremo e esse Ser supremo entre os *vatshwa* é chamado por Deus (*Nungungulo*).

A crença em Deus, Pai e Criador do universo nunca foi posta em questionamento para a população africana. Esse monoteísmo manifesta-se no dia a dia na fé da existência de um Ser superior que é protetor de todos os homens e que, por conseguinte, é um Ser inacessível e incriado, mas Criador. Este poder revela-se a partir dos diversos atributos que o moçambicano apresenta para falar de Deus. Embora haja a crença aos antepassados, a RTA assenta-se na fé em um Deus, de onde todo o poder que os ancestrais ou antepassados recebem. Isto significa que do mundo invisível - *tinguluve* e *Muvangi* (Criador) -, os primeiros recebem o poder do seu Criador. Os antepassados são intermediários entre os homens e Deus, posto que o seu poder sobre os homens emana de Deus. Segundo o Papa VI, esta concepção da RTA de um Deus Criador e Protetor, pode ser expressa da seguinte forma:

A ideia de Deus, como causa primeira e última de todas as coisas, é o elemento comum importantíssimo na vida espiritual da tradição africana. Esse conceito, percebido mais que analisado, vivido mais do que pensado, exprime-se de modo bastante variado, de cultura para cultura. Na realidade, a presença de Deus penetra a vida africana, como a presença de um Ser superior, pessoal e misterioso. (*Africae Terrarum* 8).

Para a RTA, Deus é a base e o sustentáculo de tudo o que existe sobre a terra. É a partir dele que brota toda a vida e dele depende a harmonia entre os homens com o mundo. Os antepassados são seres espirituais a seu serviço. Identificar o monoteísmo como uma primeira característica da RTA pode parecer paradoxal, por várias razões, como por exemplo, a identificação

do senso comum de que a RTA é uma religião ligada ao feiticismo, ao animismo ou ao politeísmo. Esse modo de interpretar a RTA como politeísta pode ter sua razão de ser porque pouco se percebe do papel dos antepassados. Aliás, esta concepção é notada também dentro dos próprios africanos.

Ademais, em certas religiões subsarianas, há uma hierarquização dos antepassados, passando a existir os secundários e os primários, isto é, deuses secundários e primários. Mas essa interpretação, que, porém, *de per si*, pode levar ao politeísmo, significa que os antepassados-*tinguluve* são considerados pequenos deuses que levam as intenções do povo para o Ser-supremo-Deus. Do ponto de vista cristão, o erro consiste em divinizar os antepassados. O papel dos antepassados não pode ser equiparado ao mesmo nível de Deus, Ser supremo. Deus, ser “Pré-existente, fez surgir os primeiros-a-existir, criou esses antepassados antiquíssimos. Estes, por sua vez, fizeram ‘surgir’ os membros de tal sociedade e, fictícia ou realmente, os elementos culturais que modelam seus descendentes”.³² Portanto, o mais importante é compreender que a sociedade africana é monoteísta, manifestando na crença em um Ser supremo, Criador do mundo, em que, para o seu acesso, existe um grupo de seres espirituais que são considerados como intermediários entre os homens (mundo dos vivos) e os Deus (mundo invisível).

O monoteísmo da RTA manifesta-se na pessoa dentro da sua cultura-religião quando estiver em conversa com outrem. Essa crença de um Deus Onipotente pode ser encontrado em algumas expressões diárias entre as pessoas. Por exemplo, entre os *vatshwa*, é comum encontrar uma pessoa que pouco sabe de Igreja ou da religião institucional, mas professa a sua fé em Deus Criador nesta e em outras expressões: “*hambi munhu ahi nyenya loku amatilo mali na hina, angata maha tchumu*”. Tradução: “mesmo se alguém nos odiar, se os céus (Deus) estiverem conosco nada fará”³³. Portanto, esta e outras expressões que podíamos apresentar revelam uma fé nata da sociedade africana em geral, mas no caso concreto dos *vatshwa*, em Deus Criador e protetor do *munhu* (pessoa).

Na RTA, Deus tem muitos nomes e atributos para o identificar como Ser Criador e protetor. Como não se conhece o nome próprio de Deus, cada sociedade usa um nome apropriado e possível de ser compreendido pelo povo local, mas é um nome genérico. Isso significa que, dentro de um

³² ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*, p. 387.

³³ LANGA, Adriano. *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana*, p. 9

contexto religioso-cultural de uma sociedade africana, quando se menciona um nome referente a Deus, todos facilmente entendem que se trata de um ser Onipotente.

Entre os *vatshwa*, o nome exclusivo e perceptível para referir a Deus é *Nungungulo*. “Não sabemos a origem deste termo nem a ordem de evolução porque passou até hoje mas conhecemos outros termos que bem parecem ser da mesma raiz: *Mungu* (swahili); *Mugulu: Mulungu*. ”³⁴. Acredita-se que seja um termo bantu. Contudo, entre os povos (*vatshwa*, *vatonga*, *vachopi*, *vachanga* e *varonga*) que se encontram abaixo do rio Save, sul de Moçambique, não obstante a diversidade da língua, todos percebem quando falamos de *Nungungulo* para nos referirmos a Deus. O mesmo pode acontecer que um *chopi* diga *Nkoma* (Deus) ou um changana, *Xikwembo* (Deus) entre os *vatshwa* todos vão perceber que é uma palavra familiar e se refere a Deus todo poderoso e criador.

Outro nome que se chama a Deus é “*MUVANGI*”³⁵ (Criador). É um nome, mas também revela a sua ação criadora. Portanto, é nome e adjetivo, concomitantemente, que qualifica ação criadora de Deus. Tudo isso expressa a ação incomensurável daquilo que é o Ser e Agir de Deus entre os *vatshwa*. Entre este povo, em algum momento, pode ser difícil distinguir o nome e o atributo do Criador. Todavia, quando se fala de ato de criação, este não deve ser considerado com o de um artista que pode criar um vaso brilhante que chama atenção para o bom apreciador de arte. Não. O ato de criar (*ku vanga*) de Deus é diferente de um artista humano. Ele é o Sumo criador de tudo.

Entre outros nomes, não menos importantes, que merecem destaque, encontramos *HOSI* e *DADANI*, cuja tradução é rei ou pai, respetivamente. A presente pesquisa não vai se deter tanto neles porque são familiares e bem aplicáveis a Deus. Entretanto, merece maior destaque o segundo, *Dadani*- Pai. Este conceito na cultura e religião dos *vatshwa* é muito próximo. O *Dadani* é o pai da família que deve prover tudo para o bem da mesma. O pai da família é chamado *Dadani*, porque ele é o cabeça da família-casa. Tudo o que acontecer dentro da família deve ser do seu conhecimento e, acima de tudo deve resolver e harmonizar as relações dos membros da casa e do clã. Por isso, usar o mesmo termo para se referir a Deus facilita o entendimento da ação de Deus na sociedade dos *vathswa*. Tanto é verdade que na tradução da oração dominical, em muitos

³⁴ LANGA, Adriano, *Questões cristãs à Religião Tradicional Africana*, p. 12

³⁵ LANGA, Adriano, *Questões cristãs à Religião Tradicional Africana*, p. 12

manuais litúrgicos entre os *vatshwa* usa-se muito o termo *Dadani* para referir esse Pai que é Criador e providencia alimentos para os seus filhos. Isso se encontra na oração do Pai Nosso quando se diz: *Dadini wa hina wu nga le tilwne.....hi nyike nyamutlhe kuga ka hina* . Tradução: Pai nosso que estás nos céus.....dai-nos hoje o pão de cada dia. Podíamos continuar a apresentar uma lista enorme dos nomes de Deus só entre os *vatshwa*, mas não vamos nos alongar. Os que foram citados, foi feito para demonstrar a diversidade de nomes para se referir o mesmo Ser, Deus Criador que toma vários conceitos consonante a variação de uma sociedade para outra, mas que entre o povo da mesma região é possível perceber que tal nome é exclusivamente referente a Deus.

A segunda categoria, que se pode destacar como uma das características da RTA, é a crença aos antepassados (*tinguluve*). Dentro do mundo invisível, acredita-se na existência de seres espirituais que estão a serviço do homem. São seres espirituais (mortos) que, devido ao seu *modus vivendi*, depois da sua morte, são considerados como protetores dos vivos, e, por conseguinte, fazem parte do outro mundo-invisível. Entre os *vatshwa*, os *tinguluve* são seres espirituais que, embora mortos, ainda continuam como “pessoas vivas” e têm um papel muito importante para com o vivos. Há uma relação recíproca entre eles-antepassados- e os vivos. A reciprocidade consiste no fato de que os vivos precisam da sua proteção, mas os antepassados, para continuarem presentes na família ou clã, precisam ser alimentados pelos vivos. Esta alimentação é feita através do culto aos antepassados que já referimos neste trabalho. Frei Amaral Bernardo Amaral, grande estudioso da cultura e da religião tradicional africana sobre esta reciprocidade, diz que, “se estabelece desta maneira, um verdadeiro *commercium familiare* entre os vivos e os mortos. Os vivos necessitam recorrer aos mortos para a vida correr bem e os antepassados só se mantêm vivos na medida em que são recordados, invocados e alimentados pelos seus descendentes vivos.” Assim, é a partir desses seres espirituais que se mantém a intercomunicação entre os dois mundos- o visível e invisível- através do sacrifício aos antepassados que é presidido pelo chefe (pai) da família ou do clã. Este é outro elemento constituinte da Religião Tradicional Africana.

Toda a cerimônia religiosa africana, sobretudo no culto aos antepassados, necessita de uma figura para conduzi-la. Entre os *vathswa* é chamado o *muphalhe*-sacerdote. Entretanto, pode ter outros nomes tais como chefe da família, *murangeli* (mestre da cerimônia). O chefe desempenha uma função muito importante dentro da família e/ou do clã. O clã é sempre formado por um grupo de famílias descendente de um antepassado comum. Entre os *vatshwa*, cada família tem o seu chefe que, por direito é o pai da família que deve oferecer sacrifício em honra dos antepassados no seu

altar particular. Mas é possível que entre a família clânica se escolha uma pessoa para ser o sacerdote do conjunto de famílias do agrupamento. Recordemos que, na cultura e religião tradicional africana, não existe um sacerdócio institucionalizado como nas outras religiões monoteístas ou cristãs.

O “sacerdote tradicional” (*muphalhi*) não trabalha sozinho. Ele é ladeado por um grupo de anciãos que o ajudam a tomar certas decisões para o bem da comunidade ou da família. Esses anciãos (*madotas*) podem ser considerados como o conselho dos consultores do sacerdote. No concernente às funções sacrificiais no culto e ao conselheiro espiritual conhecedor da cultura, sabe-se que, para os africanos, a cultura e a religião são conceitos interligados ou que se fundamentam mutuamente. Por isso, um chefe da família é considerado o patriarca, sacerdote, juiz, protetor e condutor da comunidade. Contudo estas funções não lhe atribuem um título nominal como na linguagem civil. Ele continua a ser chamado pelo próprio nome. É um membro dentro de outros. Os títulos funcionais, para a religião africana, não concedem à pessoa muitas honras ou regalias. O chefe da família/clã é um entre os pares; porém, bem reconhecido e respeitado pelo seu papel de guia da sociedade. Ele está muito ligado a todos para a harmonia social, cultural e religiosa. Possui uma autoridade que é reconhecida por todos os membros da família.

Outro elemento ou característica da RTA entre os *vatshwa* é a relação do homem com os espíritos. O homem sente-se ligado em todas as dimensões com os mortos, isto é, com os espíritos. Eles circundam em todos os lugares onde os vivos habitam. É normal, dentro da cultura e religião africanas encontrar matas sagradas. São sagradas porque lá estão os espíritos a proteger a porção de povo que está próxima. Qualquer ação praticada pelo *muthu/munhu* (ser ou pessoa) é acompanhada pelo seu espírito. Por exemplo, quando os homens vão para a caça, devem pedir ajuda aos espíritos da selva para que os protegem dos animais ferozes e tenham uma caça bem-sucedida. A petição é feita no culto dos antepassados. Isto significa que os espíritos fazem parte da classe dos antepassados. Eles estão, em termos de hierarquização, abaixo de Deus, mas acima dos homens. Fazem parte do governo do mundo invisível.

A crença nos espíritos manifesta-se no dia a dia de cada pessoa ao longo da vida. Para dar um nome a uma criança, deve-se procurar a lista dos “nomes dos mortos”. Isso significa que essa criança que recebeu o nome de tal fulano (defunto) deve agir como ele. Se for o contrário, é necessário que se consulte para saber o que está acontecendo. Pode parecer estranho afirmar que

os mortos têm força vital para os vivos, contudo, dentro da cultura e religiosidade africanas, os mortos ainda continuam “vivos”. Eles ainda fazem parte da comunidade dos vivos. No pensamento bantu, a morte, apesar de destruição e desordem, aparece como um momento necessário da vida que brota no nascimento e culmina no estado de antepassado. “O antepassado, além de perdurar, prolonga-se na sua descendência”.³⁶

Para a maioria dos povos africanos e, sobretudo em Moçambique, a morte de um parente significa a passagem para outro mundo, mesmo que este parente ainda continue presente no meio do seu povo. Francisco Lerma Martinez (de boa memória) dedicou muito tempo ao estudo da antropologia cultural e religiosa da sociedade moçambicana. Ele diz que:

A morte é uma mudança de estado, que supõe, ao mesmo tempo, ruptura e continuidade. O que subsiste do antigo estado no novo é, fundamentalmente, a identidade essencial da pessoa, os laços familiares (quem morre continua a pertencer à sua própria família) e sociais (o falecido continua a ser membro da sociedade a que pertence).³⁷

Portanto, para a religião africana, a pessoa, embora morta, ainda permanece presente entre os vivos através da sua “sombra”. Essa crença manifesta-se nos cemitérios. Na sociedade africana, em geral, e nos *vatshwa* igualmente, é comum que cada família tenha um cemitério particular para enterrar os seus parentes. E esse local deve sempre estar limpo porque é morada dos “vivos-mortos”. Se houver mau uso da sua moradia eterna, eles têm direito de exigir os cuidados para continuarem “vivos” e desempenharem o seu papel de protetores. Ora, se os vivos não obedecerem a esse mandato, os espíritos têm capacidade ou poder de irem-se contra os vivos e, quando acontece isso, os vivos sentirão os efeitos negativos. Por exemplo: secas, fraca produção das colheitas etc., porque eles não conduziram tudo ao Ser supremo, Deus.

³⁶ ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*, p. 434.

³⁷ MARTINEZ, Francisco Lerma. *O povo macua e a sua cultura*, p. 173.

2.3 Descrição de *mhamba* em honra dos antepassados (*Mhamba ya ku rila tinguluve*) entre os *vatshwa*

Numa entrevista feita por Lucier Sarr ao padre Ludovid Lado, antropólogo camaronês, publicada por *La Croix International*, a 30/04/2020, sobre a Religião Tradicional e veneração dos ancestrais, o padre diz:

O costume africano de venerar os mortos assemelha-se à crença católica na comunhão dos santos. A estrutura tradicional dos *bamilékés* centraliza-se na veneração de relíquias dos ancestrais. Para o “ancestralizado” – isto é, venerado como um ancestral – o falecido deve satisfazer uma série de condições: ter tido uma boa morte (excluem-se mortes por afogamento, suicídios, etc.); ter sido casado e gerado descendentes, ter mostrado grande integridade moral durante a vida, ter sido objeto de cerimónias festivas de “ancestralização”, etc., para o descendente do falecido “ancestralizado”, trata-se de ofertar sacrifícios no lugar sagrado onde se mantém o crânio exumado. Isso pode ser feito para pedir um favor (proteção, saúde, trabalho, sucesso, etc.) para si próprio ou algum membro da família. Pode ser feito também para agradecer por um favor obtido. Em geral, a cerimónia acontece quando alguém sente que está em perigo ou que nada funciona, consigo ou com alguém da família.³⁸

A religião africana é complexa devido à sua diversidade ritual. O homem africano em geral e, em particular para os *vatshwa*, esta diversidade está ligada a uma espécie de cordão umbilical religioso que a marca desde o seu nascimento até sua morte. E, por conseguinte, cada passo da sua existência está marcada por uma celebração religiosa. Esta celebração que devido a sua complexidade, pode ser difícil distinguir aquilo que é típico de uma missa tradicional e aquilo que pode ofuscar a mesma celebração tradicional, devido aos problemas que já foram abordados nesta pesquisa.

Desta forma, descrever uma cerimónia cultural e religiosa em honra dos antepassados é querer elucidar uma das várias celebrações religiosas que os povos *vatshwa* executam. Escolheu-se a cerimónia de *Mhamba ya ku rila tinguluve* por estar enquadrada no presente estudo. Os passos, embora resumidos, revelam objetivo do presente trabalho, que consiste em perceber o porquê um

³⁸ LUDOVID LADO. *Religião tradicional africana e a veneração dos ancestrais*.

cristão católico pede uma celebração eucarística em honra do seu ente querido, mas depois, pede outra celebração - missa/*mhamba* – que é presidida pelo “sacerdote tradicional”.

Esse ritua em honra dos antepassados (*mhamba ya ku rila vafi*) é especialmente familiar e tem como objetivo recordar os antepassados, como entidades guardiãs da vida do homem *mutshwa*. Contudo, não se tira a possibilidade de convidar os vizinhos e/ou extrafamiliares. A presença dos membros da família é muito importante porque eles são os primeiros recetores das bênçãos. No mundo invisível, temos o ser supremo (Deus) e os espíritos (antepassados) que governam a vida do ser vivente. Deste modo, quando se percebe que o ser vivente (homem e tudo o que acompanha para a sua existência) está em falência, o chefe do clã vai perceber que algo está errado. Por isso, é necessário consultar o adivinho, figura que acredita possuir o “sexto sentido”. Os antepassados falam de diversas maneiras. Cabe a quem é de direito (o chefe da família/sacerdote tradicional) entender e tomar a iniciativa de consultar o *mulhalhuve/nyatilholo* para perceber o porquê da seca, da infertilidade, da falta de sorte na busca do emprego, do porquê de tantas mortes, etc.

Portanto, é dentro deste contexto que o pai clânico vai perceber que é necessário realizar-se uma missa tradicional em honra dos antepassados. Nesse caso, o “sacerdote tradicional” ou pai da família, que na língua *xitshwa* é traduzido por *Muphalhi*, com alguns anciãos, isto é, os *madotas*, vão consultar o *nyatilholo*. O resultado que tiverem depois da consulta é que vai decidir a marcação da realização do *mhamba ya ku rila ka vafi*.³⁹ O *nyatilholo* pode indicar o lugar onde deve ocorrer a cerimônia e o tipo do animal que deve ser oferecido em sacrifício. Percebe-se, de antemão, que vai ser uma cerimônia longa. Mas, para a presente pesquisa, apresente-se em dois momentos, mas um: “é esquema geral se pode aplicar em toda a parte, segundo os casos, aos diverso sacrificios.”⁴⁰ Esta esquema é básico para a realização do *mhamba ya ku rila vafi* entre os *vatsywa*: preliminares, preparação da cerimônia (*ku longisela ka mhamba*) e a celebração propriamente dita cerimônia.

2.3.1 Preliminares

Esta fase é o substrato de toda a cerimônia. Tudo o que for a se realizar depende de boa preparação. Como diz Francisco Lerma: “Começa-se pela consulta. Trata-se de um passo

³⁹ A expressão *ku rila ka vafi* é traduzida literalmente como: “o choro pelos mortos”. Mas em termos do peso significativo da mesma, refere-se ao culto dos antepassados. Isso significa que os antepassados são também mortos. É por isso que fazem parte do mundo do invisível, mas também presente no mundo do visível.

⁴⁰ MARTINEZ, Francisco Lerma, *Religiões africanas hoje*, p. 210.

obrigatório. Sempre há que consultar ao *Nyatilholo* (especialista da averiguação), para que indique as modalidades do sacrifício.”⁴¹ Conforme ilustra o texto, esta fase é caracterizada primeiramente pela consulta ao *nyatilholo*. O chefe clânico ou *muphalheli*, com alguns anciãos, dirigem-se ao *nyatilholo* para fazer consulta com objetivo de saber como deve ser feito o *mhamba* e que tipo de sacrifício deve ser oferecido aos *tinguluve*. Ora, tendo voltado do “consultório”, segue-se a outra fase muito prática: que consiste em fazer uma reunião mais aberta que congrega outros *madotas*-anciãos para dar o resultado da consulta e avaliar os valores monetários necessários para a execução da cerimônia tradicional. É depois desta assembleia alargada que será informado ao resto dos membros do clã sobre as contribuições que cada família deve fazer. Portanto, não se pode negar que a realização de uma cerimônia religiosa africana, sobretudo no contexto dos *vatshwa*, acarreta consigo custos monetários.

Entre os *vatshwa*, a matéria do sacrifício é determinada depois da consulta ao *nyatilholo* (especialista em adivinhação). Comumente, exige-se que essa matéria seja escolhida dentre alguns animais: “*huku* (galinha), *Nkuku* (galo), *Mbutana*(cabrito), *Mbuti*(cabra), *Homo* (boi) etc.”⁴² Estes são todos animais domésticos que, em vida, os antepassados tinham acesso. Além deste material, prepara-se também a bebida tradicional feita de farinha de milho, o *wuputso*. Em virtude de ser uma cerimônia dedicada aos antepassados (*tinguluve*), é muito importante limpar o cemitério familiar (*xilalha*). Pode parecer incompreensível falar de cemitério familiar para muitos que não conhecem esta tradição porque entre outras culturas ou tradições, os cemitérios são públicos, contudo, entre os *vatshwa*, é comum que cada família ou clã tenha um cemitério privado para sepultar os seus membros. Ainda viva, a pessoa pode escolher o lugar onde deseja ser sepultada. Esse lugar onde for sepultada, pode vir a ser cemitério familiar. É sempre importante respeitar-se o testamento do defunto. Muitas vezes não se deixa algo por escrito, mas se comunica verbalmente a uma pessoa mais próxima. Contudo, deve-se perceber que os antepassados têm essa influência sobre os vivos, e estes últimos já percebem essa preocupação, porque há uma interdependência entre os dois mundos (invisível e visível). Por último, deve-se limpar também outro lugar, em baixo de uma árvore frondosa ou uma casinha, que é considerada casa dos *tinguluve*. É o lugar que

⁴¹ MARTINEZ, Francisco Lerma, *Religiões africanas hoje*, p. 210.

⁴² MARTINEZ, Francisco Lerma, *Religiões africanas hoje*, p. 210.

decorrerá o sacrifício dos animais e o resto da cerimónia. Normalmente, estes lugares estão na casa onde irá ocorrer uma das partes do *mhamba*.

2.3.2 Celebração do Mhamba

O culto aos antepassados é uma característica forte da cultura africana. No sul de Moçambique, isto é, depois do rio Save, encontramos um grupo étnico que é chamado de Tonga composto pelos *vatshwa*, *vatonga* (província de Inhambane), *vachangana* (província de Gaza) e *varonga* (Província de Maputo). Nestas três Províncias, as suas práticas tradicionais religiosas são semelhantes, de tal modo que um, por exemplo, um *mhamba* realizado na Província de Gaza, uma pessoa das Províncias de Inhambane ou Maputo, facilmente entende o ritual. Por exemplo, vamos citar um dos elementos que fundamenta a celebração entre os *vatshwa* em particular, mas que toca essencialmente aos *vatonga*. Depois de recolher todo o material necessário para o *mhamba*, dirige-se à árvore dedicada aos antepassados e o:

Babe khongolo. Tradução: o Pai grande, ajoelha-se, bebe um pouco da água misturada com uma varinha e borrifa no chão na base do tronco da árvore, pronunciando a seguinte oração: tu meu pai (N) sou eu (N), teu filho em comunhão com todos os meus irmãos, venho comunicar que já tomamos conhecimento do teu pedido de *mhamba*. Estamos todos unidos num só coração, a preparar tudo o que pedes para o sacrifício. Peço que convoques todos os teus irmãos, pais, avós: N. N. (vai dizendo os nomes que recorda) e todos os que eu esqueço, mas que tu conheces bem. Convoca a todos de modo que ninguém fique de fora desta comunhão familiar. Entretanto, pedimos que aguardeis ainda algum tempo, enquanto completamos os preparativos.⁴³

Depois desta oração laudatória e suplicante dirigida pelo *Babe khongolo*, traduzido fica: Pai grande que equivale ao *mupalhele* na língua *xitshwa* significa um comprometimento geral para realização do *mhamba*. Depois deste compromisso feito pelo chefe da família, a cerimónia vai obedecer a duas fases interligadas. A primeira será no cemitério e a segunda e última na casa onde será celebrada a cerimónia central, que normalmente ocorre na casa do chefe da família.

⁴³ AMARAL, Bernardo Amaral. *Religião Tradicional entre os vatonga e suas celebrações centrais*, p. 5.

2.3.3 No cemitério

Em virtude de ser uma cerimônia dedicada aos antepassados, a primeira parte realiza-se no cemitério: “Neste lugar faz-se a primeira cerimônia *ku phahla*.”⁴⁴ Neste pequeno rito o presidente absorve um pouco de bebida tradicional, o *wuputso*, (bebida fermentada de milho), e depois borrifa sobre o local central onde será feito o sacrifício. Este rito é presidido hierarquicamente pelo mais velho da família ou mesmo por outra pessoa indicada no momento da “consulta”, que no caso dos *vatshwa* é *muphahleli*. O *muphahleli*, ao borrifar a bebida tradicional sobre o lugar, faz uma oração. Um exemplo de oração típica desse rito pode ser esta: “NN..., (nomes dos antepassados): Não penseis que a gora estamos contente. Desde a vosa pratida, a nossa irmã NN..., não encontrou marido. Pedimos-vos que ela se case.”⁴⁵ Esta oração é para entrar em contacto com os *tinguluves*. Enquanto ele estiver realizando a cerimônia de *ku phalha*, o resto dos membros ficam em volta do presidente e ajoelhados. Este gesto significa o contato com a mãe terra, fonte da alimentação dos seus filhos.

Na religiosidade africana, fazer este rito na morada dos defuntos tem um significado chamado “*kuya teka midzuti*, (para buscar as sombras), com o sentido de acolher-se sob a proteção dos falecidos.”⁴⁶ Este rito de *ku phalha* é realizado em baixo da árvore, concretamente no tronco da mesma. É uma árvore sagrada, considerada altar dos antepassados. Ora, a palavra *midzuti* significa sombras. Pode-se admitir ou não que, os antepassados são a sombra para os vivos. A sombra está para proteger a pessoa para que não sofra as queimaduras da radiação solar e, assim, pode-se concluir que também os *tinguluve* são a sombra para proteger os seus filhos de todo o mal que pode, eventualmente, perturbar a vida familiar e social.

Na sequência do rito, o *mupahleli* invoca os antepassados da família enterrados naquele lugar, enquanto os participantes acompanham-no (ainda ajoelhados) com um bater rítmico e harmonioso de palmas. Em seguida, oferece-se o animal do sacrifício dos vários que foram apresentados na preparação. Um detalhe muito importante, neste sacrifício, é que quem vai abater o animal sacrificial deve ser um sobrinho ou neto dos antepassados. Isso significa para os *tinguluve* que haverá sangue novo para perpetuar com *mhamba* em sua honra. Neste rito, além do presidente-

⁴⁴ MARTINEZ, Francisco Lerma, *Religiões africanas hoje*, p. 211.

⁴⁵ MARTINEZ, Francisco Lerma, *Religiões africanas hoje*, p. 78.

⁴⁶ MARTINEZ, Francisco Lerma, *Religiões africanas hoje*, p. 211.

muphahleli, existe outra figura não menos importante, o “*nyanga* (especialista dos ritos)”⁴⁷, que age como supervisor do ritual desde do princípio até ao final. É ele que conhece todos os passos do *mhamba*.

O *mhamba* é uma cerimônia religiosa tradicional dedicada aos antepassados para pedir a sua proteção. Do animal oferecido para o sacrifício, e, no caso, se for um cabrito, “prepara-se o líquido da purificação, chamado *Nswanyi*, misturando parte do material do saco digestivo com água e outras substâncias rituais. É o líquido que se usa para os ritos de purificação de proteção das casas, objetos e pessoas.”⁴⁸ Este ritual pode ser estranho para o estrangeiro e desconhecedor desta tradição religiosa, mas o mesmo pode nos remeter às orientações de *Ihawe* quando deu aos filhos de Israel os procedimentos da celebração da páscoa no livro do Êxodo: “tomarão do seu sangue e pô-lo-ão sobre os dois marcos e a travessa da morta, nas casas em que comerem. Naquela noite, comerão carne assada no fogo; com pães de ázimo e ervas amargas comerão” (Ex 14,7-8).

2.4 A figura do Sacerdote Tradicional

Conforme salientou-se, no culto aos antepassados, que faz parte da religião africana. É costume haver um personagem destinado a oferecer esses sacrifícios, em nome da sua tribo. E essa figura é o “sacerdote tradicional” ou “chefe da família”. O termo sacerdote em si mesmo é usado em muitas tradições religiosas, tanto as cristãs como as não cristãs. Por isso, para não se ficar equivocados, no uso da presente pesquisa, preferiu-se chamar de “sacerdote tradicional” para distinguir dos outros sacerdócios.

Na cultura e religião entre os *vatshwa*, a figura do sacerdote tradicional devia ser assumida pelo irmão mais velho da família. Tanto é verdade que, em alguns casos, é chamado chefe da família. Mas esta última nomenclatura pode ser equivocada porque, dentro da família doméstica, o pai é considerado o chefe da família, embora, necessariamente não seja ele a tomar a presidência das cerimônias religiosas (*ku phalha mbamba*). Outra razão que faz esta figura ser ofuscada dentro da religião dos *vatshwa* é que socialmente nunca é chamado pelo título/função que ocupa como é nas outras tradições religiosas (por exemplo, padre para católicos; pastor, para evangélicos,

⁴⁷ MARTINEZ, Francisco Lerma, *Religiões africanas hoje*, p. 213.

⁴⁸ MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *Religiões Africanas Hoje*. p. 213.

mwualimo, para os muçulmanos; Rabi para os judeus), mas sim pelo próprio nome. Isto significa que, por exemplo, se um pai de família é sacerdote- *muphalheli*, em nenhum momento, os filhos chamá-lo-ão pelo título funcional, mas pelo grau de parentesco. Os títulos funcionais separam a aproximação familiar ou clânica porque “a utilização de qualquer título técnico ou funcional é sinal de estranheza e de distância relacional. Os indivíduos designam-se pelos seus próprios nomes ou pelo grau de parentesco.”⁴⁹ Para ser sacerdote tradicional, não se contempla tanto para o grau acadêmico que a pessoa possui, mas para a antiguidade, maturidade e conhecimento da religião e da tradição. Desta forma, um sacerdote-*muphalheli*, deve possuir um conhecimento integral, isto é, o domínio cultural, o domínio tradicional e o domínio religioso.

Entre os *vatshwa*, o nome técnico na língua local, para se referir a figura do “sacerdote tradicional” é *muphahleli*, que é o ancião que oferece o sacrifício aos *tinguluve*, não só para si, mas por toda a comunidade. É ele que vai em frente das cerimônias religiosas tradicionais, por isso requer dele um domínio da tradição. É por isso, embora tenhamos dito que mesmo uma criança pode oferecer o sacrifício aos antepassados, isso, no entanto, como regra geral, mas, normalmente, exige-se que seja uma pessoa experiente e mais velha da família. É comum que existam sacerdotes especializados para outros ritos ou cultos dentro da religiosidade dos *vatshwa*, mas a função específica do *muphahleli* é de oferecer o sacrifício (*ku phalha mhamba*) em honra dos *tinguluve*. Outro termo que designa o *muphalhi*, entre os *vatshwa*, é *murangeli*. Esse termo, traduzido para o português, refere “a quem toma a dianteira ou a frente, que preside a cerimônia”. Esses termos são bem comuns entre os *vatshwa* e a toda população do sul de Moçambique. Para efeitos de precisão terminológico, na presente pesquisa achou-se por bem usar o termo *muphalheli*- sacerdote. Na verdade, entre os *Tonga*, povo do sul de Moçambique, o termo *muphalheli* é utilizado também para indicar o sacerdote cristão ou presbítero. Refere-se a uma pessoa que oferece sacrifício em seu nome e dos outros a uma divindade. Um padre/presbítero é chamado de *muphalheli* porque oferece sacrifício em nome do povo na santa missa. Desta forma, em termos funcionais, não sacramentais, pode-se dizer que entre os *vatshwa*, o *muphalheli* desempenha desempenham funções quase semelhantes com as do presbítero católico.

⁴⁹ LANGA, Adriano. *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana*, p. 109.

2.5. Instituição ou nomeação do “sacerdote tradicional”

Todas as sociedades, tanto laicais como religiosas, contêm os seus ritos que determinam a passagem de um estado para o outro. Esses ritos podem ser públicos ou privados. Mas, na verdade, algo deve-se fazer para entronizar este novo membro que passa a assumir novos cargos dentro da sociedade ou comunidade a que pertence. Ora, na RTA, não existe uma classe sacerdotal com um ritual pré-estabelecido, segundo as normas institucionais, como por exemplo, o rito do batismo e a ordenação, como é para os católicos. Isso significa dizer que há uma cerimônia ou uma série de obrigações que o futuro sacerdote deve possuir como pré-requisitos para ocupar tal função.

Na RTA, no contexto dos *vatshwa*, qualquer um pode ser sacerdote. Esta é a regra geral. Mas para assumir esta função de ser mediador entre os vivos e os antepassados requer-se certa maturidade e domínio da cultura e tradição religiosa africana. O sacerdote deve ser uma pessoa com idade suficiente e reconhecimento para assumir a nobre função. É por isso que, normalmente, quem deve oferecer o sacrifício em honra dos antepassados é o filho mais velho da família, isto é, “o direito de officiar nas cerimônias religiosas é estreitamente reservado ao irmão mais velho. Todas as oferendas devem ser apresentadas por seu intermédio.”⁵⁰ Porém, existem casos em que, por ser o mais velho, pode ser indicado a ser sacerdote. É necessário que seja órfão de pai. Isso significa que o irmão mais velho não tem direito de oferecer sacrifício aos antepassados enquanto o pai ainda estiver vivo, salvo no caso em que o pai lhe permita a officiar os ritos. Nesse sentido, o filho será como um aprendiz, pois o pai assegura a mão do filho durante todas as orações e este executa os movimentos rituais. Este gesto do pai pode ser extensivo também no caso de ser uma criança, mas os ossículos (conjunto de ossos de animais, conchas da praia que o adivinho utiliza como instrumentos que orientam a sua adivinhação) escolheram ele para ser o sacerdote da família.

No caso dos ossículos-*tihlholo* terem escolhido uma criança, será necessário que esta passe por algumas cerimônias de aprendizado visto que ela já está para passar de um estágio para o outro, “e esta passagem é acompanhada por atos especiais, que, por exemplo, constituem, para os nossos ofícios, a aprendizagem.”⁵¹ Esta criança escolhida para desempenhar as funções sacerdotais deve ter um acompanhamento personalizado na casa do tio paterno ou em outra pessoa idônea. Embora esteja ligada aos pais, sabe-se que é a escolhida dentro da família para exercer as funções

⁵⁰ JUNOD, Alexandre Henrique. *Uso e costume dos Bantos*, p. 373.

⁵¹ GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*, p.24.

sacerdotais. Mesmo que a criança seja pequena em estatura, contudo, o que vale, é que os antepassados a escolheram para ser o oficiante entre os vivos e os mortos. Assim, as funções sacerdotais nem sempre têm como fator determinante a idade. Essa concessão da idade para desempenhar funções religiosas para o bem da comunidade não é exclusiva da RTA. Na religião hebraica, encontram-se várias lições em que Deus escolhe os pequeninos para irem crescendo enquanto prestando o seu serviço. Por exemplo, as vocações de Samuel e Davi segundo os textos bíblicos de 1Sm 3,1-1; 16, 12-13.

Este eleito pelos *tihlolo*, embora seja criança em idade e estatura, os seus atos cerimoniais devem ser respeitados e acolhidos por toda a comunidade. Porque ela, mesmo como criança, não age em seu nome próprio, mas em função da sua eleição.

2.6. Funções do “sacerdote tradicional”

Na religião e cultura africanas, o “sacerdote tradicional” não tem limite no exercício das suas funções como guia da sociedade. O sacerdote exerce funções tanto civis como espirituais, mas sempre ligado ao seu povo que deve servir; porque a sua indicação é para servir a esse povo. E esse direito é reconhecido pela comunidade local que ele ontologicamente recebeu dos seus antepassados. Isso significa que o sacerdote tradicional age em nome dos antepassados. E as suas ações sempre devem ir de acordo com as exigências dos *tinguluve*, porque são eles que o escolheram para ser intermediário entre os vivos e os mortos. Por isso, exige-se dele o seguimento coerente da vida moral, que é marcada por uma série de tabus que deve viver e demonstrar à comunidade. Ele é o pai por antonomásia da comunidade. As suas ações e palavras são edificantes para a comunidade. São palavras de ordem para todos aqueles que serve.

Em várias sociedades africanas, o sacerdote tradicional “é a figura mais importante do clã ou tribo. É ele quem pronuncia as orações sobre os túmulos (salvo algumas exceções) e é ele que se dirige aos *tinguluve* no *gandzelo*.”⁵² Este texto apresenta a primeira função do sacerdote tradicional. Ele tem como função oferecer o sacrifício em honra dos antepassados no *gandzelo* (altar). Na verdade, qualquer cerimônia que exige a recordação aos antepassados quem tem direito de officiar é o “sacerdote tradicional” (*mupalheli*). Entretanto, pode haver outras cerimônias sociais

⁵² LANGA, Adriano. *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana*, p. 79.

que exigem a sua palavra e presença, pois ele é o guia espiritual da comunidade. A religião africana se circunscreve dentro da família ou comunidade e todas as manifestações estão enquadradas dentro destes parâmetros. Contudo, isso não impede que cada pessoa expresse, em nível individual, o contato com o sobrenatural, mas tratando-se de cerimônia familiar ou clânica, por exemplo a morte, o “sacerdote tradicional” é quem deve presidir o ritual das exéquias, salvo se estiver fora. Nesse caso, pode delegar outra pessoa idônea para assumir a presidência. É nessa função de guia espiritual do “sacerdote tradicional” que, em algum momento se confunde com a do presbítero católico, sobretudo quando se trata de celebrar a missa de um ente querido.

Conhecer essa função espiritual do “sacerdote tradicional” é de capital importância para os evangelizadores estrangeiros na África. A religião tradicional está enraizada na sua cultura e, por conseguinte, aos seus ancestrais. Assim, em qualquer celebração religiosa africana, é mister que se convoque os nomes dos antepassados, porque estes, sim, são conhecidos e são familiares. Ora, a pessoa indicada para officiar estas cerimônias religiosas é o “sacerdote tradicional”. Ele é o intermediário entre os vivos e os mortos-antepassados. Isso se manifesta nas orações dedicadas aos antepassados no momento do sacrifício. Ele invoca os nomes dos falecidos que toda a família conhece. Entre os africanos chamar alguém pelo próprio nome significa uma intimidade com ele. Ninguém deve ser chamado pelo nome ofício. Portanto, na oração que se dedica aos defuntos, cada defunto é chamado pelo seu nome que era usado quando vivo. O mesmo acontece com o grau de formação intelectual que um jovem possa ter, mas sempre se sente ligado à sua religião africana. Para os *vatshwa*, estar ligado à sua cultura e religião é algo conatural. Isto significa que, dentro da cultura e religião africanas, a vivência religiosa é um fato em que a pessoa já nasce nela e com ela e vai aprofundando os seus “dogmas” a partir dos seus pais na medida que vai crescendo. Na RTA não há conversão porque a criança nasce dentro de um contexto religioso em que, *a priori*, será marcada pelo resto de sua vida.

No contexto da memória dos antepassados, é comum encontrar famílias cristãs que, embora tenham uma formação catequética católica sólida, peçam uma missa ou uma celebração litúrgica em honra aos seus defuntos (mas antes ou depois faz ou já fez uma celebração tradicional). Isso é comum. O presbítero que vai presidir a eucaristia na capela e depois dirigir-se ao cemitério para depositar flores pode não perceber o sentido integral dessa cerimônia. Essa situação levanta a seguinte questão: o porquê da outra celebração tradicional? Não é fácil dar uma resposta unívoca para esta questão devido ao mosaico cultural e religioso que o povo africano apresenta. Mas entre

os *vatshwa*, acredita-se que o fato de haver uma celebração extra (*mhamba*) em memória dos defuntos é que nela invocam-se os nomes de pessoas-defuntos cuja comunidade conhece. São esses mediadores que levam as orações para o Ser Supremo, Deus. Na religião africana, a figura de Jesus Cristo, como verdadeiro Deus e intercessor entre os homem e Deus, não existe ou não é familiar no ritual. Não há nenhum culto religioso africano dirigido a Jesus Cristo. Esta figura não existe entre os africanos. Por causa dessa inexistência de Jesus Cristo na religião tradicional africana, pressupõe-se que o motivo seja o apego à religião ancestral e à pouca mediação na evangelização empregada pelos missionários estrangeiros.

O “sacerdote tradicional”, na qualidade de “pai” da comunidade, entre os *vatshwa*, ele tem o poder de decidir os problemas comunitários (poder jurídico). Dentro da família ou clã, se houver conflitos internos, o sacerdote tradicional tem o poder de julgar e dar a decisão final. Os indiciados (se for um casal em conflito interno), por exemplo, marcam uma audiência para apresentar-lhe o assunto da discussão. O “sacerdote tradicional” marca um dia para o julgamento. As suas palavras ou decisões são consideradas palavras de ordem e dignas de serem severamente cumpridas porque ele age em nome da comunidade. E, por isso, os indiciados têm o dever supremo de obedecer.

Poder administrativo – O “sacerdote tradicional” tem o poder de administrar os bens da comunidade. Entre os *vatshwa*, o direito de administrar os bens móveis ou imóveis, depois da morte do pai, cabe ao filho mais velho. Recordando, outrossim, que o direito de oferecer o sacrifício aos *tinguluve* é reservado ao filho mais velho. Esse filho mais velho é considerado também o chefe da família, caso o pai morra. Cabe a ele saber administrar os bens que o pai deixou para os filhos, inclusive o terreno para a construção da residência para os irmãos mais novos. Em alguns casos mais tradicionalistas, o terreno não pode ser vendido, mas distribuído para os filhos. O terreno é um espaço ou património deixado pelos antepassados para o benefício dos seus descendentes. As novas gerações herdaram dos seus pais. Por isso, ninguém deve vender sem o consentimento de todos os filhos até dos tios. O terreno é o lugar onde jazem os antepassados e que, por conseguinte, deve ser habitado pelos seus sucessores mais próximos. Ora, quem tem direito de distribuir o terreno para os mais novos é o mais velho. Os antepassados são os verdadeiros donos. Eles elegem um vivo para administrar. Isso significa que todo o poder que o “sacerdote tradicional” possui ele recebeu dos antepassados. Logo, ele deve ser o primeiro a seguir na íntegra os mandamentos dos antepassados para o bom-sucesso das suas funções “sacerdotais”, de guia da comunidade.

Como síntese sobre as funções desta figura entre os africanos, a Raul Ruiz diz o seguinte:

O chefe é o sangue e o espírito dos antepassados, prolongamento e depósito comunicante do dinamismo vital, pessoa sagrada, responsável pela comunidade perante os antepassados, seu delegado por capacidade e eleição, e sua encarnação, pois que, por intermédio dele, vivificam a comunidade.⁵³

O “sacerdote tradicional” dos *vatshwa*, a partir do momento que é eleito, sente-se comprometido com a comunidade que deve servir. Ele sabe, de antemão, que essa eleição não é pura vontade dos homens, mas dos antepassados que o escolheram para se servirem dele como guia dos seus descendentes. É um compromisso pessoal que deve ser vivido dentro da comunidade. A ela deve-lhe a lealdade e conservação dos direitos e princípios indicadores da vida espiritual e social da família clânica ou tribal.

⁵³ ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*, p. 223.

3 O SACRAMENTO DA ORDEM

3.1 Características do sacerdócio judaico antigo

No presente capítulo, pretende-se apresentar alguns aspectos característicos daquilo que é o sacerdote na cultura judaica, e a concepção atual do sacerdócio cristão. No capítulo anterior, descreveu-se algumas características do “sacerdote tradicional” dos *vatshwa*. Por isso, neste item, vai-se apresentar as funções ou aspectos que se assemelham tanto ao “sacerdote tradicional” dos *vatshwa* quanto ao presbítero católico. Contudo, não se terá uma descrição linear das características das duas figuras (sacerdote tradicional dos *vatshwa* e presbítero católico).

Na verdade, “nos tempos antigos, os atos de culto, especialmente o ato central, o sacrifício, eram, normalmente, desempenhados pelos chefes de família. Os patriarcas sacrificavam, eles próprios, nos santuários que frequentavam.”⁵⁴ No Livro do Gênesis não se fala de sacerdotes, a não ser dos estrangeiros e sedentários: os sacerdotes do Egito (Gn 41,45) e de Melquisedec, o rei-sacerdote de Salém (Gn 14,18). De Vaux diz:

O nome dos sacerdotes de Iahweh, no AT é *kohên*, nome que indica, todavia, os sacerdotes estrangeiros, sejam os egípcios Gn 41,45; os fenícios 2Rs 10,19; 11,18; sejam os filisteus 1Sam 5,5; 6,2; sejam os moabitas Jr 48,7; sejam os amonitas Jr 49,3; nome comum ao hebraico, ao fenício e ao nabateu. Outro substantivo, derivado da raiz *kmr*, é utilizado no início do II milênio a. C. nas colônias assírias da Capadócia.⁵⁵

Consciente ou inconscientemente, quando se aborda o assunto de sacerdócio, os cristãos católicos pensam logo no padre/presbítero da sua comunidade paroquial. É justo. Entretanto, o mesmo conceito, deve considerar que os “cristãos dos primeiros tempos pensavam

⁵⁴ DE VAUX, R. *Le Istituzioni dell'Antico Testamento*, p. 342.

⁵⁵ DE VAUX, R. *Le Istituzioni dell'Antico Testamento*, p. 342.

espontaneamente nos sacerdotes judeus e nas imolações de animais no Templo de Jerusalém.”⁵⁶ Deste modo, a presente pesquisa pretende abordar o conceito de sacerdócio desde a concepção judaica até o sacerdócio cristão. Contudo, não haverá uma descrição na sua íntegra, somente quer-se apresentar as linhas gerais do sacerdócio desde o Antigo Testamento até ao novo trazido por Jesus Cristo e continuado por todos fiéis batizados.

O conceito sacerdote é abordado em muitas e em diversas religiões do mundo. A palavra sacerdote, *hiéreus* na língua grega e *kohén* em hebraico, refere-se às “pessoas encarregadas das funções religiosas.”⁵⁷ Assim, o sacerdote é a pessoa que está ligada às coisas sagradas.

Mais que discutir a questão etimológica, tanto grega quanto hebraica, o importante é considerar as funções que lhe são atribuídas. O sacerdote judaico é aquele homem que, dentro da tribo de Levi (Nm 15-18), estava ligado ao santuário e com direito de tocar os objetos sagrados e encarregado de oferecer sacrifícios em seu nome e, sobretudo, em nome do povo, rezar pela comunidade que ele representa e decidir sobre as questões da pureza ritual. Contudo, dentre estas funções, as tarefas específicas do antigo sacerdote eram diversificadas. Alguns autores insistiam em atribuir ao sacerdote antigo a função de oferecer sacrifícios. Mas esta especificidade ou ideia é posta em causa. Segundo Vanhoye, citando Cody, diz que, “nos santuários havia outros homens que podiam exercer essa função de imolação, cabendo, portanto, ao sacerdote a função oracular.”⁵⁸ Este pensamento ritual e sacrificial manifestado por Cody, expressa também alguns ritos tradicionais africanos, que direta ou indiretamente salientou-se no primeiro capítulo deste trabalho: por exemplo, a imolação dos animais. Em algumas cerimônias da RTA, os sobrinhos ou netos são os que deviam imolar os animais do sacrifício. Ao sacerdote cabe outras funções maiores dentro da missão de ser intermediário entre Deus e o povo

O sacerdote era como o instrumento intermediário entre o povo e Deus, disponível para consultas, conforme diz o texto bíblico na emboscada de Saul contra Davi. “Davi soube que era contra ele que Saul maquinava maus propósitos e disse ao sacerdote Abiar: traz o *efod*” (1Sm, 23,9). O *efod* (*efud*) era uma tanga, parte da vestimenta usada pelo sumo sacerdote ou ministros do culto (1Sam 2,18; Ez 28,6), ou ainda, instrumento de consulta a *Iahweh* (Ex 33,7). Nestes textos,

⁵⁶ VANHOYE, Albert. *A mensagem da Epístola aos Hebreus*, p. 14.

⁵⁷ VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el nuevo testamento*, p. 36.

⁵⁸ VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el nuevo testamento*, p. 37.

encontra-se uma atitude de Davi de recorrer ao sacerdote antes de entrar na guerra. Contudo, esta função oracular do sacerdócio antigo pode ser estranha para a realidade atual, enquanto consulta que se faz pelo reconhecimento das funções sacerdotais.

A consulta ao sacerdote emerge do fato da religiosidade israelita estar ligada a Deus, e a mediação do sacerdote era que conhecia e dava a conhecer os caminhos de Deus para o seu povo. De fato, se a resposta do sacerdote fosse negativa, Davi e seus homens não entrariam em combate. Em base a esse desejo de consulta ao sacerdote, havia uma profunda convicção religiosa. Os israelitas estavam convencidos de que, sem uma relação positiva com Deus, a existência humana não podia ter uma devida orientação. Na verdade, a função oracular dos antigos sacerdotes conheceu uma evolução em que se manifestava no progresso da consciência religiosa de existência de um Deus que orienta as suas vidas.

Segundo Vanhoye, “com essa função sacerdotal antiga está também relacionada a competência jurídica que se reconhecia ao sacerdote. No Livro do Deuteronômio, diz-se que eles resolviam todos os litígios e toda a violência.”⁵⁹ Diz Deuteronômio: “quando for encontrado um homem morto estendido no campo, na terra cuja posse Iahweh teu Deus te dará [...] os anciãos da cidade mais próxima ao morto lavarão as mãos sobre a novilha desnudada na torrente fazendo a seguinte declaração: nossas mãos não derramaram este sangue, e nossos olhos nada viram. Perdoa ao teu povo Israel” (Dt 21,1-9). E a mesma função é citada também pelo Livro dos Números 5,11-31.

Segundo Vanhoye, o poder jurídico dos sacerdotes antigos chegou até nos tempos de Jesus Cristo. Conforme salienta o texto, “sua posição de autoridade se reconhecia, todavia em tempos de Cristo, ao menos até certo grau. Encontramos o testemunho dele nos textos de *Qumrâm*. Em cada comunidade não falte um homem que seja sacerdote, instruído no Livro da meditação”.⁶⁰

Ao longo da sua vida pública, em alguns momentos, Jesus fez menção a esta figura, por exemplo, na cura do leproso “vai, porém, mostrar-te ao sacerdote e oferece-te por tua purificação conforme escreveu Moisés, para que lhe sirva de prova” (Lc 5,14). Contudo, depois do desterro, essa tarefa de instruir e dirimir alguns litígios não foi exclusiva dos sacerdotes, escribas e doutores

⁵⁹ VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el nuevo testamento*, p. 39.

⁶⁰ VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el nuevo testamento*, p. 36.

da lei, mas aberta aos leigos. Aos poucos, as funções sacerdotais iam se reduzindo cada vez mais. As suas atividades foram reduzidas às cerimônias de culto no interior do templo, ou seja, a função exclusiva do sacerdote antigo reduziu-se às atividades no santuário. Os sacerdotes “de forma mais exclusiva eram homens do santuário. O sacerdote é eleito e instalado para o serviço do altar.”⁶¹ Desta forma, sempre que se erigisse um santuário, devia se ter em conta também em escolher uma pessoa, o sacerdote para estar a tempo pleno para assegurar o culto e cuidar das coisas pias, conforme o texto: “os habitantes de Cariat-Iarim vieram e fizeram subir a Arca de Iahweh. Conduziram-na à casa de Abinadab, no outeiro, e consagraram Eleazar, seu filho, para guardar a Arca de Iahweh” (1 Sm 7,1). Eleazar foi ungido como sacerdote para estar no templo e cuidar da Arca. Embora o texto não nos fale de um santuário físico, mas sim da importância da existência de um sacerdote para cuidar das coisas sagradas. Aliás, sobre o santuário, o AT apresenta uma grande diversidade de lugares sagrados. Não precisava ser necessariamente uma casa, mas podia ser também um lugar ao ar livre consagrado ao Senhor. Dentre vários textos que provam a existência de lugares santos merece destaque o seguinte: “Abraão atravessou a terra até um lugar santo de Siquém.” (Gn 12,6). De um lugar aberto e considerado santo até à construção do santuário de Jerusalém, significou uma evolução da história de Israel “no princípio se admitia, sem nenhum problema, a existência de lugares considerados santos.”⁶²

Nos santuários, os sacerdotes realizavam certas cerimônias de culto, entre elas tem singular importância o sacrifício. Contudo, há que referenciar que, no princípio, a função de oferecer sacrifício não era um patrimônio exclusivo do sacerdote, mas extensivo a outras pessoas não necessariamente consagradas para estarem ligadas ao templo. O AT apresenta várias figuras que não eram sacerdotes e, no entanto, ofereciam holocaustos. Por exemplo, segundo os livros de Samuel e Reis, Davi e Salomão ofereciam sacrifícios abertamente: “quando os que carregavam a Arca de *Iahweh* davam seis passos, ele sacrificava um boi e um bezerro cevado...ele estava cingido com um *efod*” (1 Sm 6,13-14). Sem dúvida nenhuma, Davi estava exercendo as funções sacerdotais e munido de instrumentos inerentes ao exercício sacerdotal.

Entretanto, pode-se considerar que oferecer os sacrifícios ficou como um direito e privilégio exclusivo do sacerdote. Segundo Vanhoye:

⁶¹ VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el nuevo testamento*, p. 39.

⁶² VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el nuevo testamento*, p. 41.

O que levou a reservar ao sacerdote a função de oferecer sacrifícios não é tanto a busca de uma organização mais vantajosa de trabalho como é sentimento de santidade de Deus. Para que uma oferenda apresentada a Deus tivesse uma probabilidade de ser aceita, era necessário que o oferente não se encontrasse em oposição com a santidade divina, conformado com ela, é como dizer consagrado a Deus. Posto que o sacerdote é precisamente um ser consagrado a Deus, se admite a ele entrar em relação com Deus e, portanto, o mais indicado para apresentar os sacrifícios.⁶³

A função sacrificial conferida pelo sacerdote é em virtude dele ser um homem consagrado a Deus e estar totalmente entregue ao seu serviço e ao da comunidade. Além da função de oferecer os sacrifícios em nome da comunidade, o sacerdote tinha de velar para que ninguém participasse no culto em situação de impureza. Por conseguinte, os sacerdotes tinham que advertir “os israelitas a respeito de suas impurezas, para que não morram por causa delas, contaminando a minha Habitação que se encontra no meio deles” (Lv 15,31). A questão da pureza de cada pessoa no contexto hebraico é fundamental para o sucesso do culto. Por exemplo, uma pessoa que se apresentasse com lepra, tinha que se apresentar ao sacerdote para examinar tal situação. O sacerdote era o encarregado de rezar pelo povo. Ele é escolhido “entre todos os viventes para oferecer o sacrifício ao Senhor, o incenso e o perfume, como memorial, para fazer expiação por seu povo” (Sir 45, 20). O sacerdote abençoava o povo em nome do Senhor, colocando-o sob a proteção e a estabelecer uma relação pessoal entre Deus e essa pessoa.

3.2 Os primórdios do sacerdócio cristão

Diante deste mosaico funcional do sacerdócio antigo ou judaico, há uma continuidade e descontinuidade. O antigo sacerdócio era uma prefiguração do novo e eterno sacerdócio de Cristo. Diferentemente do sacerdócio judaico antigo, o qual era fruto da hereditariedade (*aaronitas* e *levitas*), o sacerdócio cristão é afirmado para todo o povo (1 Pd 2,9). Evita-se o uso da palavra

⁶³VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el nuevo testamento*, p. 41.

“sacerdote” para os ministros da Igreja nascente. Para esses, prefere-se o uso dos termos episcopo e presbítero, noções que mantêm uma distância do culto judaico.⁶⁴

Jesus Cristo veio estabelecer o novo sacerdócio, o cristão. Ora, se no sacerdócio judaico a função essencial dos sacerdotes era de sacrificar os animais para a purificação do povo, no sacerdócio cristão é o próprio Jesus Cristo que se oferece como vítima do sacrifício na cruz. E esse sacrifício é oferecido sacramentalmente pelos bispos e presbíteros, que agem em *persona Christi* quando pronuncia as seguintes palavras: “isto é o meu corpo, que é para vós; fazei isto em memória de mim” (1Cor, 11,24); na presença dos fiéis que juntos fazem parte do sacerdócio comum. No NT encontramos o sacerdócio cristão exercido existencialmente por todos os batizados.

A Carta aos Hebreus diz-nos que “muitas vezes e de modos diversos falou Deus, outrora, aos Pais pelos profetas, agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do seu Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e pelo qual fez os séculos” (Hb 1,1-2). Esta perícopa é fundamental para se perceber o processo gradual da antiga aliança selada por Deus com o povo de Israel através dos seus ministros (profetas, reis, sacerdotes), e que, definitivamente, é encerrada por Jesus Cristo. Ele, o Sumo Sacerdote, trouxe o sacerdócio cristão, onde todos nós participamos, cada um a seu modo.

Como afirmado, há que referenciar que o sacerdócio cristão não é um prolongamento do sacerdócio judaico. Em Cristo, com efeito, realiza-se aquilo que o antigo sacerdócio apenas prefigurava, por exemplo, a expiação dos pecados através da imolação dos animais para entrar em comunhão com Deus. Jesus Cristo é o Sumo Sacerdote; mas não ao estilo dos sumos sacerdotes judaicos. Embora a Carta aos Hebreus, de uma forma exaustiva, apresente Jesus Cristo como sumo sacerdote, ele nunca pretendeu exercer funções de sacerdote judeu. Seu sumo sacerdócio é de ordem existencial e não de ordem cultural judaica: “Ele realiza, em si, a transição de uma santificação por meio da separação ritual para uma santificação por meio de um dinamismo de comunhão vivida na existência real”.⁶⁵

O ministério de Jesus não foi sacerdotal no contexto da percepção do antigo sacerdócio judaico. Ao longo da sua vida pública, Jesus exerceu atividades proféticas ao estilo dos profetas do

⁶⁴ NEUNER, Peter. *Per una teologia del popolo di Dio*, p. 21-47.

⁶⁵ BRUSTOLIN, Leomar António; FERNANDES, Rafael Martins. O sacerdócio comum dos cristãos na relação entre o laicato e o ministério ordenado, p. 194.

judáismo. Neste ponto, há uma continuidade. Entretanto, em algumas passagens dos evangelhos, encontra-se momentos em que o Senhor era contra o ritualismo apresentado pelos sacerdotes institucionalizados; por exemplo, em Mateus, o Senhor opôs-se a concepção ritual da religião de alguns sacrifícios como forma de purificação; conforme salienta o texto: “Ide, pois, e aprendei o que significa: Misericórdia quero, e não o sacrifício...” (Mt 9,13). Neste princípio de oposição aos sacrifícios ao estilo do sacerdócio judaico, Jesus escolhe a misericórdia que surge dele que tem em vista não a negação do sacerdócio antigo, mas completa-lo; como Ele se manifestou ao longo de toda vida; amou e entregou-se por nós. Deste sumo e único sacerdócio de Cristo emana, por participação, o sacerdócio comum de todos os cristãos e o sacerdócio ministerial.

Sobre o sacerdócio cristão, que é o objetivo da segunda parte deste item, a Carta de São Pedro traz a riqueza fundamental para incidir naquilo que é o sacerdócio cristão: “vós sois uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, povo de sua particular propriedade” (1Pd 2,9). Essas qualidades são atribuídas não só a uma camada específica, como era no sacerdócio judaico, mas a todos aqueles que esperam a salvação em nome de Jesus Cristo. Contudo, isso não significa a dissolução do sacerdócio ministerial, exercido por aqueles que Deus escolheu para serem seus ministros, mas pessoas crentes e com boas relações mútuas, vinculadas em Jesus Cristo, e, por conseguinte, formando a mesma casa ou nação sacerdotal. Na temática da primeira carta de Pedro (1Pd 2,9), a ideia de um sacerdócio exercido por uma pessoa singular, como o fiel leigo, por exemplo, pode ser compreendida a partir do batismo. Os batizados, em nome de Jesus Cristo, exercem o sacerdócio comum ou cristão dentro do seu compromisso com Jesus Cristo, porque este os escolheu para constituírem uma nova casa espiritual: “...vós sois uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, povo de sua particular propriedade” (1Pd 2,9). O texto fala claramente de uma nação sacerdotal, onde todos têm os mesmos atributos, mas não fala da igualdade dos seus membros. E, no mesmo contexto desse pensamento de Albert Vanhoye da participação de todos os crentes no sacerdócio comum da Igreja, que o Vaticano II coloca a participação de todos cristãos no Corpo Místico de Cristo:

Os que creem em Cristo, renascidos de uma semente não corruptível, mas incorruptível pela palavra de Deus vivo (cf 1Pd 1,23), não da carne, mas de água e do Espírito Santo (cf Jo 3,5-6), constituem uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade...que outrora não o era, mas agora é o povo de Deus (LG 9).

Este novo Povo de Deus, que é a realização plena daquilo que era preparado no antigo Povo, a partir de Israel, tem Cristo como cabeça e como pedra angular (Ef 2,20). Cada membro exerce as suas funções consoante a vocação que recebeu do Senhor. Deste modo, dentro desta nova nação, uns são chamados a exercer o sacerdócio ministerial a serviço do sacerdócio comum. Ambos concorrem para a edificação do Corpo Místico de Cristo, embora cada um à sua maneira. Na verdade, a *Lumen Gentium* diz que “o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, apesar de diferirem entre si essencialmente e não apenas no grau, ambos participam, cada qual a seu modo, do sacerdócio de Cristo” (LG 10).

É peculiar a constatação dos padres conciliares ao afirmarem que todos os membros participam do mesmo sacerdócio de Cristo, mas cada um a seu modo. No sacerdócio cristão, herdeiro do sacerdócio antigo ou judaico, não é que todos tenham ou ocupem a mesma posição dentro da Casa de Deus. Na nova nação sacerdotal, “alguns são postos como cimento do edifício; os demais não podem formar parte da construção, mas aceitando apoiar-se sobre eles”.⁶⁶ Na perspectiva da diversidade de funções e posições, a carta de São Paulo oferece uma lista bem detalhada dos diversos ministérios que Jesus Cristo confere aos seus crentes:

E ele é que concedeu a uns a ser apóstolos, a outros, profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e doutores, para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo, até que alcancemos todos nós a unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, o estado do Homem Perfeito, a medida da estrutura da plenitude de Cristo (Ef 4,11-16).

Este texto descreve, indubitavelmente, que dentro da casa de Deus, onde todos crentes participam do mesmo sacerdócio de Cristo, existem funções específicas para cada membro. Cada um vive o seu sacerdócio cristão segundo a natureza para a qual foi chamado, tendo em vista a edificação da mesma casa, a Igreja, Corpo Místico de Cristo.

⁶⁶ VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos, sacerdote nuevo según el nuevo testamento*, p. 273.

3.3 O antigo e o novo sacerdócio segundo a Carta aos Hebreus

Antes de desenvolver o conceito do sacerdócio segundo a Carta aos Hebreus, é de capital importância definir o sacramento da Ordem. Segundo a Igreja católica, o sacerdócio institucional continua sendo exercido nos três graus: o episcopado, o presbiterado e o diaconado.

Refletir sobre o Sacramento da Ordem e sobre os vários ministérios eclesiais é, sem sombra de dúvida, de interesse capital para todos os crentes católicos, e não só, também para todos que desejam conhecer este sacramento. E essa função é de interesse especial para aquele que está direcionado a fazer parte deste sacramento nas suas diversidades sacramentais, segundo a doutrina católica, isto é, diácono, presbítero e bispo. A reflexão da presente pesquisa não só tange à questão tradicional africana, como busca descrever também o sacerdócio católico. Sendo assim, pretende-se apresentar o Sacramento da Ordem, segundo a doutrina católica cristã, focalizando na figura do presbítero. Em primeiro lugar, busca-se abordar o termo sacerdote, segundo a Carta aos Hebreus.

O Autor da *Carta* ou *Homilia aos Hebreus* reconhece a existência de um antigo sacerdócio exercido na tradição hebraica e nas culturas pagãs. O antigo sacerdócio era aquele cujo oficiante religioso oferecia sacrifícios no templo de Jerusalém, que normalmente era acompanhado por um sumo sacerdote. A *Carta aos Hebreus* salienta um novo sacerdócio que é superior ao antigo. Esse sacerdócio não consiste na imolação de animais oferecidos para o sacrifício, mas é o próprio Jesus Cristo que se ofereceu. A grande novidade da *Carta aos Hebreus* é o título de sumo sacerdote dado a Jesus Cristo. Ele entregou-se pessoalmente como o Cordeiro do sacrifício. Contudo, o termo sumo sacerdote encontra-se aplicado na tradição judaica e com as suas funções específicas no templo e no comando da sociedade: “o sumo sacerdote era a pessoa mais importante na comunidade judaica palestinese do período pós-exílio. Ele não era apenas o chefe do culto, mas também presidente do Sinédrio e chefe representante do povo.”⁶⁷

A motivação da escolha da Carta aos Hebreus, para a nossa pesquisa, emerge no fato de ser o único autor que trata da ligação do antigo e do novo sacerdócio. Ora, para a Carta aos Hebreus, a mediação sacerdotal não era exclusividade dos judeus e dos cristãos. Mesmo os pagãos tinham os seus sacerdotes que ofereciam sacrifícios em honra dos seus deuses em lugares específicos. Na verdade, conforme nos diz o texto abaixo, as funções do sacerdote são comuns, dentre elas:

⁶⁷ MCKENZIE, John. *Dicionário bíblico*, p. 817

Pronunciar oráculos usando varinhas, pedrinhas ou tabuinhas (Dt 33,8), era uma função do sacerdote. Cabia-lhe, ainda, a missão de instruir, ensinar a respeito dos designios divinos no santuário, oferecer sacrifícios, quer em situações normais, quer em épocas de calamidades...Eram os sacerdotes que liberavam as pessoas para conviver em sociedade ou participar dos ritos sagrados, particularmente, quando acometidos de enfermidades, e, posteriormente, restabelecidos das mesmas.⁶⁸

O texto supracitado apresenta o exercício das funções sacerdotais, tanto judaicas quanto não judaicas. São funções com sua validade funcional dentro do seu contexto social, cultural e religioso, segundo os ditames do antigo sacerdócio, e que, por conseguinte, toda essa concepção será superada pelo novo sacerdócio. A Carta traz uma novidade: a superação do novo sobre o antigo sacerdócio.

No Antigo Testamento encontramos sacerdotes que estavam a tempo pleno ao serviço do santuário, instruindo o povo nas Escrituras e sacrificando animais como sinal de perdão dos pecados do seu povo. Mas todo esse serviço era uma prefiguração daquele sacerdócio que seria trazido por Jesus Cristo. Deste modo, no novo sacerdócio, não é necessário mais imolar animais, porque o próprio Jesus Cristo doou-se como sinal de remissão dos pecados de toda humanidade. O sangue de um cordeiro imolado já não tem mais significado. São João Crisóstomo, bispo, em várias catequeses afirma, em forma de diálogo:

Que dizes, Moisés? O sangue de um cordeiro tem poder para libertar o homem dotado de razão? É claro que não, responde ele, não porque é sangue, mas por ser figura do sangue do Senhor. Se agora o inimigo, ao invés do sangue simbólico aspergido nas portas, vir brilhar nos lábios dos fiéis, portas do templo dedicado a Cristo, o sangue verdadeiro fugirá ainda mais longe” (LITURGIA DAS HORAS, das catequeses de S. João Crisóstomo, bispo, p. 415).

Este texto de João Crisóstomo ajuda-nos a compreender um elemento importante da Carta aos Hebreus no que diz respeito à temática do sacerdócio antigo: ele era a preparação do novo. E por isso, o novo supera o antigo. Na verdade, o autor da carta aos Hebreus sublinha a supremacia do novo sacerdócio. A novidade consiste no fato de ser um sacerdócio que já não precisa de altar específico para oferecer o sacrifício. Jesus Cristo, o Sumo Sacerdote segundo a ordem de Melquisedec, Ele é o próprio altar e vítima do sacrifício, como diz o texto em todas as celebrações eucarísticas: “Tomai e comei, isto é o meu corpo” (Mt 26,26). Diferentemente dos sumos

⁶⁸ MAZZAROLO, Isidoro. *Hebreus*, p. 84.

sacerdotes judaicos que abraçavam ao sacerdócio como um ministério herdado, o novo sacerdócio é por vocação e não hereditário como era o aarónico. Quem segue o novo sacerdócio, não precisa imolar os animais como sinal de libação dos seus pecados, mas seguir os passos de Jesus Cristo, o Sumo Sacerdote.

Segundo o autor da Carta, o sumo sacerdote era uma pessoa ligada ao seu contexto histórico dentro de uma sociedade marcada por imperfeição. Logo, é suscetível aos erros comuns do povo. No entanto, “o sacerdócio de Jesus é superior àquele dos sacerdotes do AT porque foi confirmado pelo juramento de Deus (cf. Sl 110,4), por isso ele é sacerdote para sempre e eles não.”⁶⁹ O sacerdócio comum dos fiéis e aquele que é exercido pelo presbítero deriva do Único sacerdócio de Cristo.

3.4 O Presbítero

O conceito de presbítero nos remete a muitos significados. A plurissignificação consiste no fato de o conceito ser entendido tanto no âmbito social como na dimensão bíblico-litúrgica e sacramental. Já “no judaísmo palestinese, já havia comprovadamente um conselho de anciãos (gr. *Presbyteros*).”⁷⁰ O termo que passou para o latim como *antianus*, referindo a um grupo que representa toda a atividade política e religiosa.

Ora, o mesmo conceito já era conhecido no contexto hebraico: “no Antigo Testamento, os anciãos/presbíteros aparecem como uma classe social distinta ou corpo colegial com funções políticas ou religiosas específicas.”⁷¹ É por isso que, segundo a Sagrada Escritura, Deus orienta Moisés para congregar um grupo de anciãos para serem seus colaboradores no cuidado do povo: “Vai, reúne os anciãos de Israel e dize-lhes: *Iahweh*, o Deus de vossos pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó me apareceu dizendo: De fato vos tenho visitado e visto o que vos foi feito no Egito” (Ex 3,16). Além desta citação, ainda no Antigo Testamento, encontram-se muitos textos que apresentam os anciãos como um grupo que fala em nome de todo o povo. Por exemplo em Ex 17,5; 1Sm 8,4, etc.

⁶⁹ JERÔNIMO, S. *Novo Comentário bíblico*, p.714.

⁷⁰ MCKENZIE, John. L. *Dicionário bíblico*, p. 43

⁷¹ MCKENZIE, John. L. *Dicionário bíblico*, p. 42.

No Novo Testamento, ainda no contexto do judaísmo, já há um conselho de anciãos/presbíteros que faz parte do Sinédrio. Eles governam e atuam no ensino e na pregação: “Os presbíteros que exercem bem a presidência são dignos de uma dupla remuneração, sobretudo aqueles que trabalham no ministério da palavra e na instrução” (1Tm 5,17). “Os anciãos da Igreja oram pelo doente e sua prece tem poder de curá-lo” (Tg 5,14-15). Portanto, as funções do ancião/presbítero no Novo Testamento parece não ser diferentes das do antigo judaísmo (Antigo Testamento). Os anciãos/presbíteros constituem um conselho com poder deliberativo em matéria jurídica para a instrução e organização do povo. Desempenham também serviços eclesiais; por exemplo, na catequese e o auxílio ao culto eucarístico.

Além da conceitualização apresentada sobre o presbítero como ancião que fala em nome do povo e com algumas funções de caráter deliberativo, ao longo da história o presbítero é apresentado com várias imagens e aspectos, que auxiliam na compreensão da natureza íntima de sua identidade. Segundo o documento da CNBB para a formação dos presbíteros, destacam-se as seguintes imagens:

- a. Presbítero-segundo a Escritura, é o ancião, o adulto, já experimentado na vida, que se tornou sábio, mestre, conselheiro e guia;
- b. Pastor-esta é a imagem mais frequente na Sagrada Escritura para designar aqueles a quem cabe estar a serviço do povo. O presbítero segue o exemplo de Jesus Bom Pastor (Jo 10,1-4). Por isso, “é chamado a ser homem de misericórdia e compaixão, próximo a seu povo e servidor de todos, particularmente dos que sofrem grandes necessidade (...)
- g. Sacerdote-em virtude da Ordenação, ele se torna um dom sagrado de Deus para o seu povo. Ele é “separado para o evangelho de Deus” (Rm 1,1). É ele que reúne a comunidade para o momento mais alto e importante de sua existência, a celebração eucarística (...)
- l. Homem de oração-pela disponibilidade a encontros fervorosos com o Senhor, ele se torna íntimo das coisas divinas, místico e mistagogo, capaz de auxiliar os fiéis e todos os que o procuram, a encontrem-se com o mistério de Deus.⁷²

Essas e outras funções estão intrinsecamente ligadas ao *tríplice múnus* de Cristo profeta, sacerdote e rei, constituindo o fazer e o ser de um presbítero.

⁷² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. n.41.

A identidade e a vida do presbítero exigem que ele seja um homem de oração, pois ele é chamado para rezar pelo rebanho que o Senhor lhe confiou. Não são raras as vezes um fiel direta ou indiretamente pede ao presbítero que reze por ele ou pelos seus defuntos (as missas votivas: sétimo dia, trigésimo dia, um ano de falecimento, etc.). Segundo a tradição da Igreja, rezar pelos entes queridos é uma das orientações aos sacerdotes no âmbito do exercício das suas funções pastorais. A oração é a força que os sustenta no zelo pelas almas que lhes foram confiadas, visto serem constituídos como guias espirituais e continuador da missão de Jesus Cristo, Bom Pastor e sempre presente para cuidar e santificar o povo de Deus, conforme salienta o Ritual de Ordenação Presbiteral, “Quereis celebrar com devoção e fidelidade os mistérios de Cristo, para louvor de Deus e santificação do povo cristão, segundo a Tradição da Igreja?”⁷³

Deste modo, toda a formação do futuro presbítero tem como função básica imprimir nele uma identidade e uma vivência típicas para exercer o seu múnus não só para si, mas, acima de tudo, para o bem do rebanho, ou seja, pastorear o rebanho que lhe foi confiado segundo o estilo de Jesus Cristo que sempre esteve próximo e compassivo para com às ovelhas. Por isso, o presbítero é formado para que o seu coração e a sua vida sejam confirmados a Cristo, morto e ressuscitado, de modo a ser sinal vivo na terra e intermediário entre os homens e Deus. Ele é a ponte que une essas realidades-céu e terra- leva o povo ao encontro com Deus e apresenta Deus ao povo pela celebração do sacramento da eucaristia. Assim, a caridade pastoral deve ser um imperativo categórico do ser presbiteral, de modo que tenha sucessos nas suas atividades pastorais. Ele anuncia o Evangelho e torna-se instrumento da misericórdia de Deus dentro da paróquia que o seu legítimo superior, o bispo, lhe confiou como o guia espiritual. O presbítero é chamado cuidar das almas. Ele guia, exorta segundo os mandamentos da Igreja, corrige e intercede por todos os fiéis a ele confiados, conforme as palavras interrogatórias do bispo; “quereis, pois, desempenhar sempre a missão de sacerdote no grau de Presbítero, como fiéis colaboradores da Ordem Episcopal, apascentando o rebanho do Senhor, sob a direção do Espírito Santo?”⁷⁴

O presbítero é um pastor, independente do lugar onde ele estiver exercendo sua função. Qualquer presbítero, seja de uma instituição religiosa ou secular, no dia da sua ordenação presbiteral é incardinado numa diocese, no caso dos sacerdotes seculares e, aos religiosos, ocorre

⁷³ PONTIFICAL ROMANO, p. 86.

⁷⁴ PONTIFICAL ROMANO, p. 69.

a pertença em um Instituto ou Sociedade. Contudo, não obstante esta pertença a uma diocese particular ou instituto, o presbítero é um missionário. A missionariedade inclui a abertura ao serviço à Igreja Universal. Portanto, o presbítero é enviado para anunciar o Evangelho e cuidar das almas de todos os homens até aos confins do mundo conforme a recomendação do Senhor: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28,19). Significa que o amor à missão brota do próprio Senhor ao enviar os seus discípulos. E na verdade, no dia da ordenação presbiteral, o Bispo ordenante interroga ao ordenando sobre essa missão evangelizadora: “Quereis, com dignidade e sabedoria desempenhar o ministério da Palavra, proclamando o Evangelho e ensinando a fé católica?”⁷⁵

Nesta vertente, os bispos brasileiros afirmam que “a formação pastoral-missionária, princípio unificador de todo o processo formativo, consiste na necessária qualificação específica para o ministério pastoral, sempre impregnado pela ação e condução do Espírito de Deus.”⁷⁶ O presbítero é um simples instrumento de Deus e revestido como todos de fraquezas humanas. Os presbíteros, participando da autoridade de Cristo, e segundo a doutrina católica, gozam de um notável poder ascendente sobre os fiéis. Mas esse poder significa um serviço ao povo de Deus, ao estilo do seu Mestre, Jesus Cristo; que veio ao mundo não para ser servido; conforme diz o Evangelista Mateus, “mas para servir e dar sua vida como resgate por todos” (Mt.20, 28). A força da sua missão encontra-se no Senhor no momento que desempenha, em nome de Cristo cabeça, o *tríplice múnus*.

O presbítero exerce o *múnus* profético como anunciador da Palavra de Deus e colaborador da ordem episcopal: Os padres conciliares dizem: “Os presbíteros, como cooperadores dos bispos, têm, como primeiro dever anunciar a todos o Evangelho de Deus.” (PO 4) Este serviço que faz parte do ministério da salvação da humanidade, exige do ministro a clareza na exposição da Palavra, não simplesmente o seu conhecimento humano ou suas experiências subjetivas que podem minar a percepção da mensagem de Deus, mas expor o Evangelho de uma forma clara que leve os ouvintes à conversão: “eis aqui a água; o que impede que eu receba o batismo”? (At 8,36). Esse batismo do eunuco etíope demonstra o fruto da pregação de Filipe, o mensageiro do Senhor. Para a

⁷⁵ PONTIFICAL ROMANO, pp 69-70

⁷⁶ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. n 228.

clareza da sua pregação, o presbítero tem como bases fundamentais a sua formação filosófico-teológica de modo a proporcionar as habilidades e competências necessárias para que o futuro ministro exerça fielmente a sua missão, por isso dizem os padres conciliares: “as disciplinas teológicas sejam ensinadas à luz da fé e sob direção do magistério da Igreja, de tal modo que os alunos venham a encontrar com exatidão a doutrina católica na Revelação divina.” (OP 17) Por isso, requer-se do futuro ministro uma leitura constante dos documentos do Magistério que tratam dessa dimensão presbiteral de modo que a sua pregação seja fiel e ortodoxa como a dos apóstolos.

A pregação da Palavra de Deus é transmissão da fé e que deve levar o homem ao conhecimento de Cristo, novo Adão e também conduzir o homem a conhecer-se a partir da revelação de Cristo. A tarefa da pregação é, portanto, apresentar Cristo aos homens, porque somente Ele, “novo Adão, na própria revelação do ministério do Pai e do seu amor, revela o homem a si mesmo e descobre-lhe a sua vocação sublime” (GS 2).

O mundo atual é suscetível, sobretudo, ao materialismo e com pouco interesse aos bens sobrenaturais. Hoje, como sempre, é desafiadora a tarefa da evangelização do presbítero. O ensino catequético deve facilitar ao homem a conversão e amor a Cristo. Por isso:

A pregação sacerdotal deve ser realizada, como a de Cristo, de maneira positiva e estimulante, capaz de atrair os homens para a Bondade, a Beleza e a Verdade de Deus. Os cristãos devem “fazer brilhar o conhecimento da glória de Deus, que resplandece na face de Cristo” (2Cor 4,6), e devem apresentar de maneira interessante a verdade recebida.⁷⁷

Para o sucesso da compreensão da Palavra de Deus, não é necessário o uso de conceitos de um nível teológico ou filosófico acima dos cristãos, povo alvo da pregação. Mas sim, recomenda-se uma linguagem correta, elegante adaptada e compreensível para todos os níveis de cristãos, evitando, porém, a banalidade e a superficialidade da pregação. A fonte principal da pregação é a Sagrada Escritura, a Revelação de Deus aos Homens para a sua salvação. “Por isso, o Cristo Senhor, em quem se consuma toda a revelação do Deus Altíssimo (cf. 2Cor 1,20; 3,16;4,6), mandou os apóstolos que o Evangelho, objeto da promessa outrora feita pelos profetas que ele veio cumprir,

⁷⁷ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O Presbítero*, p.30.

e que promulgou pessoalmente, fosse pregado a todos, como fonte de toda a verdade salutar e de toda a regra moral, e assim lhes comunicassem os dons divinos.” (DV 7).

Em muitos documentos do Magistério da Igreja acentuam que o presbítero é convidado a meditar a Palavra de Deus na oração pessoal e enriquecido pelos escritos da Tradição para melhor penetrar nela e depois transmitir a Boa Nova aos outros. Nesse sentido do aprofundamento da Sagrada Escritura, seria melhor se os sacerdotes colaborassem nos diversos encontros ou cursos pastorais para um aprofundamento em conjunto sobre o ministério da Palavra, sobretudo no seu significado teológico, linguístico e bíblico. Tendo em vista isso, cada sacerdote iria se atualizar segundo o contexto celebrativo ou comunitário onde se encontra. Conforme afirma o Papa Francisco na sua carta, “Aquele que prega deve conhecer o coração da sua comunidade para identificar onde está vivo e ardente o desejo de Deus e também onde é que este diálogo de amor foi sufocado ou não pôde dar fruto.” (*Evangelii Gaudium*, 138)

O fruto da pregação do presbítero é a conversão do homem. Por isso, diz o Concílio Vaticano II: “A pregação do presbítero [...] não deve expor apenas de modo geral e abstrato a Palavra de Deus, mas sim aplicando às circunstâncias concretas da vida a verdade perene do Evangelho.” (PO 4) Usando das suas aptidões carismáticas e inspirando-se nas Sagradas Escrituras, “alma da teologia” e acima de tudo adaptando a Palavra de Deus segundo as circunstâncias, a pregação deve tocar a alma dos ouvintes. Por isso, o presbítero é convidado a conhecer as circunstâncias em que se encontra o rebanho, de modo que a pregação não seja alheia à realidade local. Jesus Cristo, ao longo da sua vida pública, para apresentar a sua mensagem, não utilizou palavras abstratas ao contexto do seu interlocutor. Ele partia da realidade dos seus ouvintes para fazê-los perceber a essência da sua pregação. Por isso, muitos ensinamentos e pregações de Jesus envolviam parábolas e sinais adequados para aquele contexto, de tal forma que os seus ouvintes, percebendo o teor da mensagem sentam-se tocados e convertem-se. É pela escuta da Palavra que conduz à conversão da vida que a pessoa deseja estar mais próxima do Mestre.

Na tradição católica, o presbítero, além de ser pregador da Palavra de Deus, é também administrador dos sacramentos. Por seu intermédio, Jesus Cristo permanece presente no mundo através dos sacramentos por Ele instituídos. Na dimensão sacramental, salienta-se dois sacramentos ministrados pelo presbítero: a celebração eucarística e a reconciliação. No entanto, dentro do presente estudo, uma missão importante na analogia com o sacerdócio comum da RTA, é o cuidado

com os doentes e o ministério das exéquias, hoje, exercido, em grande parte, por diáconos e ministros leigos.

Enquanto estava sentado à mesa, salientam as sagradas escrituras, com os seus apóstolos, “o Senhor Jesus tomou o pão e, depois de dar graças, partiu-o e disse: “Isto é o meu corpo que é para vós, fazei isto em memória de mim” (1Cor 11,23-24). Essas foram as palavras que o Senhor, na sua última ceia, pronunciou e deixou como um legado para os que Ele os quis que continuassem a perpetuar a sua presença na terra. Todas as vezes que o presbítero celebra a eucaristia, pronuncia estas palavras porque é ele que tem esse dever e direito de manter presente Cristo na hóstia consagrada. Jesus Cristo não criou a Igreja para abandoná-la, mas continua presente nela e alimentando-a espiritualmente a partir dos seus sacramentos e, acima de tudo, na eucaristia “Eu sou o pão da vida. Quem vem a mim nunca terá fome e o que crê em mim nunca mais terá sede” (Jo 6,35). Há uma relação essencial entre a pregação e a celebração dos sacramentos feitas pelos presbíteros. Eles estão conscientes de que são instrumentos vivos de Cristo que permanece presente nos seus fiéis através da celebração eucarística. A sua função é própria de homens habilitados pelo caráter sacramental que recebem no dia da ordenação para tornar sempre presentes as palavras do Senhor na última ceia: “Fazei isto em memória de mim.”

Agindo *in persona Christi*, na celebração dos sacramentos, a atitude do ministro deverá ser acompanhada por uma excelente qualidade de celebração, respeitando todas as orientações clássicas litúrgicas e cerimoniais. O presbítero, celebrando tanto sozinho quanto diante dos fiéis, deve ter cuidado de observar todas as normas que a Igreja orienta para a beleza exterior que moverá o interior dos fiéis a entrarem em contato com o divino: “a fim de que o sacrifício da missa alcance plena eficácia pastoral...tendo em orientação as missas que celebram com assistência do povo, sobretudo no domingo e nas festas de preceito” (SC 47). O Concílio Vaticano II determina a presença dos fiéis nas missas dominicais. Os fiéis são parte integrante da missa. Por isso, convida-se a eles a terem uma presença participativa e não como simples espectadores. Para isso, é fundamental, por parte do presbítero, formá-los em relação ao que constitui a essência da eucaristia e fomentá-los a ter uma participação frutuosa.

A importância e a centralidade da eucaristia para a fé da Igreja, exige, outrossim, a beleza do ambiente, das vestes litúrgicas, dos móveis, dos vasos sagrados e das alfaias nela utilizados. Conforme já se salientou sobre a exemplaridade do sacerdote celebrante, é fundamental também

organizar o ambiente onde irá se realizar o sacrifício eucarístico. A Congregação para clero diz que “um modo simples e eficaz de se fazer catequese eucarística é o próprio cuidado material com tudo aquilo que se refere à igreja e, em particular, ao altar e ao tabernáculo.”⁷⁸ O altar é o lugar do sacrifício. O Senhor torna-se presente naquela mesa eucarística através da oração consecratória do presbítero; por isso, exige-se todo cuidado, adorno e decoração segundo as cores litúrgicas. E, para fundamentar a importância de manter o altar como lugar do sacrifício e centro celebrativo, o Código de Direito Canônico diz que “o Sacrifício eucarístico deve realizar-se sobre altar dedicado ou benzido. Fora do lugar sagrado, pode ser utilizada uma mesa, mas sempre com toalha e corporal” (CIC, can. 932, §2). A respeito do Sacramento da Reconciliação, o mesmo Código diz que “o ministro do sacramento da penitência é somente o sacerdote” (CIC, can. 965).

Na verdade, no sacramento da reconciliação, através da absolvição do sacerdote, todo homem encontra a misericórdia do Senhor. Para a prática consciente da parte dos fiéis, chama-se atenção aos sacerdotes para que encorajem o povo de Deus com ardor de modo que participe livremente nele como forma de emendar as suas feridas causadas pelo pecado e renovar o seu amor a Deus e ao próximo. Dentro das exigências pastorais, todo o sacerdote deve reservar um momento sagrado para ajudar os cristãos a reaproximarem-se do Senhor. Para tal requer-se tempo e dedicação como o “bom pastor dá a vida pelas ovelhas” (Jo 10,11), que reconduz as ovelhas transmalhadas ao Pai. Os bispos e presbíteros exercem o seu múnus dentro da Igreja que lhe conferiu o poder sacerdotal: “pela pregação da Palavra de Deus, chamam os fiéis à conversão, anunciando e concedendo-lhes o perdão dos pecados em nome de Cristo e pelo poder do Espírito Santo.”⁷⁹

Para uma frutuosa participação dos fiéis no sacramento da reconciliação, o próprio sacerdote seja o primeiro a confessar-se regularmente. Ele deve se colocar no lugar de penitente porque também é suscetível às quedas humanas. Um sacerdote que não tem hábito de se confessar periodicamente ou porque se confessa mal, o seu ser presbítero e o seu agir como presbítero se enfraquece rapidamente, também a comunidade que a ele foi confiada para pastorear.

No ato da administração do sacramento da reconciliação, e em virtude de se tratar da vida íntima dos penitentes, requer-se do presbítero a virtude da prudência pastoral. Este deve evitar de considerar o confessionário como um lugar de condenação, mas deve aproveitar a oportunidade de

⁷⁸ CONGREGAÇÃO para o clero. *O presbítero*, p. 40.

⁷⁹ CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Sacramentário*., nº 9.

sentir a misericórdia do Senhor e de formar a consciência dos penitentes do pecado. Uma vez que, no tempo atual, a prática da confissão vai diminuindo aos poucos, tanto nos países tradicionalmente cristãos, como nos países de missão, talvez pela falta da formação teológico-sacramental, apela-se profundamente para a seleção das perguntas que o confessor pode fazer ao penitente. O presbítero não é um jornalista, mas um pai espiritual que quer reconduzir o penitente a sentir o amor misericordioso de Deus. O confessor, antes de tudo, deve pedir o auxílio do Espírito Santo para que, com solicitude de bom pastor à imagem do Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, reconduza dignamente as ovelhas perdidas ao encontro do Pai.

Por último, dentro do exercício pastoral do presbítero há função de guia do povo de Deus que lhe foi confiado. O presbítero, em virtude do Sacramento da Ordem, segundo a imagem de Cristo, sumo e eterno sacerdote, além de pregar o Evangelho de Deus e de: “oferecer dons e sacrifícios pelos pecados” (Hb 5,1), ele é o guia do povo de Deus. Participando da autoridade de Cristo, goza de um notável poder divino para reger o rebanho a ele confiado. Contudo, esse poder não deve ser confundido com os poderes terrenos ou sociopolíticos, mas uma autoridade ministerial, como serviço para conduzir o rebanho. A autoridade do presbítero nunca deve ser de domínio sobre o rebanho, mas uma autêntica oblação ao serviço da comunidade que lhe foi confiado pelo seu superior hierárquico. Por conseguinte, o pastoreio deve ser exercido com humildade, reconhecendo-se como um simples instrumento de Deus ou administrador do rebanho, cujo dono é o Senhor.

A consciência do presbítero de ser ministro de Cristo para ser o seu representante no múnus presbiteral em ser o pastor e guia do rebanho, implica uma graça ímpar dentre as várias vocações: o Senhor escolhe o presbítero gratuitamente para apascentar as suas ovelhas. Na verdade, segundo a Sagrada Escritura, depois da Ressurreição, Jesus coloca a Pedro a questão fundamental sobre o amor que deve ser característica singular dos seus pastores: “Simão, filho de João, tu me amas mais do que estes?” Ele lhe respondeu: “Sim, Senhor, tu sabes que te amo”. Jesus lhe disse: “Apascenta os meus cordeiros” (Jo 21,15). À resposta positiva de Pedro ao Senhor manifestada pelo amor à missão, Jesus lhe confia o poder de ser o zelador do seu rebanho, serviço esse que é desempenhado na Igreja. Por isso, aos presbíteros, no âmbito de serem os guias da barca do Senhor, pede-se o zelo e o amor. É um amor que se configura com o próprio Cristo que “não veio para ser servido, mas para servir” (Mt 20,28). O ministério de governar o povo cristão é duro e complexo em virtude deste povo ser uma comunidade diversificada, isto é, dentro da comunidade encontram-se pessoas

de todas as categorias; por isso, exige-se do presbítero o zelo pastoral. A complexidade do ministério insere-se, outrossim, no fato do presbítero, além de atender pessoas singulares com todos os seus problemas existenciais, deve também coordenar todos os membros da comunidade de modo que sejam um só rebanho, ou seja, a Igreja de Cristo. Por isso, diz o Papa João Paulo II:

Trata-se de um ministério que requer do sacerdote uma vida espiritual intensa, rica daquelas qualidades e virtudes típicas da pessoa que «preside» e «guia» uma comunidade, do «ancião» no sentido mais nobre e rico do termo: a fidelidade, a coerência, a sapiência, ao colhimento de todos, a afável bondade, a autorizada firmeza quanto às coisas essenciais, a libertação de pontos de vista demasiado subjetivos, o despreendimento pessoal, a paciência, o gosto pela tarefa diária, da confiança no trabalho escondido da graça que se manifesta nos simples e nos pobres (*Pastores Dabo Vobis* 26).

O Espírito Santo, infundido nele no dia da ordenação presbiteral, é a fonte do exercício da sua autoridade e anima a sua ministerialidade. Por isso, além das várias virtudes já apontadas, que devem ser como bússola do ministério presbiteral, convém citar também a disposição pessoal do presbítero, pela qual está sempre pronto para servir o rebanho. Não existe, efetivamente, boa autoridade se não há boa vontade interior para servir amorosamente o povo de Deus. A autoridade do presbítero recebeu do seu superior hierárquico, isto é, do bispo. Por isso, na sequência, ele é convidado à obediência ao seu bispo ou superior, de onde recebeu a autoridade pastoral. O pároco, “em íntima comunhão com o bispo e com todos os fiéis, evitará introduzir no seu ministério pastoral formas de autoritarismo espontâneo ou modalidades de gestão inspiradas no democratismo, ambas estranhas à realidade mais profunda do ministério.”⁸⁰ Tudo o que diz respeito ao pároco, sob o aspecto do compromisso pastoral de guia, refere-se também a todos os sacerdotes que prestam, de qualquer forma, a sua ajuda na paróquia e aos demais que desempenham alguns cargos dentro de uma paróquia ou numa comissão específica na diocese.

3.5 A ordenação presbiteral

Depois de apresentar sucintamente o conceito do presbítero e as respectivas funções por ele desempenhadas, neste item pretende-se apresentar as fases da ordenação sacerdotal em geral e, por

⁸⁰ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O presbítero*, p. 50.

fim, a ordenação presbiteral segundo o rito atual. O Pontifical Romano, entre outros escritos ajudarão a perceber a dimensão litúrgico-pastoral do ministério do presbítero.

Para nortear aquilo que é a ordenação presbiteral segundo o rito romano, é importante trazer à mente o pensamento de Arnold Van Gennep sobre os ritos de passagem:

Para indivíduo que é leigo tornar-se sacerdote, ou inversamente, é preciso executar cerimônias, isto é, atos de gêneros especiais, ligados a uma certa tendência de sensibilidade e uma determinação mental. Entre o mundo profano e o mundo sagrado há incompatibilidade, a tal ponto que a passagem de um ao outro não pode ser feita sem um estágio intermediário.⁸¹

O texto traz a ideia de que um indivíduo para passar a pertencer a uma nova família, seja ela profana ou sagrada, é necessário um rito de transição precedido por um estágio. No caso da ordenação presbiteral, todos os passos indicados por Van Gennep são bem contemplados desde o mais antigo quadro ritual da ordenação sacerdotal até a fase atual, lançando mão de fundamentos bíblicos. Assim, historicamente, o rito completo da ordenação sacerdotal consistia, então, na imposição das mãos e na respetiva oração pronunciada pelo bispo ordenante.

Tradicional e historicamente até o presente momento, a ordenação sacerdotal passou por três fases:

Na primeira fase, aos finais do século V, ela estava centralizada na imposição das mãos e na oração consecratória. Contudo, nesta primeira fase, somente à ordenação episcopal era prevista a imposição do *Livro dos Evangelhos* sobre a cabeça do ordenando.

Na segunda fase, que envolve o século VI ao IX, tempo da Idade Média, a ordenação é inserida antes do Evangelho. Ela é precedida pela exigência do consenso dos fiéis na escolha dos candidatos e da oração litânica. O rito encerrava-se com o ósculo da paz. Esta fase, caracterizada pela participação dos fiéis na escolha do ministro para ser ordenado, faz-nos referência à concepção da eclesiologia segundo Mohler; “A comunidade sacerdotal, na eclesiologia mohleriana, precede ao carisma presbiteral. E porque o precede, ela escolhe e elege os seus pastores”.⁸²

⁸¹ GENNEP, Van Arnold. *Os ritos de passagem*, p. 23.

⁸² PIZZOLATTO, V. *A Igreja*. p.122.

Por último, a terceira fase, séculos IX a XII. O ritual deste período é bastante influenciado pelo anterior. Contudo, a grande novidade deste período no contexto da ordenação sacerdotal é a introdução da entrega de instrumentos que o neossacerdote irá utilizar no seu ministério. “Em particular é introduzida a entrega do cálice com vinho e da patena com a hóstia ao sacerdote, acompanhada com a devida fórmula no momento da entrega dos instrumentos”.⁸³

Depois de apresentar as fases do desenvolvimento da ordenação presbiteral desde os primeiros séculos do cristianismo até ao século XII, pretende-se, agora, descrever aquilo que é o rito da ordenação presbiteral atual segundo o pontifical em uso: “*O Pontificale Romanum* de 1989 é, pois, a atual fonte litúrgico-teológica sobre o sacramento da ordem.”⁸⁴ Esta descrição é citada pelo Cattaneo na sua obra intitulada *O Sacramento da Ordem*.

Entremos na estrutura do rito da ordenação presbiteral propriamente dita. Ela obedece quase à mesma sequência dos três graus da ordem (episcopal, presbiteral e diaconal) e “consta de três partes: Ritos de introdução e de preparação; confirmação da ordenação e Rito de explicação”.⁸⁵

Conforme ensinam os padres conciliares, a Igreja é, em Cristo, como que o Sacramento Universal da salvação (LG 1). Ela é composta de homens e mulheres que participam nesse “sacramento”, por isso, recomenda-se que, o ministro chamado por Deus para perpetuar a presença do Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, aqui na terra, ao receber esse mandato, que o mesmo aconteça com a participação dos fiéis, conforme afirma o ritual de ordenação de presbíteros: “a Ordenação de Presbítero faça-se a máxima participação de fiéis, num domingo ou dia de festa, a não ser que razões pastorais aconselhem outra coisa.”⁸⁶

Os Ritos de introdução compreendem todo o processo da procissão de entrada até a proclamação do Evangelho. Depois da proclamação do Evangelho, um presbítero previamente indicado pede ao bispo para que ordene o candidato, garantindo, em nome dos formadores e da comunidade onde este fez o estágio, a fim de manifestar a idoneidade do candidato. Na verdade a “escuta do Conselho Presbiteral, de outros presbíteros e de pessoas que convivem com o diácono no desempenho do ministério, é fundamental para a devida aprovação do seu pedido de Ordenação

⁸³ CATTANEO, Enrico. *O Sacramento de Ordem*, p. 23.

⁸⁴ CATTANEO, Enrico. *O Sacramento de Ordem*, p. 24.

⁸⁵ CATTANEO, Enrico. *O Sacramento de Ordem*, pp.24-25.

⁸⁶ PONTIFICAL ROMANO. *Instituição de leigos e de diáconos*, p. 66.

presbiteral.”⁸⁷ Terminada a homilia, onde o bispo exorta sobre a importância do sacramento que o jovem irá receber para o bem da Igreja, o candidato assume o compromisso de celebrar com devoção os sacramentos, cumprir digna e sabiamente o ministério da pregação do evangelho segundo a fé católica e rezar assiduamente pelo povo.

O rito central da ordenação presbiteral é o momento onde há a imposição das mãos do bispo ordenante, em silêncio, e depois a oração consecratória. Nesse ato oratório é conferido ao eleito o dom do Espírito Santo para o ministério do presbiterado. A oração consecratória traz uma bela mensagem com beleza teológico-litúrgica, descrevendo toda a economia da salvação desde a vocação de Moisés para conduzir o povo de Israel, auxiliado pelos setenta homens prudentes no cuidado do povo, até o NT, como a escolha dos doze apóstolos e o posterior envio. Tudo era a prefiguração daquilo que viria a ser o ministério presbiteral, como continuação dos atos de Jesus Cristo, sumo sacerdote.

O rito explicativo é a fase em que se explicitam todos os ritos da ordenação. Por exemplo, o significado da entrega das vestes, do pão presbiterais, do vinho, da imposição das mãos, entre outros gestos inerentes à ordenação presbiteral. Contudo, estas explicações acontecem ao longo da ordenação, explicando o significado de todo o rito da ordenação presbiteral. “também eles explicitam posteriormente o significado do rito da ordenação, por exemplo, a vestição dos paramentos sacerdotais, unção das mãos, entrega do pão e vinho, o abraço da paz.”⁸⁸

Os três ritos descritos são acompanhados por outros atos litúrgicos, por exemplo, o diálogo entre o ordenando e o bispo ordenante, além de outras súplicas e orações que decorrem ao longo da santa missa que fazem parte do conjunto ritual. Os ritos, a fórmula e todas a sequência daquilo que obedece à ordenação sacerdotal, no seu segundo grau, o presbiterado, têm seus fundamentos na Sagrada Escritura. Dentre vários textos bíblicos que retratam o rito da ordenação, importa referir o *Livro dos Números*: “Moisés falou a *Iahweh* e disse: “Que *Iahweh*, Deus dos espíritos que animam toda a carne, estabeleça sobre esta comunidade um homem que saia e entre à frente dela e que a faça sair e entrar, para que a comunidade de *Iahweh* não seja como um rebanho sem pastor. *Iahweh* respondeu a Moisés: Toma a Josué, filho de Nun, homem em que está o espírito. Tu lhe

⁸⁷ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. n 351.

⁸⁸ CATTANEO, Enrico, *Sacramento da Ordem*, p.30

imporás a mão” (Nm 27,15-23. Esta passagem é muito importante porque representa uma verdadeira liturgia de ordenação presbiteral já no Antigo Testamento, onde, sob o mandato de Deus, Moisés toma um homem, Josué, e lhe impõe as mãos, sinal da transmissão de poder para pastorear o povo de Deus. Esse gesto de Moisés de impor as mãos será retomado na consagração dos anciãos. E, na verdade, o rito atual da ordenação do bispo, presbítero e diácono, compreende a imposição das mãos como momento central da ordenação.

3.6 O Presbítero como homem chamado para rezar pelos mortos

Para continuar a sua missão na terra, Jesus Cristo chamou os que ele quis para servirem de instrumentos para cuidar e rezar pelo seu rebanho (Mc 3,13-15). Dentre todos que o Senhor chamou para servirem de seus instrumentos aqui na terra, encontra-se a figura do presbítero. O presbítero, em virtude do seu poder sacramental, tem o ofício de oferecer sacrifício e rezar pelo povo que lhe foi confiado. Portanto, é nestas circunstâncias que deve ser entendida a mediação do presbítero na oração pelos defuntos. A autoridade que ele tem não lhe foi confiada pelo povo, mas por Jesus Cristo no dia da sua ordenação pela imposição das mãos do Bispo.

As *Cartas Pastorais* deixam transparecer o surgimento de certos ministérios específicos que são transmitidos pelos apóstolos em vista de um serviço concreto dentro da comunidade conforme nos relatam os seguintes textos, dentre os vários: (1Tm 3,1-7: sobre as qualidades do episcopo eleito pelos apóstolos; 1Tm 3,8-13: referente à escolha dos diáconos; 2Tm 1,6-14 que trata especificamente da imposição das mãos sobre Timóteo a partir do apóstolo São Paulo e Tt 1,5-9, que trata dos responsáveis das comunidades recém-criadas que precisam de ministros estáveis, presbíteros/anciãos para o seu cuidado. E esta consciência de ser ministro dentro da comunidade é expressa nas perguntas do bispo ordenante no ritual da ordenação presbiteral: “Queres unir-te mais a Cristo, Sumo Sacerdote, em favor do povo a ti confiado, sendo fiel assíduo ao dever da oração?”⁸⁹ A comunidade cristã presente no dia da ordenação do presbítero acredita que depois da ordenação, o ministro age *in Persona Christi*, assim, torna-se o mediador entre Deus e os homens. Jesus Cristo confiou esta missão aos presbíteros: que sejam eles a rezar pelo povo e a conduzir as suas orações a Deus. Nesta matéria, não há outra pessoa que possa ser intermediária além do sacerdote. O presbítero é o ungido de Deus para rezar pelo seu povo, como foram também ungidos os sacerdotes

⁸⁹ CATTANEO, Enrico. *O Sacramento de Ordem*. p. 27.

do Antigo Testamento. Assim, a unção torna-se sinal da recepção do Espírito Santo para santificar as suas ações e daqueles que nele crerem. O Espírito Santo derramado no presbítero o configura com Cristo para a santificação do povo. Por isso, é convidado a animar e vivificar o rebanho que lhe foi confiado rezando por ele para a sua santificação.

Todo o cristão tem o direito de pedir ao presbítero para rezar e interceder pelos seus defuntos porque este recebeu do Senhor a função de zelar pelas almas que lhe foram confiadas, visto que, pela ordenação, o presbítero é configurado com Cristo, enquanto Cabeça e Pastor da Igreja, e recebe o poder espiritual que é a participação da autoridade com a qual Jesus Cristo conduz a Igreja terrena na pessoa dos seus ministros ordenados. É em esse agir como representante de Cristo que o presbítero é, por excelência, a escolhido para servir de mediador entre Deus e os homens nas orações pelos defuntos. Na verdade, na mesma senda de rezar pelos defuntos, o Sacramentário afirma que “o sacerdote se dirige à casa do morto com os ajudantes levando a cruz e água...entrando na casa o sacerdote saúda os presentes apresentando-lhes o consolo na fé, com algumas palavras da Sagrada Escritura.”⁹⁰

A riqueza da oração do presbítero pelos defuntos já se encontra nos rituais das exéquias, onde se pede que ele organize toda a cerimônia a partir da matéria até a fórmula para rezar em honra dos defuntos. Neste ato público e religioso, o presbítero, como ministro de Deus na terra, tem o “poder sagrado dentro da comunidade dos fiéis, para oferecer o sacrifício e perdoar os pecados, exercendo ainda publicamente o ofício sacerdotal em favor dos homens em nome de Cristo” (PO 2) e pelas almas que jazem nas trevas da morte. A missão especial do presbítero de rezar pelo seu povo foi recebida como mandato do Senhor que chamou a quem quis para continuarem a sua missão, oferecendo sacrifício, perdoando os pecados e exercendo publicamente o seu múnus como mediadores entre Deus e os homens, em nome de Cristo.

Esta dimensão imprescindível de mediação do presbítero nas orações pelo seu rebanho nota-se dia após dia quando ele recita o breviário pedindo pela santificação do povo e de si próprio; e sobretudo em todas as celebrações eucarísticas que ele reza. Na verdade, diz Papa Francisco na Encíclica *Querida Amazônia* que os leigos podem anunciar a Palavra de Deus, ensinar, organizar as comunidades, mas há tarefas específicas que só são reservadas ao presbítero em virtude deste ser sinal e representante de “Cristo Cabeça” na terra. Dentre elas, rezar a missa pelos defuntos,

⁹⁰ SACRAMENTARIO. *Edição típica em tradução portuguesa para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, n. 129.

porque o sacrifício eucarístico oferecido pelo presbítero nas orações pelo sufrágio das almas tem um valor expiatório que, por conseguinte, só ele pode fazer. Assim, um “pastor cuida do povo que lhe foi confiado antes de tudo pela oração de intercessão, que possui, por natureza, uma importância para o mundo inteiro”.⁹¹ Os fiéis leigos precisam ser consciencializados desta missão específica do presbítero de oferecer sacrifício para os seus entes queridos e, por isso, é direito deles pedir ao presbítero para que ofereça sacrifícios pelas almas dos seus defuntos.

A morte é o fim de uma vida passada na terra. Ela é uma passagem de um estado para outro, diz o antropólogo Lerma:

Por isso, quando acontece a morte de um ser querido, e apesar das manifestações de dor, tudo se faz com a maior serenidade e seriedade possíveis, bem longe de cenas de histerismo e de medos infundadas. Quem morre tem a certeza de que dá um passo fundamental e obrigatória para alcançar o estado definitivo, que sempre desejou.⁹²

O ente querido separa-se dos vivos para estar noutra mundo. E, acima de tudo, se for um cristão, a Igreja recomenda aos seus ministros-presbíteros para que orem pelos falecidos. A presença e oração do sacerdote consola o sofrimento da família enlutada. Por isso, o ritual das exéquias diz. “Entrando na casa, o sacerdote saúda os presentes apresentando-lhes o consolo da fé, com algumas palavras da Sagrada Escritura”.⁹³

Além das palavras que o presbítero pode proferir consoante a realidade, a Sagrada Escritura oferece muitas citações que o ajudam a dar uma palavra de alento e consolo: “bendito seja Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, Pai das misericórdias e Deus de toda a consolação, que nos consola em todas as nossas tribulações” (2Cor 1,3). Ou as palavras do salmista: “Lembraí-vos de mim, Senhor, em vosso reino” (Sl 22).

O ritual das exéquias prevê quatro momentos principais do rito do funeral: 1º) a celebração na casa do morto; 2º) celebração da litúrgica do corpo presente na Igreja; 3º) última encomendação

⁹¹ CATTANEO, Erico. *O Sacramento de Ordem*, p. 57.

⁹² MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *O povo macua e a sua cultura*, p. 187

⁹³ SACRAMENTARIO. *Edição típica em tradução portuguesa para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, p. 129.

e o 4º sepultamento. São momentos interligados. Portanto, não é imperioso apresentar detalhadamente neste trabalho e sim descrever os traços gerais de cada momento.

Na casa do morto, o presbítero é convidado a fazer uma breve cerimônia caracterizada por palavras de consolação proferidas por ele à família enlutada. Essas palavras podem ser espontâneas ou extraídas da Sagrada Escritura. Dentre vários textos que combinam com a espiritualidade exequial, elencamos os seguintes textos bíblicos: (Mt 11,28; Ecl 2,6; Sl 129).

O presbítero ao chegar na casa do defunto “encontra o cadáver, devidamente preparado com abluções e unções, feitas pelos familiares mais próximos e outras anciãs da aldeia, e envolvido num lençol branco e colocado no chão, encima da esteira que o defunto usava em vida para dormir”.⁹⁴ O texto retrata um dos momentos da preparação do cadáver antes da chegada do presbítero para rezar pelo morto. É uma prática comum em muitos povos (incluindo os *vatsywa*) em Moçambique. É um momento marcado pelo silêncio absoluto. Interrompido, talvez, de vez em quando por soluços de tristezas geradas pelos choros amargos dos parentes e amigos mais próximos do defunto. Este momento é também acompanhado por cânticos salmódicos de índole fúnebre entoados espontaneamente por membros da comunidade cristã ou outra pessoa. É o momento de compasso de espera do presbítero para rezar. Quando este chega, junto à família enlutada, profere duas orações: uma direcionada ao morto e outra aos que sofrem pela perda do seu ente querido. Pelo morto reza:

Recebei, ó Pai, nosso irmão N. que tanto amastes nesta vida. Liberto de todos os males, alcance hoje o repouso eterno. Passada esta vida mortal, levai-o com bondade ao paraíso onde não mais existem luto, gemidos e dor, mas a paz e a alegria para sempre com o vosso Filho, na unidade do Espírito Santo.⁹⁵

O ritual prevê que o presbítero reze não só pelo morto, mas também pelos que sofrem a dor pela perda do seu familiar nos seguintes termos ou semelhantes a estes:

Pai de misericórdia e Deus de toda consolação, vós nos acompanhais com amor eterno, transformando as sombras da morte em aurora de vida. Olhai agora

⁹⁴ MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *O povo macua e a sua cultura*, p. 177.

⁹⁵ SACRAMENTARIO. *Edição típica em tradução portuguesa para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, p. 130.

compassivo as lágrimas dos vossos filhos, dai-nos, Senhor, vossa força e proteção para que a noite da nossa tristeza se ilumine com a luz da vossa paz. O vosso Filho e Senhor nosso, morrendo, destruiu a nossa morte, e ressurgindo, deu-nos novamente a vida. Dai-nos a graça de ir ao seu encontro para que, após a caminhada desta vida, estejamos um dia reunidos com nossos irmãos onde todas as lágrimas serão enxugadas. Por Cristo, nosso Senhor. Amém.⁹⁶

Uma das grandes riquezas dessas orações proferidas pelo presbítero reside na sua teologia. As orações trazem como mensagem da entrega da alma do falecido a Deus e o consolo aos que sofrem pela perda do seu familiar.

Quando as condições permitirem, o ritual aconselha que, depois deste primeiro momento, que se faça uma celebração litúrgica na igreja com o corpo presente. Quem preside essa liturgia (missa ou celebração da Palavra) é o presbítero. Mas já com a assembleia alargada. A liturgia segue-se na forma de costume. Mais uma vez, realça-se a riqueza da Sagrada Escritura em textos típicos referentes ao estilo de cerimônia. Encontramos citações bíblicas tanto do AT como do NT; por exemplo: Is 25, 6-7; Sb 3, 1-6; Lm 3,17-26; Rm 6,3-9; 1Cor 15,20-23; 1Jo 3,1-2. Dos Evangelhos, encontramos em Mt 5,1-12; Lc 7,11-17; Jo 14,1-6 etc. Aconselha-se que, depois da proclamação, o presbítero faça uma breve homilia, inspirando-se na Liturgia da Palavra. Depois da homilia, faz-se a oração dos fiéis. É um momento de rezar pelo defunto, onde cada um dos presentes, livremente, faz uma oração espontânea comumente designada por oração dos fiéis e termina com a do presbítero em honra do falecido. Portanto, todos rezam pelo morto.

Depois da Liturgia da Palavra, ainda dentro da Igreja, segue-se a última encomendação. Esta pode ser feita também no seminário, junto à sepultura. Mas comumente tem-se feito na igreja. É o momento de dar o último adeus ao ente querido. Na encomendação, quem preside a cerimônia é o sacerdote, ao lado da urna, e voltado para o povo e acompanhado pelos ministros e com água benta diz, por exemplo, estas palavras:

Conforme o costume cristão, vamos sepultar o corpo do nosso irmão N. Peçamos, com toda confiança a Deus – para quem tudo vive – que ressuscitem na glória dos santos este pobre corpo que hoje sepultamos e acolha sua alma entre os eleitos. Que ele alcance a misericórdia no julgamento, para que, resgatado pela morte e absolvido de seus pecados seja reconciliado com o Pai. E, transportado no ombro

⁹⁶ SACRAMENTARIO. *Edição típica em tradução portuguesa para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, p. 130.

do Bom Pastor, mereça gozar a alegria eterna na companhia de Cristo Rei com todos os seus santos.⁹⁷

Dentro deste texto proferido pelo presidente da celebração, encontramos não só o destinatário dela, que é Deus, mas também a intercessão dos santos para que velem pela alma do defunto junto a Deus. Em alguns povoados de Moçambique, embora o momento seja marcado pela agonia, há possibilidade de cada um, segundo a sua inspiração, proferir uma oração em honra do defunto ou da família enlutada. Em seguida, recomenda-se que todos os fiéis, em silêncio, rezem pelo morto. Por último, faz-se o cortejo fúnebre para o lugar onde o falecido irá repousar, isto é, para sepultura. Normalmente, cada família tem o seu cemitério privado onde enterra os familiares. Assim, junto à sepultura, o presbítero benze o sepulcro com uma oração prevista no ritual. Depois da oração do presbítero, os familiares mais próximos depositam a urna na cova previamente preparada por pessoas indicadas. Normalmente, o presbítero faz parte deste cortejo fúnebre, porque será ele a presidir a sepultura no cemitério. Isso significa que não é qualquer pessoa que deve abrir a cova, conforme ilustra o seguinte texto. “Quando os encarregados de abrir a sepultura acabam o trabalho, avisam os familiares que ficam em casa a velar o morto.”⁹⁸ Continuando com o rito da sepultura, depois da oração proferida pelo presbítero, o chefe da família, ou outros parentes do defunto indicado para este momento, entram da cova preparada e recebem pelas suas mãos a urna. Outras pessoas voluntárias colaboram nesses momentos do sepultamento. E depois segue todo o processo de enterrar o caixão. Geralmente, o primeiro a pôr a terra sobre a urna depositada na cova é o presbítero e, em seguida, os familiares mais próximos e por último todos os que estiverem presentes no rito do sepultamento e que estejam a vontade para isso. Na sequência, e por último, o presbítero profere uma oração e depois convida a todos a rezarem o Pai-Nosso e despedindo a comunidade presente com a bênção final.

Havendo terminado estes ritos fúnebres com a bênção do presbítero, entra-se no período de luto para a família. O luto pelos mortos começa depois do enterro. Ele vai terminar com a missa de deposição de flores:

⁹⁷ SACRAMENTARIO. *Edição típica em tradução portuguesa para o Brasil realizada e publicada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, p. 140-141.

⁹⁸ MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *O povo macua e a sua cultura*, p. 178.

A deposição de flores consiste no luto por um familiar falecido que dura em torno de um ano e passa por diversas fases. A primeira fase, após a morte, é chamada de sétimo dia; a segunda fase é o trigésimo dia; a terceira fase é o sexto mês; e a quarta fase é um ano. Após essas fases, existem outras celebrações de aniversários, de dois ou mais anos.⁹⁹

Note-se que, em todas estas fases, exige-se a presença do presbítero para rezar. Para o cerimonial do sétimo dia existe o chamado “Mestre de Cerimônia, que é o chefe da família ou algum familiar”.¹⁰⁰ Depois da sepultura, conforme as circunstâncias familiares, marca-se o dia da deposição de flores que deve ser avisado no mesmo dia do enterro para o conhecimento de todos que estiveram presentes. Ela é antecedida pela celebração de uma missa presidida pelo presbítero na Igreja Matriz com a participação de grande parte da família, dos vizinhos, amigos e da comunidade paroquial. Tal como é no culto aos antepassados, nesta cerimônia não se admite nenhuma desculpa: todos os familiares devem participar. Na missa do sétimo dia, realiza-se espiritualmente aquilo que Gennep chama de *separação*, isto é, o morto “divorcia-se” ontologicamente dos vivos para se integrar no mundo dos mortos. Antes do sétimo dia, as famílias continuam ainda em luto e, por conseguinte, segundo os “dogmas religiosos” de bantu, a sombra do morto ainda continua a pairar entre os vivos.

Na verdade, segundo Gennep:

Durante o luto os vivos e o morto constituem uma sociedade especial, situada entre o mundo dos vivos, de um lado, e o mundo dos mortos, de outro lado, da qual os vivos saem mais ou menos rapidamente conforme fossem mais estreitamente aparentados aos mortos. Por isso, as estipulações de luto dependem de grau de parentesco e são sistematizadas de acordo com o modo especial como cada povo determina este parentesco (paterno, materno de grupo, etc.).¹⁰¹

Antes da missa do sétimo dia, isto é, durante o período de luto, há muita coisa dentro do tecido familiar ou clânico relativa à suspensão ou proibições de relações que mantêm a convivência normal entre os pares ou membros mais próximos do defunto. Alguns traços culturais de algumas

⁹⁹ KLAUCKE, Miguel. *Notas de Moçambique*, p. 84.

¹⁰⁰ KLAUCK, Miguel. *Notas de Moçambique*, p. 85.

¹⁰¹ GENNEP, Van Arnold. *Os ritos de passagem*, p.128.

tribos moçambicanas, por exemplo, “no sétimo dia não se sacrificam animais [...]. A partir do sétimo dia, já se pode fazer fogo dentro da palhota do falecido, e os familiares voltam aos seus lugares de origem e aos seus afazeres”.¹⁰² Conforme salientado anteriormente, o período de luto e das prescrições que devem ser observadas depende de povo para povo, ou de cultura para cultura e do grau de parentesco. O comum é que em todas as sociedades humanas existam os ritos fúnebres que devem ser observados com todo rigor religioso. E neles sempre existe uma figura que deve presidi-las.

¹⁰² KLAUCK, Miguel. *Notas de Moçambique*, p. 84.

4 ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O “SACERDOTE TRADICIONAL” E O PRESBÍTERO

4.1 Semelhanças

Depois de descrever, no capítulo anterior, a RTA em todas as dimensões que a caracterizam, com maior evidência à figura do “sacerdote tradicional”, pretende-se nesse *ítem* fazer uma transposição temática. Verificar-se-á que há uma continuidade e uma descontinuidade do mesmo tema, isto é, o ofício sacerdotal, tanto na Religião africana quanto na Tradição católica. Em todas as religiões existe essa figura e com características comuns no concernente às funções sacerdotais dentro da comunidade ou na sociedade a ele ligado ou confiado.

O ser humano é por natureza religioso, independentemente da religião que professa, seja ela cristã ou não cristã. Por isso, movido por essa capacidade humana de sentir-se sempre religado a um Ser Supremo, nos dois primeiros capítulos, foi apresentado aquilo que é a RTA, concretamente, com suas características, em especial, as figuras do “sacerdote tradicional”, e o presbítero católico. São duas religiões com ritos diferentes e separados, mas que apresentam semelhanças em muitos aspectos. Da mesma maneira que o presbítero oferece sacrifício em nome da comunidade, a vida espiritual africana, na pessoa do “sacerdote tradicional”, está tão impregnada da ideia da imolação de animais, oferecer sacrifício em honra dos antepassados é a pedra angular desta religião. Dentro da RTA, o sacrifício, como ato religioso, assume lugar central do culto aos antepassados. Essa centralidade expressa-se nas orações que se dirigem a eles. Os poetas negros, com grande sagacidade em memória dos seus antepassados declamam:

Este é o sopro dos antepassados... que morreram nunca partiram, estão na sombra que se ilumina e na sombra que se torna espessa, os mortos não estão debaixo da terra: estão na árvore que estremece, estão no bosque que geme, estão na água que corre, estão na cova, estão na multidão: os mortos não estão mortos... Os que morreram nunca estão ausentes, estão no seio da mulher, estão na criança que chora, e no tição que se inflama. Os mortos não estão debaixo da terra, estão no fogo que se apaga, estão nas ervas que choram, estão no penhasco que se lamenta, estão na selva, estão na mansão: os mortos não estão mortos.¹⁰³

¹⁰³ ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. *Cultura Tradicional Bantu*, p. 457.

Esta é uma crença africana aos antepassados, que rendem homenagem aos mortos, mas os considera como “entes ainda vivos” que se encontram em qualquer lugar na natureza para proteger os seus filhos vivos. Na RTA crê-se que os antepassados conservam quase todas as características humanas; são protetores dos vivos. Essa crença da proteção dos vivos, encontramos-la também na fé católica, através da veneração aos santos, através da profissão do Credo. O Catecismo da Igreja Católica, de uma forma resumida e citando a *Lumen Gintium* sobre a interseção dos santos, diz:

Pelo fato de os habitantes do Céu estarem unidos intimamente com Cristo, consolidam com mais firmeza na santidade toda a Igreja. Eles não deixam de interceder por nós juntos ao Pai, apresentando os méritos que alcançaram na terra pelo único mediador de Deus e dos homens, Cristo Jesus. Por conseguinte, pela fraterna solicitude deles, a nossa fraqueza recebe o mais valioso auxílio.¹⁰⁴

As semelhanças do “sacerdote tradicional/chefe da família” na RTA e do presbítero católico, no que tange às celebrações pelos falecidos, são significativas. São crenças, aparentemente separadas; a primeira faz parte das religiões não cristãs, a outra, das cristãs, mas que, em parte, se assemelham em matéria, função e, no entanto; também se diferenciam na essência do ministro que exerce as funções sacerdotais. Portanto, é um trabalho que significa comparar, segundo Gennep, “o profano e o sagrado”.¹⁰⁵ Entretanto, na mesma senda da semelhança, o mesmo autor continua dizendo: “Ora, esta divisão é encontrada em todos os Estados da Europa, de tal maneira que as sociedades leigas de um lado, e as sociedades religiosas, de outro lado, ligam-se entre si e separadamente por suas bases essenciais.”¹⁰⁶

Considerando o pensamento desse autor, na linha dos ritos, pode-se dizer que tanto nos ritos profanos, quanto nos sagrados, há semelhanças e diferenças. Todavia, no pensamento do Gennep, entende-se o profano como aquilo que está fora do padrão cristão. Na verdade, salientou-se ao longo desta dissertação que todas as religiões, sejam elas, cristãs ou não cristãs, reveladas ou não, mas cada religião, independente da sua origem tem o seu espaço ou campo sagrado, entendido pelo

¹⁰⁴ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, nº 956.

¹⁰⁵ GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*, p. 23.

¹⁰⁶ GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*, p. 23.

povo que está no mesmo discurso religioso. Ou seja, todo o universo religioso sempre envolve a noção do sagrado. O sagrado é todo aquele espaço, objeto, símbolo, que tem um significado especial para uma pessoa ou determinado grupo de pessoas. E no caso da RTA, é tudo repleto do sagrado, desde dos bosques até à casa onde jazem os antepassados é considerado como lugar sagrado. E o profano é tudo o que está fora deste entendimento. Isso significa que o que é sagrado para um povo, pode ser profano para outro povo. A distinção do sagrado e do profano só pode ser entendido dentro dum determinado povo e cultura religiosa. O entendimento dos dois saberes (profano e sagrado) é percebido pelos crentes que depositam a sua fé naquela crença.

Na sequência, dentro do objetivo deste capítulo, apresenta-se as semelhanças entre o “sacerdote tradicional” e o presbítero católico. Depois de ter-se descrito, nos capítulos anteriores a respeito dessas duas figuras, pode-se afirmar que há mais semelhanças do que separações. Sobre isso, afirma o liturgista Alberto, especialista em liturgia cristã católica:

Devemos então distinguir dois aspetos no ministério: o rito como tal e a comunhão com a divindade. Esta comunhão com a divindade através do rito comemorativo de um mito podemos chamar também mistério do culto. Temos, portanto, no mistério do culto, o aspeto da expressão significativa pelo rito e culto, a comunhão com a divindade.¹⁰⁷

O texto supracitado do frei Alberto encaminha o presente trabalho na descoberta das semelhanças das duas figuras que são o objeto desta dissertação, sobretudo no âmbito das funções ou dos ritos que cada um desempenha, segundo o seu estado de crença. Mesmo sem se ter aprofundado exaustivamente aquilo que é o “sacerdote tradicional” dos *vatshwa* e o presbítero católico, em termos dos ritos, acredita-se que estas figuras apresentam muitas semelhanças, e, por isso, é proveitoso apresentá-las. Elas se circunscrevem no âmbito da matéria visível tanto de um como de outro sacerdócio, isto é, entre o “sacerdote tradicional” e o presbítero constituem aquilo que cada sacerdote desempenha a seu modo funcional.

Em todas as religiões, sejam elas cristãs ou não cristãs, acredita-se na existência de uma divindade. Ora, para se entrar em contato com a divindade, é necessário um rito ou cerimônia. Mas para que haja uma cerimônia com todo ritual, é imperioso que exista alguém que tome a dianteira

¹⁰⁷ BECKHAUSER, Alberto. *Os fundamentos da Sagrada liturgia*, p. 41.

do mesmo, isto é, uma pessoa que age em nome de toda comunidade: tudo o que faz é em nome do povo e para o seu bem. As suas ações ao longo do rito são corporativas. Ele age não só em nome pessoal, mas como representando o povo. Ele é intermediário entre o povo e a divindade, oferecendo oferece o sacrifício em seu nome particular e em nome do mesmo. Portanto, quer no rito do culto aos antepassados (RTA), quer no rito cristão na oração pelos defuntos (ritual das exéquias), é necessário que haja uma pessoa que atue em nome de todos os presentes, comumente designado “sacerdote tradicional ou chefe da família” para a RTA e presbítero para a religião cristã, concretamente o catolicismo.

As duas figuras desempenham a função de mediação, porém, cada uma tem forma própria para estabelecer sua conexão com a divindade, consoante as suas prescrições rituais e cerimoniais, mas que, no entanto, todas se dirigem à mesma divindade, isto é, à crença da existência de único Ser Supremo, incriado, zelador de todas as criaturas que dele emanam. Todas as crenças e práticas religiosas praticam atos ou ritos que se direcionam a ele. A diferença pode estar nos meios que se usam para chegar a essa divindade, que, univocamente é Deus, o Criador.

Portanto, concluindo, a primeira semelhança que se pode estabelecer é que, tanto na RTA quanto no Cristianismo, encontra-se uma figura mediadora que age em nome do povo, isto é, o sacerdote. Essa figura tem funções corporativas. Ela é intermediária entre o povo e a divindade. Através de ritos comemorativos dentro de um quadro religioso, o povo entra em contato com a divindade. Uma cerimônia religiosa típica africana em honra dos defuntos é uma festa, como é típico de as todas cerimônias desse povo. Mas também uma celebração eucaristia, presidida pelo presbítero, é uma graça e festa por saber que Ele, o Mediador dos mediadores, Jesus Cristo, morreu para a salvação de todos. Por isso, não há judeu, não há grego, asiático, americano, todos são salvos pelo mesmo sangue derramado pelo Filho de Deus feito Homem e que veio habitar entre os homens. Entretanto, ao longo da “implantação” ou da evangelização em África, em geral; e em Moçambique, em particular, descobriu-se que houve algumas falhas na implantação do Evangelho, e que as mesmas se fazem sentir até hoje. São falhas cometidas, talvez, inocentemente, por parte dos primeiros evangelizadores, mas que são dignas de serem questionadas, para evitar uma repetição de quem queira conhecer a dimensão evangelizadora e pastoral desde da celebração da primeira missa eucarística, em baixo de uma árvore frondosa, em Moçambique.

4.2 Equívocos pastorais dos missionários estrangeiros

Ao longo desta dissertação, no contexto da evangelização em Moçambique, abordou-se os primeiros sinais da presença missionária naquela pérola do Índico. Foram sinais que ditavam a primeira evangelização à sociedade moçambicana. Esses sinais começaram com a presença do colonialismo português; que também era motivado pela dominação do povo autóctone. O seu objetivo principal era dominar o nativo e convertê-lo, a todo custo à nova religião. Esse método trouxe prejuízos sem precedências que se faz sentir ainda hoje; esses sinais são equívocos pastorais da evangelização. Sobre isso, afirma Francisco Lerma:

As culturas africanas, durante séculos de dominação estrangeira, foram sacudidas gravemente pela ignorância, o desprezo, a negação, inclusive a destruição. O colonialismo e a escravidão conduziram a uma anemia galopante das sociedades tradicionais; a uma crise de identidade dos indivíduos e das comunidades. Tais fenômenos originaram-se na rutura da corrente da transmissão do patrimônio cultural. Mas, como as raízes que identificam e animam um povo se destroem facilmente, mas resistem e permanecem vivas e no mais profundo da consciência coletiva, brotam novas e inesperadas formas socioculturais, novas línguas, associações, ritos, músicas e expressões literárias.¹⁰⁸

O texto supracitado de Francisco Lerma, grande missionário e conhecedor da sociedade moçambicana em todas as dimensões sociopolítica, cultural e religiosa, trata, na verdade, do modo que os primeiros missionários utilizaram para a evangelizarem. Foi um fenômeno de repúdio de todos os valores religiosos e culturais do povo nativo. E isso dificultou aos autóctones acolherem a nova religião. Os longos anos da colonização que, de certa forma, eram acompanhados pela evangelização e abertura de nossas missões, os sistemas educativos que a sociedade possuía foram ignorados. Quais foram as consequências de tudo isso? Sem exagerar percebe-se que a sociedade ou as famílias continuam a seguir, embora de uma forma clandestina a sua religião tradicional. Era comum ver pessoas inibidas e envergonhadas ao praticar a sua crença tradicional e, por outro lado, ver-se constrangida a praticar ritos que pouco lhe significam, pois, a forma como lhe foram ensinados foi equivocada. Por isso, até hoje, encontramos cristãos que praticam as duas religiões; isto é, o Cristianismo e o RTA. O homem africano, dentro da sua essência religiosa e cultural, não foi ensinado e nem cativado para conhecer a nova religião. A evangelização cingiu-se só nos mandamentos ou proibições. Conforme diz o Papa Francisco na sua Encíclica *Amoris Laetitia*, “é

¹⁰⁸ MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *Religiões Africanas Hoje*, p. 29

preciso não se contentar com um anúncio puramente teórico e desligado dos problemas reais das pessoas” (*Amoris Laetitia* 201). Não é suficiente reduzir a evangelização em incutir os mandamentos.

Talvez, sem culpa própria, os agentes da primeira evangelização (não todos) estavam preocupados com o número de batismos e com conversões em massa, sem conhecer a realidade atual do homem que estavam por evangelizar. Contudo, o Magistério da Igreja sempre apresentou diretrizes universais para a evangelização. No entanto, faltou a vontade de alguns missionários conforme salienta Bungueia:

O Vaticano II lançou luzes para a mudança, mas faltou vontade por parte de algumas autoridades eclesásticas, que preferiram continuar a serviço do Governo Colonial Português. Essa aliança com o governo teria sido um dos motivos que dificultou a virada para um novo tipo de evangelização. Ao fazê-lo, entrariam em conflito com os interesses do Governo Colonial; para além de que a Igreja em Moçambique, no tempo colonial, por causa dessa aliança com o governo, não tinha muita abertura para acolher essas inovações. Pelo tempo da presença missionária, pode-se afirmar que a evangelização em Moçambique teve resultados magros ou insignificativos. Contudo, pelo tipo de evangelização que se implantou ao longo do período colonial, não se respeitando os valores culturais e consequentemente os povos, não se podia esperar resultados diferentes das que foram constados. Não se enxergou o povo, seu sofrimento, seu contexto. Apenas houve uma tentativa de imposição do Cristianismo, com desprezo e tentativa de eliminação dos costumes.¹⁰⁹

E esses desfalques vieram a agravar-se, quando, após a Independência, Moçambique e muitos outros países africanos mergulharam-se num regime marxista, com repúdio de tudo o que é a cultura e religião. Contudo, o antropólogo Lerma diz:

A maioria dos líderes da época posterior à independência tiveram em alta consideração a religião e o seu rol na sociedade. Nota-se em todas as partes, durante todo este período, um considerado esforço no campo intelectual e político para pôr em evidência o valor da religião e por restabelecer a função religiosa como manancial da cultura. Incrementaram-se os centros de estudo a nível superior, os encontros e os seminários, os colóquios Internacionais sobre as Religiões Tradicionais Africanas que, desde 1961, estão a levar a cabo nas

¹⁰⁹ BUNGUEIA, Samuel João. *A fé inculturada: desafios para o diálogo entre a cultura e o Evangelho em Moçambique*, p. 52.

diversas capitais africanas (...) começou-se a estudar as religiões e as culturas africanas com uma nova atitude.¹¹⁰

Nesta nova atitude dos líderes africanos, muitos intelectuais se preocuparam em criar uma filosofia, uma antropologia e uma cultura bantu, por exemplo, Plácide Temples, que aprofundou as religiões africanas, e Alexis Kagame que estudou a estrutura linguística do bantu. A RTA voltou a ter espaço para uma reflexão teológica e pastoral em muitos centros e considerada como o depósito dos valores que identificam um certo povo, o africano; e que, por conseguinte, merece todo respeito. No caso de Moçambique, muitos centros pastorais são o epicentro de debate de conteúdos culturais e tradicionais. Por exemplo, o centro catequético de Guiúá, localizado na diocese de Inhambane, promove encontros de inserção para os novos missionários que entram pela primeira vez em Moçambique. Os mesmos cursos são administrados em outras dioceses do país com o objetivo de inserir o novo missionário a compreender o complexo cultural e religioso onde deve implantar o Evangelho. A cultura e a religião africanas não são matérias por descartar. Uma boa evangelização implica o conhecimento de quem deve ser evangelizado, independentemente das suas práticas e crenças religiosas.

Para secundar a mesma ideia da a valorização e a existência da cultura e religião africanas, o então santo padre, Papa João Paulo II, na Exortação Pós-Sinodal sobre a Igreja em África, diz:

Desejo dirigir-me em primeiro lugar aos pastores e fiéis católicos, e depois aos irmãos das outras Confissões cristãs, àqueles que professam as grandes religiões monoteístas, em particular aos seguidores da religião tradicional africana, e a todos homens de boa vontade que, de um modo ou de outro, têm a peito o desenvolvimento espiritual e material da África ou detêm nas suas mãos deste grande Continente (*Ecclesia in Africa* 7).

Não obstante os erros dos primeiros missionários que implantaram o Evangelho em terras de missão, e condicionados pelo fraco conhecimento do *modus vivendi* do autóctone, concretamente no continente africano, a Igreja reconhece a existência de um povo com cultura e religiosidade típica que merece respeito, pois ela expressa de uma forma tradicional ou cultural, a adoração de um Ser Supremo. São religiões, a seu modo, monoteístas, como as outras do mundo inteiro, na conjuntura da classificação antropológica das mesmas.

¹¹⁰ MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *Religiões Africanas Hoje*, p. 33.

Contudo, não se pretende afirmar que a primeira evangelização em África, em geral, e em Moçambique, em particular, tenha sido carregada de maldade. Não. Há missionários que se engajaram em compreender a cultura do povo local e, a partir da sua percepção cultural e religiosa, tiveram o mérito de evangelizar. Foram homens engajados em expandir o Evangelho além-fronteira. São esses missionários que interpretaram o Evangelho segundo a realidade que, hoje em dia, a Igreja faz sentir em Moçambique.

Foram erros do passado provocados pelo pouco conhecimento e valorização da cultura do povo por ser evangelizado. A melhor evangelização consiste em interpretar a expressão cultural e religiosa de um povo. Só a partir das suas categorias antropológicas, culturais, gnosiológicas e religiosas é possível mostrar-lhe a nova religião. É muito difícil evangelizar um povo do qual se conhecem os seus hábitos culturais. Infelizmente, poucos missionários conheciam esses hábitos.

Outro fator que impediu a assimilação do Evangelho por parte dos moçambicanos foi a colaboração de alguns missionários com a Coroa Portuguesa, conforme salienta o Artigo 2 do Estatuto Missionário de Abril de 1941, citado por Miguel Klauck: “as Missões Católicas portuguesas são consideradas de utilidade imperial e de sentido eminentemente de civilizador.”¹¹¹ Os missionários estavam integrados no corpo político português. Eram convidados pelo Estado Português a colaborarem sinceramente na formação de bons cidadãos portugueses, em obediência às leis portuguesas e enquadradas nos costumes da comunidade portuguesa. Portanto, a ideia não era de evangelizar, mas de civilizar e assimilar o indígena segundo as leis da Metrópole, Portugal.

Por causa desta colaboração íntima com o Estado Português, os missionários da origem portuguesa não tinham autonomia e liberdade suficientes para respeitar e promover o encontro do Evangelho com a cultura local:

Aconteceu realmente que alguns missionários estrangeiros, por não sentirem o espírito da nacionalidade portuguesa, se mostraram descontentes e cheios de apreensões a respeito à sua leal colaboração com a Igreja Missionária Portuguesa. Com o decorrer dos anos, eles levaram sérias dúvidas quanto a essa colaboração para o Governo Português e muitos missionários tornaram-se suspeitos, por serem demasiado amigos do povo.¹¹²

¹¹¹ KLAUCKE, Miguel. *Notas de Moçambique*, p. 18.

¹¹² KLAUCKE, Miguel. *Notas de Moçambique*, p. 20

Na verdade, muitos missionários estrangeiros, com bom espírito de evangelização, sem cumplicidade com a Coroa Portuguesa, acabaram abandonando o território moçambicano e outros foram barbaramente expulsos; como foi o caso da Sociedade dos Missionários da África, comumente chamados de “Padres Brancos”,¹¹³ que eram grandes conhecedores do continente africano e com objetivos sérios e claros de formar leigos autóctones. Contudo, houve muitos missionários de origem portuguesa que não compactuavam com as leis impostas nas missões pelo Governo Português. Foram verdadeiros missionários ao estilo de Jesus Cristo que não se deixaram conduzir nem pelas autoridades religiosas (fariseus, doutores da lei) ou pela autoridade política (o Império Romano) da época. Houve missionários que doaram o seu sangue para evangelizar o nativo negro, a partir da sua realidade cultural e religiosa. Esses são alguns exemplos da relação entre missionários e povo autóctone; embora existam mais que poderiam ser mencionados, isso exigiria um trabalho árduo no campo da pesquisa. Diante disso, pode-se colocar a seguinte questão: como é que deveria ter sido o anúncio do Evangelho em Moçambique? À esta pergunta, não existe uma resposta categórica e abrangente, mas a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja fornecem pistas orientadoras para a missão em terras estrangeiras. São Paulo ao longo da sua missão apostólica, deixou grandes lições metodológicas e dignas de serem seguidas por todo aquele que pretende ser evangelizador em terras além-fronteira. Chegando na Grécia, não usou categoria filosóficas ou exposição dos mandamentos, mas anunciou o Evangelho a partir da realidade do povo: “cidadãos atenienses! Vejo que, sob todos os aspectos, sois os mais religiosos dos homens. Pois, percorrendo a vossa cidade e observando os vossos monumentos sagrados, encontrei até um altar com a inscrição: ao Deus desconhecido. Ora, bem, o que adorais sem conhecer, isto venho eu anunciar-vos.” (At. 17,23). São Paulo anunciou o Evangelho partindo da realidade do povo. Não por imposição. Infelizmente, os missionários, quando chegaram à terra de missão depararam-se com muitas e diversas realidades idênticas às de São Paulo. O apóstolo dos gentios anunciou o Evangelho de Cristo a partir da realidade concreta que ele encontrou e, sem preconceito religioso ou imposição de sua crença à cultura ateniense.

¹¹³ O nome “Padres Brancos” não tem nada haver com a cor dos missionários. Segundo a história, o nome surge no âmbito popular; visto que os padres se vestiam de túnica branca, como sendo roupa normal eles. E assim, o nome que marcou mais e que ficou registado, popularmente é Padres Brancos. Mas o nome oficial é “Sociedade dos Missionários da África”. É uma das Sociedades da vida apostólica da Igreja Católica e com direitos Pontifícios fundada por dom Charles Lavigerie, em 1868.

Os africanos tinham seus lugares reservados e a partir deles entravam em contato com a divindade segundo as suas crenças. Por exemplo, os altares destinados aos sacrifícios dos animais em honra dos antepassados são espaços até hoje extremamente respeitados pelo nativo. Se os missionários tivessem, a estilo de S. Paulo, compreendido o significado daqueles espaços sagrados, talvez a assimilação do Evangelho teria seguido um outro rumo melhor do que aquele que se vive hoje em algumas famílias altamente cristianizadas.

A respeito daquilo que existe nas outras religiões não cristãs, os Padres conciliares afirmam:

A Igreja Católica não rejeita nada que seja verdadeiro e santo nestas religiões. Considera com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas, que, embora em muitos pontos difiram do que ela mesmo crê e propõe, não raro refletem um raio daquilo que ilumina todos os homens [...]. Eis porque a Igreja exorta os seus filhos a que com a prudência e caridade, por meio de diálogo e da colaboração com os membros das outras religiões, e sempre dando testemunho da fé e da vida cristã, reconheçam, conservem e façam progredir os bens espirituais, morais e os valores socioculturais que nelas encontram (NA 2).

Portanto, dentre várias premissas supracitadas a respeito das religiões não cristãs, salienta-se o respeito, o diálogo, a colaboração e a consideração pelas religiões cristãs, e não só, porque nelas existe algo de sagrado. Essas virtudes evidenciadas pelos Padres Conciliares são fundamentais para uma nova evangelização. É pura verdade dentro destas religiões não cristãs: há algo que precisa ser iluminado pelo Evangelho. Jesus Cristo, Verdadeiro Deus, ao encarnar-se, assumiu toda condição humana, exceto o pecado. Por isso, de forma análoga à encarnação do Verbo divino, pode-se afirmar que, no processo de inculturação do Evangelho, os missionários realizam uma troca de elementos culturais, assimilando valores da cultura local. Uma inculturação, sabiamente conduzida, purifica e eleva as culturas dos vários povos. Este é o atual desafio do continente africano: Expressar a fé cristã segundo as suas categorias culturais e religiosas, conforme salienta Papa Paulo VI:

Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar – não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às raízes – a cultura e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição *Gaudium et Spes*, a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus. O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura, e são independentes em relação a todas as

culturas. E, no entanto, o reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas. (*Evangelii Nuntiandi*, 20).

Na verdade, o Magistério da Igreja tem desenvolvido esforço de apresentar as estratégias para uma evangelização frutuosa e enraizada na cultura local. Na presente pesquisa descobre-se que o erro foi cometido no princípio da evangelização. O missionário encontrou um povo a praticar as suas crenças religiosas (RTA) e cultura. Ao invés de, primeiro, assimilar-se ao *modus Vivendi* do povo, imprimiu a todo custo a nova doutrina. E o mais agravante, é que os povos não evangelizados eram considerados como “pagãos” e as suas culturas como “pagãs”, devendo ser combatidos. Essa mentalidade constitui um erro gravíssimo que precisa ser corrigida. Para tal, exige o envolvimento de todos, tanto os nativos assim como os missionários. O problema da inculturação envolve a todos agentes da pastoral.

O Papa João Paulo II, dirigindo-se aos Bispos do Quênia em 1980, diz: “Respeitando, preservando e favorecendo os valores próprios e as riquezas da herança cultural do vosso povo, vós sereis capazes de guiá-lo para uma melhor compreensão do mistério de Cristo, que deve ser vivido nas nobres, concretas e cotidianas experiências da vida africana” (*Ecclesia in Africa* 127). Concluindo, Moçambique, como o restante da África, está aberto para receber a mensagem salvadora trazida por Jesus Cristo. Mas não se pode ajudar o povo moçambicano a acolher a mensagem de Cristo sem antes conhecer os valores sociais, culturais e religiosos locais. É imperioso que o missionário conheça esses valores para depois evangelizar.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi fazer um estudo comparativo entre a mediação do “sacerdote tradicional” dos *vatshwa* e do presbítero católico nos ritos de orações pelos defuntos na Igreja em Moçambique, sob as óticas antropológico-cultural e teológico-pastoral.

O estudo realizado demonstrou que tanto o “sacerdote tradicional” quanto o presbítero católico, desempenham as funções de mediadores entre a comunidade enlutada, os mortos e Deus. Contudo, embora haja esta semelhança funcional, há uma diferença essencial tanto de um como de outro sacerdócio. O presbítero católico age *in Persona Christi*. Ele age em nome de Cristo dentro da comunidade cristã. O “sacerdote tradicional” age em nome dos antepassados *tinguluve*. Logo, esta pesquisa esclarece que a duplicidade dos ritos fúnebres para os cristãos de Moçambique tem a sua causa na crença de dois tipos de mediações entre o mundo visível e o invisível: do lado cristão, o mediador é Jesus Cristo; do lado da RTA, os mediadores são os *tinguluve*.

Como afirmado na pesquisa, a RTA é caracterizada pelo culto aos antepassados-*tinguluve*. Os *tinguluve* são seres considerados como intermediários entre o homem e o divino. Entretanto, para entrar em contato com esses antepassados, há uma figura muito importante, o “sacerdote tradicional”. Ele é quem preside muitas cerimônias familiares tradicionais. Deste modo, não constitui nenhuma novidade que ele seja o “presidente” de um rito fúnebre no contexto tradicional africano, embora tenha-se celebrado uma missa cristã presidida por um presbítero católico.

Na verdade, o grande problema para o cristão moçambicano é encontrar o justo espaço de Jesus Cristo, o único Mediador segundo os moldes apresentados pela cultura cristã ocidental, dentro de toda a conjuntura tradicional africana. Em algum momento, pode-se confundir o papel de Jesus Cristo com o papel exercido pelos *tinguluve*. A mediação de Jesus Cristo não é matéria simples no contexto do culto aos antepassados, por ser simplesmente desconhecido genealogicamente e, acima de tudo, porque historicamente faltou uma catequese mais profunda sobre Ele. A figura de Jesus não entra na árvore genealógica da cultura africana, e muito menos nos ritos religiosos a ela ligados.

Adentrando na esfera da antropologia cristã, afirma-se que o papel de mediação de Jesus Cristo não se opõe à mediação dos antepassados africanos, porque é de outra natureza. Na tradição cristã, a mediação de Jesus Cristo é divina e está baseada no testemunho apostólico da ressurreição de Jesus dentre os mortos. Essa mediação engloba e plenifica todas as aspirações humanas de redenção, como aquelas apresentadas na RTA. Na ótica católica, os ritos aos antepassados *tinguluve* passam a constar no âmbito da piedade aos mortos – sempre presente na tradição cristã – e se diferenciam do culto de latria a Jesus Cristo. Para o moçambicano que aderiu à fé cristã, o entendimento da natureza teológica da mediação de Jesus Cristo evita uma compreensão simplista, de rígida oposição entre fé cristã e RTA.

Como se percebe, a questão da duplicidade de ritos fúnebres entre os cristãos moçambicanos constituiu uma ocasião fecunda para refletir pastoralmente a relação entre Evangelho e cultura. Concluiu-se que é preciso uma evangelização enraizada na cultura e na religião africanas. Essa dificuldade em torno à duplicidade de ritos surgiu como produto da primeira evangelização do povo autóctone.

Para uma boa evangelização, é necessário distanciar-se do primeiro método de evangelização utilizado na África, que consistia na imposição da nova religião e, por conseguinte, pela rejeição total da cultura e religião dos povos nativos. Que se evite os batismos massivos sem nenhuma compreensão sacramental. Os resultados da falta do diálogo entre a cultura africana e o Cristianismo conduziram àquilo que vemos e sentimos hoje: o pedido de duas celebrações para os defuntos. A África hoje não deve ser percebida como era a 500 anos atrás, conforme diz José Armando Vicente: “a teologia africana requer uma nova metodologia, diferente das teologias ocidentais. A teologia africana deve rejeitar, por conseguinte, as ideias pré-fabricadas norte-atlânticas, definindo-se ela própria.”¹¹⁴ Na verdade, conforme salientou-se ao longo do trabalho que, a partir dos anos 60, os etnólogos, antropólogos e líderes africanos criaram debates e colóquios internacionais com o objetivo de revalorizar a cultura e religião africanas. Mas, também como diz o autor supracitado, rejeitar as ideias culturais pré-fabricadas trazidas pelos colonizadores. Os africanos, que se autodenominam cristãos, precisam prestar culto a Jesus Cristo segundo a sua roupa cultural.

¹¹⁴ VICENTE, J. A. *Teologia Formal Africana*.

Todas essas considerações levaram a concluir que conhecer a cultura é grave dever que cabe ao missionário – na sua maioria presbíteros – para estabelecer diálogo entre a fé e a cultura. Ele deve tomar consciência do seu papel de evangelizador, evitando imposições ideológicas e culturais; mas buscando inculturar o Evangelho, de modo que o povo evangelizado professe a sua fé segundo a sua cultura. O encontro entre a RTA e o Cristianismo deve ser um diálogo, ou seja, uma interpelação mútua, e não uma comparação entre as duas religiões a fim de ver qual das religiões é maior.

Se o Evangelho e a Igreja devem se encarnar nas culturas locais, é preciso que sejam vividos pelo povo segundo a sua expressão cultural. Por isso, é dever do missionário favorecer que a pessoa humana professe o Evangelho e siga a fé cristã sem perder os seus traços culturais.

Embora, nesta dissertação, tenha-se apresentado os principais aspectos antropológicos e teológico-pastorais da relação entre os “sacerdotes tradicionais” moçambicanos e os presbíteros católicos, ainda há muito por pesquisar. Essa relação pode ser aprofundada em próximas pesquisas. Mas, para tal, exige o envolvimento, tanto dos teólogos, catequistas africanos/moçambicanos, como dos missionários “estrangeiro”, juntos lutando para a inculturação do Evangelho, na dinâmica da Teologia da Encarnação. Jesus Cristo abraçou tudo o que era humano exceto o pecado. Como Homem-Deus abraçou a sua cultura judaica, iluminando-a. Que assim seja também em todos os países e continentes, que abracem e confessem a fé em Jesus Cristo, segundo os seus padrões culturais e religiosos.

REFERÊNCIAS

- ALTUNA, Raul Ruiz de Asú. *Cultura Tradicional Bantu*. 2. ed. Luanda: Paulinas, 2014.
- AMARAL, Bernardo Amaral. *Matrizes Estruturantes da Cultura Africana*. Roma: Santa Maria Mediatrice, 2007.
- BAUER, John. *2000 anos de Cristianismo em África*. Uma história da Igreja em África. 2. ed. Prior Velho: Paulinas, 2014.
- BECKHAUSER, Alberto. *Os fundamentos da sagrada liturgia*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BÍBLIA. Português. *A Bíblia de Jerusalém*. Nova edição ver. empl. São Paulo: Paulus, 2004.
- BUNGUEIA, Samuel João. *A fé insculturada: desafio para diálogo entre cultura e o Evangelho em Moçambique*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências de Religião), Instituição de Ensino – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.
- BRUSTOLIN, Leomar António; FERNANDES, Rafael Martins. O sacerdócio comum dos cristãos na relação entre o laicato e o ministério ordenado. *Atualidade teológica*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 67, p. 192-212, jan./jun. 2021.
- CANGH, Jean-Marie van. *Presbíteros*. In: Dicionário enciclopédico da Bíblia, (orig. francês). Santo André/São Paulo: Academia Cristã, Loyola, Paulus, Paulinas, 2013.
- CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola; Vozes, 1993.
- CATTANEO, Enrico. *Sacramento da Ordem*. São Paulo: Loyola. 2004.
- CÓDIGO de Direito Canônico. Promulgado por João Paulo II, Papa. São Paulo: Loyola, 2001.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Diretrizes para a formação dos Presbíteros da igreja no Brasil*. Brasília: CNBB, 2019 (Documentos da CNBB, 110).
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O Presbítero*. Mestre da Palavra, ministro dos sacramentos e guia da comunidade em vista do terceiro Milênio. São Paulo: Paulinas, 1999.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *O Presbítero*. Pastor e guia da Comunidade Paroquial. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2003.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). Cidade do Vaticano. *Ad Gentes*. In: VIER, Frederico (Coor. Geral) *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). Cidade do Vaticano. *Dei Verbum*. In VIER, Frederico (Coor. Geral) *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). Cidade do Vaticano. *Gaudium et Spes*. In VIER, Frederico (Coor. Geral) *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). Cidade do Vaticano. *Lumen Gentium*. In VIER, Frederico (Coor. Geral) *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). Cidade do Vaticano. *Optatam Totius*. In VIER, Frederico (Coor. Geral) *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). Cidade do Vaticano. *Presbyterorum Ordinis*. In VIER, Frederico (Coor. Geral) *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). Cidade do Vaticano. *Nostra Aetate*. In VIER, Frederico (Coor. Geral) *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II (1962-1965). Cidade do Vaticano. *Sacrosanctum Concilium*. In VIER, Frederico (Coor. Geral) *Compêndio do Concílio Vaticano II*. 24. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DE VAUX, Roland. *Le Istituzioni dell' Antico Testamento*. Torino: Marietti, 1977.
- FERNANDO, Celestino Taperero. *O poder retórico, histórico e político de Afonso Dhlakama*. As raízes de uma consciência de Mweneputapa, o enigmático ressentimento da etnia Shona em Moçambique pós-independência. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020.
- FACCO, Casimiro. *Memórias da Missão Pallottina em Moçambique*. Santa Maria, Biblos, 2019.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Amoris Laetitia*. Sobre Amor da Família. 1ª ed. São Paulo, Paulinas, 2016.
- FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- GALVÃO, António Mesquita. *Histórias das Religiões*. Porto Alegre: Rainha, 1993.
- GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a Igreja na África e a sua missão e evangelizadora rumo ao ano 2000*. “Ecclesia in Africa”. São Paulo: Paulinas, 1995.
- JOÃO PAULO II, Papa. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a formação dos Sacerdotes*. “Pastores Davo Vobis”. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1992.
- JUNOD, A. Henrique. *Usos e costumes dos bantos*. A vida duma tribo do Sul de Africa. 2. ed. Lourenço Marques: imprensa nacional de Moçambique, 1974.
- KANT DE VERONHA: *História da Igreja em Moçambique*: Disponível em <<http://kantdevoronha.bogspt.com.br/2012/historia-da-igreja-em-mocambique.html>>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.
- KASPER, Walter. *A Igreja Católica*. Essência, Realidade, Missão. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

- KLAUCK, Miguel. *Notas de Moçambique*. Santa Maria: Pallotti, 2001.
- LANGA, Adriano. *Questões Cristãs à Religião Tradicional Africana*. 2. ed. Braga: Franciscana, 1992.
- LITURGIA das Horas. Ofício Divino renovado conforme o Decreto do Concílio Vaticano II e promulgado pelo Papa Paulo VI. Trad. para o Brasil da 2. ed. Típica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas. 1995.
- LUDOVID LADO. *Religião tradicional africana e a veneração dos ancestrais*: Disponível em <[http](http://ihu.unisinos.br/78-noticias/598604-religião-tradicional-africana-e-a-veneração-dos-ancestrais)>. Acesso em: 17 de fev. de 2022.
- MACKENZIE, John L. *Dicionário bíblico*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 1983.
- MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *Antropologia cultural*. Guia para o Estudo. 7. ed. Maputo: Paulinas, 2014.
- MARTÍNEZ, Francisco Lerma. *O Povo Macua e a sua cultura*. 2. ed Maputo: Paulinas, 2008.
- MARTINEZ, Francisco Lerma. *Religiões Africanas hoje*. Introdução ao estudo das Religiões Tradicionais em Moçambique. 3. ed. Maputo: Paulinas, 2009.
- MAZZAROLO, Isidoro. *Hebreus*. O que muda depois de Jesus? Do Jesus Histórico ao Cristo da fé. Rio de Janeiro-Brasil: Isidoro Mazzarolo, 2011.
- MAZZAROLO, Isidoro. *Primeira e segunda carta a Timóteo e Tito*. Rio de Janeiro: Mazzarolo editor, 2014.
- MENEGAT, Leni; STOFFEL, Maria et al. *A arte de caminhar ao encontro do Senhor*.
- NEUNER, Peter. *Per una teologia del popolo di Dio*. Trad. de Valentino Maraudi. Brescia: Queriniana, 2016.
- NICUIA, Eurico Jorge. *Igreja como Família de Deus: Aproximação para um Ecclesologia moçambicana segundo a Exortação Apostólica pós-sinodal Ecclesia in Africa*. 2007. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PAULO VII, Papa. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, São Paulo: Paulinas, 1975.
- PIZZOLATTO, Valentim. *A Igreja na perspectiva do século XIX e no profetismo de Vicente Pallotti*. Porto Alegre: Pallotti, 2003.
- PONTIFICAL ROMANO. *Instituição de Leitores e de Acólitos, admissão a candidato ao Diaconato e Presbiterato*. São Paulo: Paulinas, 1976.
- SACRAMENTÁRIO. Edição típica em tradução portuguesa para o Brasil realizada e publicada pela CNBB. São Paulo: Paulus, 2003.
- VAN DEN BORN, A. (org.). *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. 2. ed, Petrópolis: Rio de Janeiro, Porto Alegre: Vozes, 1977.
- VANHOYE, Albert. *A mensagem da Epístola aos Hebreus*. São Paulo: Paulinas, 1983.
- VANHOYE, Albert. *Sacerdotes antiguos e sacerdote nuevo según el Nuevo Testamento*. Salamanca: Sígueme, 1984.
- VICENTE, J. A. *Teologia Formal Africana*. 2022: Disponível em: <[https](https://doi.org/10.51891/rease.v8i1.3723)>. Acesso em 03 de fev. 2022.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br